

É o fim da nova classe média? Trabalho, religião e consumo em tempos de crise

Dawid Bartelt e Marilene de Paula (orgs.)

Publicado pela Fundação Heinrich Böll Brasil



É O FIM DA NOVA CLASSE MÉDIA? TRABALHO, RELIGIÃO E CONSUMO EM TEMPOS DE CRISE

É o fim da nova classe média? Trabalho, religião e consumo em tempos de crise

Dawid Bartelt e Marilene de Paula (orgs.)

Uma publicação da Fundação Heinrich Böll

Rio de Janeiro, Julho de 2017

É o fim da nova classe média? Trabalho, religião e consumo em tempos de crise

Dawid Bartelt e Marilene de Paula (orgs.)

Fundação Heinrich Böll

Rua da Glória, 190/701 – Glória
Rio de Janeiro - RJ – Brasil
CEP 20.241-180
+55 21 3221 9900
info@br.boell.org
www.br.boell.org

Foto da Capa

Vendedor de batata-frita
no Complexo da Maré/RJ, fotografado por
jovens participantes do Missão Zona – ESPOCC
Maré. Foto: Espocc Maré- Missão Zona,
28/02/2013, licença CC BY-AS – 2.0 – [https://
creativecommons.org/licenses/by-sa/2.0/](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.0/).

Coordenação editorial

Marilene de Paula

Revisão

Dawid Bartelt, Marilene de Paula
e Leandro Uchoas

Pesquisa iconográfica

Karina Merencio, Leandro Uchoas,
Marilene de Paula e Luzia da Silva

Designer

Beto Paixão

Transcrição

Paula Rodriguez

Infográficos

Leandro Uchoas
Marilene de Paula
Melanie Weber

B289e

Bartelt, Dawid; Paula, Marilene de.

É o fim da nova classe média? Trabalho, religião e consumo em tempos de crise.
Dawid Bartelt, Marilene de Paula. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017.

97 p.

ISBN 978-85-62669-22-4.

1. Classe média - Brasil. 2. Brasil – Condições sociais. 3. Brasil – Condições
econômicas. I. Bartelt, Dawid. II. Paula, Marilene de. III. Título.

CDD 305.550981

ÍNDICE

1. Apresentação	9
2. Mergulhando na conversa: Os novos pobres e as transformações da sociedade brasileira	14
3. Onde estão as novas classes médias? Cândido Grzybowski	52
4. O pentecostalismo e os novos atores sociais coletivos no Brasil: notas a respeito de uma revolução cognitivo religiosa Brand Arenari	66
5. A “Nova Classe Média” nas telenovelas brasileiras: aspectos culturais e representações sociais nas mudanças em curso Carla Barros	82
6. Depois da “Nova Classe Média”: Trabalho e Capitalismo Contemporâneo Giuseppe Cocco	95

1. Apresentação

Dawid Bartelt

“A Nova Classe Média está ferida, mas não está morta” afirmou em dezembro de 2016 Marcelo Neri, economista da Fundação Getúlio Vargas, ex-ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos no Governo Dilma Rousseff e considerado o “pai” do termo Nova Classe Média (NCM).¹ Se esta em algum momento tivera vida foi uma das questões que nortearam os debates que organizamos em 2012 e que deram vida à publicação “A Nova Classe Média como Conceito e Projeto Político²”, em 2013. Discutimos se esta nova classe média não incluía muito mais certo tipo de novos pobres, ou ex-pobres, que careciam de estrutura material, assim como, de capital cultural e social para serem classificados de classe média. Analisávamos o projeto político relacionado com o discurso, um discurso legitimador de uma política social-democrata moderna; moderna no sentido de que se articulava com um liberalismo de mercado para oferecer serviços essenciais de qualidade, antes públicos, a quem (e apenas a quem) tivesse dinheiro para comprá-los.

No entanto, a crise econômica tem afetado a base material precária destes estratos sociais. Parece que o fim do crescimento econômico, e por consequente o fim do aumento real de renda e dos efeitos redistributivos da política do salário mínimo acabaram com esta “nova classe”. Sem reservas financeiras e sem relações sociais que possam ajudar, em tempos de crise os que acabaram de sair da pobreza têm menor resiliência e, portanto, são os mais vulneráveis, assim predestinados a terem uma recaída social. E mais: não aparecem mais na mídia, sumiram do discurso do governo pós-impeachment. Sumiram enquanto figura-símbolo. Mas sumiram enquanto sujeito social? Foi uma das perguntas que nos motivou para retomar o debate na Fundação Heinrich Böll. Convidamos para outra roda de debate em setembro de 2016, pesquisadoras e pesquisadores da academia, além de representantes de organizações de ponta da sociedade civil crítica, como IBASE, INESC e a organização feminista SOF, que faz parte da Marcha Mundial das Mulheres.

Parece que Marcelo Neri tem razão: a classe média está ferida, mas não está morta. Processos sociais que causaram ou acompanharam o fenômeno

1. Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/economia/o-que-aconteceu-com-nova-classe-media-economista-faz-diagnostico-do-antes-depois-da-crise-economica-20664168.html>. Acesso em 20 de maio de 2017.

2. Disponível em <https://br.boell.org/sites/default/files/ncmlivrohbs.pdf>.

persistem e deixam o seu legado. Os processos de inclusão social iniciados e reforçados pelos governos do PT, por mais ambivalentes que possam ter sido, têm demonstrado que a luta dos “batalhadores”, utilizando a nomenclatura do sociólogo Jessé Souza, pode ser exitosa. Tem-se confirmado a eficácia de uma estratégia de ascensão social relacionada pelo menos em parte à ideologia das igrejas evangélicas neopentecostais, que se encontram em vertiginoso crescimento no Brasil, em particular entre as camadas menos abastadas. Esta estratégia é individualista e politicamente complicada. Mas ao mesmo tempo, quando ela se materializa numa população que se insurge contra o princípio do *cada um no seu lugar*, isto pode provocar efeitos revolucionários. Quando as pessoas já não aceitam que a sua posição social lhes seja designada pela sua origem social e pelas tradições pós-coloniais; quando elas não aceitam que o fato de terem estudado em escola pública as condene a uma vida sem qualificação e sem renda elevada; quando acreditam na possibilidade de uma transformação através de um comportamento ativo, elas provocam um fenômeno tão surpreendente quanto eficaz. Então na melhor hipótese os agora muitas vezes *ex-ex-pobres* se mantêm vivos pela atitude, pela convicção e pela experiência conseguidas a partir das realizações recentes.

A presente publicação procura contribuir para a análise deste momento atual. No cerne dela trazemos a edição do debate que organizamos em setembro de 2016. Optamos por trazê-la de forma viva, discursiva, tal qual aconteceu. Traz a riqueza e a complexidade de um debate crítico entre sensíveis e experientes observadores e ativistas da sociedade. Acrescentam-se quatro artigos. Cândido Grzybowski, diretor do Ibase, parte em busca das Novas Classes Média numa “democracia social de baixa intensidade”, como a brasileira. Desde uma perspectiva histórica que volta à segunda metade do século XX, analisa avanços e retrocessos das políticas econômicas e sociais desde uma perspectiva de justiça social. Conclui que políticas que visam diminuir a desigualdade e aumentar a materialidade da cidadania só podem avançar mudando estruturas de dominação, de acumulação e de poder. É possível isso no Brasil? Sim, diz o autor: fazendo das batalhadoras e batalhadores sujeitos protagonistas desta perspectiva. Afinal, são a maioria.

O termo “batalhadores” certamente é mais adequado que nova classe média ou nova classe trabalhadora, diz o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e ex-diretor do IPEA, Brand Arenari, em seu artigo sobre pentecostalismo e novos atores sociais coletivos no Brasil. Segundo ele, no entanto, não é possível entender o fenômeno que são os “setores intermediários” (como prefere chamá-los) no Brasil no início do século XXI sem analisar a revolução na filiação religiosa, ampliando o “mercado competitivo da fé” que providencia, através da Teologia da Prosperidade das igrejas

evangélicas, uma doutrina de salvação intramundana para os eternos desprivilegiados, que além das consolações psicológico-religiosas propriamente ditas, oferece orientações concretas e pragmáticas para realizar inclusão e ascensão social no aqui e agora, contradizendo assim a passividade católica que valoriza a pobreza e promete salvação apenas no além.

O fenômeno NCM cria também uma série de mercados, assim como uma produção cultural-popular específica, como analisa Carla Barros, antropóloga e também professora da UFF no seu artigo sobre a NCM nas telenovelas brasileiras. A autora analisa duas novelas recentes da Rede Globo de Televisão cujos enredos se desenvolvem em torno de personagens da “classe C”, fazendo-as protagonistas. Embora isto não tenha sido um fato inédito, nestas duas novelas as personagens gozavam de oportunidades de ascensão social antes não vistas na telenovela brasileira, oportunidades que podem se tornar reais ao por em prática uma atitude “batalhadora”. Novidade também é o fato de vários protagonistas não se envergonharem da sua origem social, pois a veem com orgulho. Diga-se de passagem, mudanças similares podem ser observadas no marketing e na propaganda comercial nos últimos anos. Seria interessante ter estudos contundentes sobre este assunto.

O consumo – esta é uma das conclusões de Carla – cada vez mais tem se tornado um campo de distinção, de disputas simbólicas entre as classes médias tradicionais e esse novo segmento. Ao defender seus privilégios a classe média considera-os intrusos, já que não sabem o “seu lugar”.

Não deter-se tanto na nomenclatura e sim discutir o que está marcando as classes mais pobres no Brasil é o interesse de Giuseppe Cocco no seu artigo intitulado “Depois da ‘Nova Classe Média’: Trabalho e Capitalismo Contemporâneo” que encerra esta publicação. Cocco retoma a leitura dos livros constitutivos do debate pré-crise – de Marcelo Neri, Marcio Pochmann e Jessé Souza – para afirmar que nem classe média nem trabalhadores, mas sim os “pobres” estão no centro das novas políticas sociais, e passam a ser objeto de um novo tipo de expropriação, a da vida em seus múltiplos aspectos que ele chama de “biopolítica”. Cocco insiste em que o capitalismo contemporâneo já não funciona como o velho capitalismo, marcado por uma relação (e antagonismo) entre capital e trabalho, trabalho entendido como força do trabalhador que rendia ao produto fabricado seu valor e a mais-valia. Essa ideia se sustenta no argumento de que não existe mais uma classe operária, marcada por sua posição no processo produtivo e com consciência coletiva (e mobilizadora) de si mesma enquanto classe. Neste sentido, a “nova classe média” seria bem mais uma nova não-classe, marcada pelas novas formas de trabalho que vão desde a imaterialidade do trabalho nas economias de conhecimento até a “bioprodução”, que exige do trabalhador muito mais que apenas a sua força física de trabalho; exige

sua vida, e reproduz modos de sua vida (entre outras coisas, através da formação da identidade pessoal pelo consumo). Cocco aponta linhas de análise para o futuro.

Enquanto isso, a maioria dos grupos C, D e E deste alfabeto de classes de renda no Brasil se veem reduzidos a sua corporalidade, ainda no sentido fordista ou até pré-fordista, se pensarmos por exemplo nas empregadas domésticas agora consideradas de classe média segundo sua faixa de renda. Muitas delas realizam através da sua força de trabalho a reprodução da classe média tradicional, mas ao mesmo tempo também estão entre os sujeitos-chave das mudanças sociais dos últimos anos. Não obstante as crises há sinais de que a sociedade brasileira já não é a mesma.

A Fundação Heinrich Böll deseja uma proveitosa leitura!



Ato dos Garis · Rio de Janeiro-RJ

Foto: Mídia NINJA, 12 de março de 2014, licença CC BY-AS (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.0/>).

2. Mergulhando na conversa: Os novos pobres e as transformações da sociedade brasileira

Em 29 de setembro de 2016 um grupo formado por pesquisadores, representantes de ONGs e pessoal da Fundação H. Böll se encontraram na sede da Fundação para atualizar o debate sobre a “nova classe média”, após três anos do lançamento do livro “A Nova Classe Média no Brasil como conceito e projeto político”³, uma publicação da Fundação que discutia o tema num cenário bastante diferente do que vemos atualmente. A crise econômica e política que o país atravessa hoje está gerando incertezas, principalmente quanto ao mercado de trabalho, com alta significativa do desemprego, o que coloca para aqueles que vivem com rendas cada vez mais minguadas desafios cotidianos. Entretanto, para além das crises os últimos 15 anos trouxeram uma melhora significativa para a população mais pobre, incluída pelo consumo de bens e serviços públicos e privados. Mas essas mudanças serão capazes de fazê-los alcançar um futuro melhor numa sociedade ainda tão hierarquizada, racista e sexista como a brasileira? Esse é outro desafio de uma democracia de baixa intensidade como a brasileira.

O texto abaixo é a transcrição editada desse encontro, trazendo argumentos, citações e comentários sobre esse fenômeno difícil de nomear, mas que ao mesmo tempo é perceptível para muitos: há uma mudança social em curso e novos atores na arena política.

DAWID BARTELT: O processo de discussão sobre o tema nova classe média (NCM) começou em 2012 com uma confusão conceitual minha, quando me dei conta que esse debate estava onipresente na mídia e no governo. Eu pensei, “eles chamam de classe média essas pessoas, é esquisito”, porque não batia com o conceito que eu tinha na cabeça de classe média. Percebi também que o projeto político de um partido à esquerda era muito atado a criar um consumidor e menos um sujeito político.

No final de setembro de 2012, houve uma reunião aqui na Fundação Heinrich Böll (hbs), com participação do professor Jessé Souza, do José Antonio Moroni, do INESC, e outras pessoas ligadas principalmente à Unicamp, como o Eduardo Fagnani, mas também o Silvio Caccia Bava, do Le Monde Diplomatique, a Joluzia Batista, do CFEMEA, Cândido

3. Disponível em <https://br.boell.org/pt-br/2013/09/03/nova-classe-media-no-brasil-como-conceito-e-projeto-politico-versao-impressa-esgotada>.

Grzybowski, do Ibase, Lígia Bahia, da UFRJ e Sonia Fleury, da FGV, e mais algumas colegas da F. Böll. Nasceu então a proposta de fazer o livro “A nova classe média como conceito e projeto político”. Ele reúne uma série de artigos que fazem uma crítica conceitual empírica e procura examinar também o projeto político por trás da criação desse objeto. A conclusão muito resumida aponta que não há justificativa para chamar essa população de nova classe média.

Um dos principais apontamentos do livro foi que o governo Lula acelerou a privatização da saúde e da educação e constituiu a NCM como aqueles que podem e devem comprar serviços essenciais no mercado privado, que antes eram prioritariamente ofertados pelo Estado, como educação e saúde. Enfim, ao lado de livros, que vocês todos conhecem: o primeiro do Marcelo Neri, depois do Bolívar Lamounier, do Jessé Souza e do Marcio Pochmann⁴, nosso livro virou uma referência também.

Decidimos também fazer um seminário comparativo binacional na Índia, em abril de 2015. Reunimos então pesquisadores e militantes indianos e brasileiros (Marilene de Paula e eu, Carla Barros que apresentou um trabalho sobre a NCM na telenovela; Sônia Fleury, pesquisadora e professora da FGV/RJ e Cândido Grzybowski, do Ibase). Descobrimos que são discussões e objetos muito diferentes. A nova classe média indiana é totalmente diferente da brasileira e a cultura na qual ela atua, se gera e se constitui também, apesar de serem dois países emergentes e terem algumas similaridades. Desse seminário vamos lançar um livro, visando mais o público indiano e internacional.

As perguntas básicas para nossa conversa hoje são: a partir da crítica ao conceito NCM será que perdemos, social e economicamente, o nosso sujeito por conta da atual conjuntura política, a qual inclusive, nós achávamos que ele nem existisse? No site do IPEA não conseguimos achar, por exemplo, uma tabela atual das classes A, B, C, D e E. A Secretaria de Assuntos Estratégicos tinha lançado aquele grande projeto “Vozes da nova classe média”, mas a Secretaria nem existe mais, então não existe mais site. O governo Temer, pelo menos na minha percepção, não tem mencionado a NCM. Será que o próprio objeto sumiu, será que é assim e por quê? O que significa a onda conservadora no Brasil e no contexto Latino Americano para o projeto de inclusão social por meio do crescimento econômico? O que significa esse processo para chances e perspectivas de uma inclusão

4. Ver em a) LAMOUNIER, Bolívar & SOUZA, Amaury de. A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010. b) SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009; c) SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo horizonte: Ed. UFMG, 2011; d) NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. Rio de Janeiro: Ed. Saraiva, 2011; e) POCHMANN, Marcio. Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

social com aprofundamento democrático? Outra questão específica para nós como fundação verde, é se há um projeto de transformação ecológica e social, sabendo que essa discussão ainda é insuficiente no Brasil?

ANDRÉ SALATA: Publiquei alguns artigos e também um livro sobre esse tema. Trabalhei com a questão de identidade de classe, também com a questão econômica das ocupações e junto com a minha orientadora Celi Scalón, publicamos algumas coisas⁵ criticando a concepção do Marcelo Neri de classe média focada na renda, chamando atenção mais para o caráter estrutural de classe, a importância de levar em consideração a posição ocupacional das pessoas etc. Então acho que felizmente a ideia de que há, ou houve, uma nova classe média no Brasil perdeu muita força. Na academia pelo menos não se encontra mais alguém defendendo a ideia de nova classe média, ou seja, de que houve uma nova classe média. Quando defende é se referindo a “classe média estatística, classe média num sentido sociológico e tal”, mas eu acho que aquele primeiro ímpeto, na verdade enfraqueceu porque as críticas foram muito fortes e baseadas em dados muito convincentes.

Mas se não tivemos crescimento de uma classe média, o que tivemos? Uma classe trabalhadora um pouquinho mais abastada, com mais poder de consumo ou foram apenas os batalhadores? Aí sim, está aberta a discussão e não há uma definição a respeito disso.

Acho que independente do nome que darmos, aquele fenômeno que o Marcelo Neri identificou está se perdendo, porque dependia de duas coisas: de crescimento econômico e distribuição de renda. E no momento não estamos tendo nem uma coisa e nem outra. Então a tendência é que haja pelo menos um estancamento, até uma redução daquele grupo que o Marcelo Neri chamou de NCM. Se isso está acontecendo ou não, depende de termos dados mais atualizados. Já em 2014 é possível identificar que aquele movimento de ascensão estava se enfraquecendo. Então esse objeto está em risco.

O significado da volta desse projeto conservador para essa inclusão é justamente o fim daquele ciclo virtuoso. O Estado teve um papel importante na ascensão econômica desse grupo, por exemplo, com o aumento do salário mínimo. A tendência agora é que o salário mínimo pare de crescer e até perca para a inflação, e isso provavelmente terá um efeito muito grande sobre esse movimento, junto com o desemprego, é claro.

5. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200009.

MIRIAM NOBRE: Eu li o livro da hbs e fiquei com três sensações: uma questão que o Márcio Pochmann coloca no artigo de que o modelo pelas produções de manufatura tende a ter uma estabilidade na distribuição da renda e criar setores médios de renda, mas não foi o caminho que fizemos no Brasil. Inclusive este caminho que ele aponta, o similar ao asiático tem impactos ambientais complicados. Mas também acho que ajudou para mim a fazer uma relação com uma questão que a Lena Lavinas⁶ coloca, olhando para o emprego formal através dos dados da RAIS [Relações Anuais de Informações Sociais], de porque nesse momento de igualdade que o Brasil viveu, graças a essa presença do Estado, isso não conseguiu mexer com a estrutura de desigualdade salarial entre mulheres e homens.

Acho que apesar da crítica ao economicismo e à utilização de dados quantitativos, é possível também ter boas análises utilizando o viés econômico e das estatísticas, e buscar mais sínteses a partir daí.

A segunda coisa é a afirmação de que era um projeto político funcional ao sistema. Então se era assim tão funcional ao sistema, para que precisava de golpe? E a outra coisa, em termos da constituição desses setores, é que política eles jogam? Essa é a questão que o momento nos coloca, por exemplo, tentar olhar de novo para as manifestações de 2013 com certa distância. Olhar para quais foram os setores que se mobilizaram na defesa do impeachment e se esses setores existem politicamente ainda, com que consistência e com que atuação política. Em relação a isso, eu acho que esse objeto não se perdeu.

GIUSEPPE COCCO: O fato de ter a impressão de que a NCM, o sujeito, o objeto, sumiu é um dos problemas do debate que conduzimos até agora.

Me parece que o recorte do livro da hbs é uma crítica de que é um projeto conservador, seja do ponto de vista da formulação do conceito “Nova Classe Média”, seja do ponto de vista das políticas que produziram essa realidade, chamada assim, mas que enfim, pode ser chamada também de a grande transformação dos últimos 10 – 15 anos. Acho que se falamos que estamos diante de algo que era conservador, fica meio esquisito, porque então essa virada conservadora diante de algo que já era conservador? Será que é o conceito de NCM que não é adequado?

Num seminário que organizei em 2012 com o título “A ascensão selvagem da classe sem nome – tatu or not tatu” nasceu uma polêmica que acho interessante trazer aqui. Essa polêmica dizia respeito a uma análise do Lulismo bastante diferente, no sentido de dizer que não havia nenhuma

6. LAVINAS, Lena. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6):1463-1476, 2007.

classe média, embora o debate fosse importante e alimentasse essa base de artigos, estatísticas, marketing, políticas.

O marketing da NCM tem muita eficácia, pois não é apenas marketing, é um discurso de modelo de desenvolvimento, um marketing político eleitoral e um marketing das empresas. Você lia a imprensa econômica e a NCM era um *target*, tinha uma efetividade, uma instrumentalidade. Então a ideia era dizer que todas essas abordagens: aquela em torno de faixa de renda do Marcelo Neri, a neoliberal; aquela que tentava ainda colocar as questões na produção, do Pochmann, dos *working poor*, pegando a teoria norte americana da década de 1970; e aquela antropológica ou etnográfica do Jessé Souza; na realidade elas se opunham entre si, mas você podia fazê-las funcionar juntas, naturalmente, na medida em que eram resignificadas falando de pobres no mundo do trabalho. Então posso afirmar que a centralidade não é a “nova classe média”, mas o *pobre*. Mas, não apenas no Brasil, aonde o pobre tem uma centralidade ligada ao subdesenvolvimento ou a um desenvolvimento ainda travado, mas ao *devir-pobre* no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Com antropólogos que trabalham com os índios acabamos em uma briga do ponto de vista conceitual, pois eles diziam: *devir índio do pobre* sim, ou seja, o pobre tem que sair dessa determinação sociológica, desse determinismo que o oprime, mas *devir-pobre* do índio, não. Então essa oposição que pode parecer completamente abstrata tinha como desdobramento a polêmica sobre o fato que, por exemplo, uma parte dos antropólogos que trabalhavam lá na Amazônia sempre diziam que o Bolsa Família ou o Programa Luz Para Todos tinham um efeito deletério sobre os ribeirinhos, porque essas populações começaram a usar o dinheiro, perdiam suas atividades, enfim. Os programas sociais viraram objeto de uma batalha teórica e política, apesar de nós querermos nesse evento fazer uma crítica ao modelo neodesenvolvimentista conduzido pelo governo Dilma. Por isso respondemos organizando esse seminário em 2012.

Esse seminário era para afirmar que não existe nenhuma nova classe média, mas ao mesmo tempo tampouco é uma classe trabalhadora, então é outra coisa, por isso ela é sem nome e é selvagem, porque junta pobres e índios, e o Brasil está na frente nesse sentido. Essa “ascensão selvagem” aconteceu em junho de 2013, quando veio abaixo todo esse debate estatístico. Não por acaso os três que eu citei foram presidentes do IPEA no mesmo governo, por isso não houve ruptura.

Hoje estamos em uma crise derivada do fracasso da aventura neo-desenvolvimentista, um fracasso antecipado por junho de 2013. Megaevento, megaobra, nova classe média, megabarragem, subsídio a grande indústria para o pessoal consumir, era exatamente esse o projeto, não tinha nada

de progressista. Só que essa inclusão dos pobres enquanto pobres, quer dizer, essa NCM incluída pela faixa de renda, diz respeito a um novo tipo de capitalismo no qual estamos na realidade global. Capitalismo esse que não propõe mais o emprego, mas a empregabilidade. Na empregabilidade o melhor emprego é aquele que não acontece, ou seja, quando você é contratado como pessoa jurídica, o que é uma ficção. Esse tipo mistura as formas tradicionais de mobilização da precariedade que o Brasil e o Rio conhecem desde sempre com as formas ligadas aos processos de modernização. Então nós temos a mobilidade dos pobres, mas que continuam sendo pobres.



A presidenta Dilma Rousseff entrega 500 unidades do programa Minha Casa, Minha Vida, em Duque de Caxias, região metropolitana do Rio de Janeiro

Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil, 09 de abril 2015, licença CC BY-NC-SA 2.0.

A pacificação das favelas do Rio de Janeiro foi um exemplo. Era um projeto que tinha várias vertentes: reorganização da cidade com os megaeventos. Foi a tentativa de entrar nas favelas, eliminar certo tipo de armamento e regularizar os serviços. Assim, o pobre é integrado como pobre, sem discussão sobre a relação salarial do tipo industrial. A integração salarial do tipo de serviços que o Brasil ou mesmo o Rio tem não tem nada a ver com o que era entendido no fordismo nas economias avançadas. Então integra-se o pobre como tal a partir das gestões dos serviços, da telefonia, por exemplo, essa aí é a questão fundamental. E, portanto, o que temos exatamente é a composição de um novo trabalho metropolitano, aonde para trabalhar tem que

ser um batalhador, ter uma renda, mas mesmo assim você continua sendo *working poor*.

Vejam bem, um dos desdobramentos de junho foi também os rolezinhos em São Paulo. No Rio houve uma tentativa de reproduzi-los, mais do ponto de vista do ativismo. Em São Paulo foram autônomos, originais, ou seja, utilizando os templos do consumo, que são hoje as novas fábricas, o capitalismo da circulação. Os shopping centers no Centro e na periferia de São Paulo tiveram que fechar e houve uma repressão brutal.

O rolezinho é um grande movimento selvagem similar ao da fábrica fordista na década 1950 e início da década de 1960. O consumidor pode entrar individualmente e ele se abre a todos para além das fragmentações, das linhas de racismo, ou seja, quando ele entra coletivamente como operário, ou mesmo o operário que entra individualmente na fábrica para trabalhar, ótimo, é preciso. A mesma coisa o consumidor, mas quando ele entra coletivamente resignificando aquele lugar, é como fazer uma manifestação operária, o equivalente a uma greve.

Nós não estamos diante do desaparecimento do objeto, ao contrário, estamos diante da transfiguração desse objeto em sujeito, só que é um sujeito que não se encaixa em nenhuma categoria. E depois que Junho foi pacificado pelo Governo do PT, esse que foi impedido e que inclui o PMDB, esse movimento reapareceu, mas em formas diferentes e foi hegemonizado pelos MBLs⁷ da vida.

Entretanto, são milhões de pessoas, quer dizer, quando dizemos que é somente da classe média e transformamos todas as manifestações em de elites, parecendo que estamos na Suíça, na Alemanha, isso não é verdade. Como podemos juntar todo esse mundo nas ruas de São Paulo, em Copacabana, várias vezes? Havia uma mobilização dos setores das classes altas e da elite depois da eleição da Dilma, com certeza, mas que esses setores tenham se tornado hegemônicos..., claro que do ponto de vista do tipo de organizações que chamaram para essas manifestações, isso é verdade. Mas deve ser incorporado que isso também é uma manifestação de uma multidão do trabalho metropolitano. E já em Junho ninguém sabia como lidar com aquilo. Então eu acho que o tema está ainda mais atual e urgente, porque há uma mobilização desse sujeito que continua eventualmente sem nome.

BRAND ARENARI: Eu vou começar falando sobre a disputa entre o rótulo e o fenômeno. De alguma maneira aqui, todos nós concordamos que o

7. O Movimento Brasil Livre (MBL) é uma entidade criada em 2014 e que ganhou força com as manifestações pró-impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2015. O movimento se definiu como neoliberal e apoia pautas como o projeto Escola sem Partido, fim do controle do estado sobre a economia e privatização das empresas públicas, etc.

rótulo primeiramente atribuído de NCM não é o mais adequado, pois foi altamente criticado. De alguma maneira esse termo está muito preso ao marketing político também, de um governo e de uma gestão. A gestão do Neri no IPEA também afirmou isso e o governo também abraçou a ideia de “agora o Brasil se torna um país de classe média. Então a nossa pirâmide vai mudar.” Por outro lado, acho que o fenômeno existe. Apesar de termos dificuldade de nomear, há uma transformação social; há um grupo de atores com algum grau de coesão na sua agência, no seu comportamento social que não sabemos denominar. Isso gera um desconforto do ponto de visto epistemológico.

Quando participei do projeto do professor Jessé Souza que fala sobre os batalhadores⁸ associados à ideia de uma nova classe trabalhadora, quem elaborou o termo batalhadores e quem propôs essa pesquisa, não foi nem propriamente o professor Jessé, foi o ex-ministro Mangabeira Unger. O ministro nomeou essa nova gente, esse novo desconforto, de batalhadores. Jessé o associou a uma nova classe trabalhadora, mas são visões diferentes.

O que seriam os batalhadores? Os batalhadores são justamente o nome daqueles que não se enquadram nas categorias modernas. A primeira crítica do professor Jessé é de que não se pode chamá-los de classe média, porque esse setor não tem nada das características que nós atribuímos a uma classe média tradicional. Se essa crítica vale para o termo nova classe média, também vale para o termo nova classe trabalhadora, porque essa nova gente que está aí também não estava diretamente relacionada semanticamente ao que se atribui à classe trabalhadora, uma classe assalariada, a massa de trabalhadores do século XIX.

Ainda há um elemento que traz mais problemas. Em dois livros falando sobre a classe média europeia do professor Klaus Eder, que foi o meu orientador na Alemanha, ele começa dizendo: “olha, o termo classe média é muito ruim, porque é negativo, não é um termo objetivo, ele não diz nada. Classe média é um não ser, está entre uma coisa e outra. Então é um termo difícil de definir, a gente precisa inventar outros nomes”.

Vou usar um termo aqui, não sei se é o melhor: setores intermediários, pela sua neutralidade semântica. Embora haja o termo *batalhadores*, como o professor e o ministro Mangabeira colocam, ele é nesse sentido um desconforto, pois temos um novo tipo de organização social. Temos um fenômeno diferenciado e relacionado com todos esses temas: inclusão, democracia, entre outras coisas. Se talvez usássemos termos tradicionais, o que mais se aproxima seria uma nova pequena burguesia, porque são setores que na maioria das vezes são ligados ao empreendedorismo, um empreende-

8. SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo horizonte: Ed. UFMG, 2010.

dorismo aventureiro sobre o mundo, se reorganizando para o trabalho de outras formas que não tem a ver com a questão dos assalariados e estão buscando o seu espaço no mundo. Então há um novo setor, com novos interesses. O elemento que trago para contribuir com o debate, é como o fenômeno do pentecostalismo reorganiza esses novos interesses de uma classe que não vemos enquanto classe em diversos setores.

Na minha tese de doutorado sobre o pentecostalismo, associo a ele o surgimento de novas classes na modernidade, que exigem para isso a reorganização de novas linguagens religiosas. A primeira delas a teoria clássica propõe, é a burguesia. O calvinismo vem para dar suporte e reorganizar aquele mundo de novos interesses que o velho catolicismo não conseguia para a classe trabalhadora e o metodismo, a segunda reforma dentro do movimento de reforma. Temos, então, uma terceira reforma que é o pentecostalismo, relacionado à expansão sobre a periferia do mundo e sobre a periferia urbana como um novo ator social pouco analisado enquanto uma categoria não transicional, mas uma categoria da expansão do sistema moderno capitalista sobre o mundo. Então o pentecostalismo é a religião desse novo extrato que aparece no final do século XIX e se espalha no século XX, principalmente na América Latina, fazendo com que o Brasil seja o maior país pentecostal do mundo e a América Latina o centro de expansão do pentecostalismo no mundo, entre outras coisas.

A principal promessa desse novo deus que aparece para essa gente é a promessa de integração no mundo. A todo o momento, desde o início do pentecostalismo e em todas as suas fases, se espremermos o sumo da promessa de salvação religiosa o que está ali é: vou te integrar ao mundo que disseram que você seria integrado, mas que você ainda não se integrou. Então a partir daí, há um liberalismo popular mediado pela instituição religiosa.

A pergunta sobre democracia, a partir da inclusão, é marcante, talvez não aquela inclusão que nós pensamos, com as categorias que nós herdamos da civilização europeia ou sempre pensando que mais participação, mais inclusão política, irá sempre gerar o mundo que esperamos. Às vezes mais inclusão, vai gerar um mundo muito diferente do nosso, e é o que na maioria das vezes acontece. Então essa nova classe e a transformação que nos desconforta, é a ruptura com as classes populares que estavam imersas em um mundo, em uma energia passiva, em uma energia do mundo do catolicismo popular, no qual se misturava também com as religiões de matriz afro, que dava um lugar estático para essas classes unidas: “o lugar de vocês é aqui.” Essa nova promessa de um liberalismo popular mediado pela religião, vai dizer para as pessoas: “o mundo é um lugar que vocês podem tomar e vocês vão tomá-lo para si, porque Deus disse que esse mundo é de vocês.” E aí essa nova gente se reorganiza, tem os seus interesses, as suas

demandas. E a principal delas é a inclusão; é inclusão no mundo para participar do consumo, participar do mercado de trabalho, participar do lazer, do empreendedorismo e principalmente da política. Para assim se proteger contra a violência, contra todas as coisas do mundo, pois tudo que é valioso no mundo agora pertence a mim. Então isso aparece para nós como um desconforto, pois são novas formas de organização da vida, novas formas autônomas de empreendedorismo local que faz (e eu brinco no artigo) com que manicures itinerantes montem os seus primeiros salões de beleza, isto é a presença desse liberalismo popular. E na política também. Há uma linguagem religiosa para rearticular interesses legítimos de classe para participação no mundo. Há uma integração muito grande; começam a participar e ocupar esses espaços. Para a maioria de nós que tem uma formação universitária, vem de uma classe média tradicional, isso nos espanta, nos assusta, e às vezes repelimos em uma visão puramente classista.

Por exemplo, a questão de gênero, principalmente ligada ao tema dos homossexuais: Quais são os elementos reais, sensíveis a essas novas classes? Há uma luta entre as classes pobres no Brasil para manter a unidade familiar como uma unidade chave. Isso é fundamental na luta social pelo seu espaço.



Ato contra a intolerância religiosa no local onde incêndio criminoso queimou o Templo Ilê da Mãe Baiana no DF

Foto: Comissão de Direitos Humanos da Câmara, 30 de julho de 2012,
licença CC BY-NC 2.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/2.0/>)

Esse universo da família é um universo altamente sensível, ou seja, as classes populares principalmente as mais vulneráveis, entendem a estabilidade familiar como uma vitória na vida social. Isso é transformado em um discurso entre pastores e políticos: “está vendo? Os gays ameaçam a família.” Por isso eles não necessariamente estão ligados ao preconceito, mas ligados a essa ideia. Nós, progressistas, precisamos entender, pois a maioria de nós tem família estável, organizada dentro dos padrões, não estou dizendo que seja perfeita, mas organizada nisso, pai, mãe, entre outras coisas. Isso é uma luta para alguns setores, isso também é usado por essas lideranças.

Em resumo, há uma nova organização transformando a estrutura social brasileira. Vejam, o Brasil passa por uma revolução religiosa, por conta da velocidade de conversão e de transformação; são poucos fenômenos sociais que têm essa velocidade. Se pegarmos dos fins da década de 1980 até hoje, são trinta e poucos anos, ou seja, de um país hegemonicamente católico, hoje nós já podemos dizer que somos 50 a 50. Isso é uma transformação em uma velocidade muito grande, como diz [o sociólogo alemão Niklas] Luhmann, o conceito de revolução é: mudanças fortes em um período de tempo muito curto. Então estamos passando por uma revolução cognitiva religiosa e basicamente entre as classes populares.

Se pegarmos todos os estudos sobre a distribuição dos evangélicos iremos verificar que eles estão na periferia urbana, ou seja, trata-se de uma reorganização urbana. Ao percorrer o lugar mais pentecostal do Brasil, a Baixada Fluminense, periferia urbana, é ali onde esse modelo mais se expande reorganizando essas demandas e empurrando-os para tomarem espaços dentro do mundo. Então já há uma expansão democrática no sentido formal do sistema político, uma ocupação de espaço de poder dentro da sociedade.

O tema do conservadorismo está junto desse bolo. Eles são muito sensíveis a qualquer ameaça contra “seu conservadorismo”, porque vivem sob a ameaça do retorno a uma vida desorganizada. Então eu fecho dizendo que essas igrejas vão mediar, reorganizar a família, o sistema econômico, recriar também o sistema político; elas vão reorganizando aquela vida social, interesses dispersos que tomam sentido. Então, os evangélicos não são o elemento determinante na explicação, pois não há nenhuma causalidade linear nesse fenômeno, mas é um elemento organizador e isso aparece como uma classe.

J. MORONI: Num seminário em 2008 no Instituto Fernando H. Cardoso, ao qual fui convidado, os participantes disseram o seguinte: esse fenômeno não era uma nova classe média, porque “imagine esse povo ir ao MASP, olhar para uma tela de Picasso e não ter o menor entendimento do quê aquilo significava, para quê era aquilo”, pois não tinham bagagem cultural



Realização na Avenida Comercial Norte, em Taguatinga-DF da 3ª Marcha para Jesus.

Foto: José Cruz/Agência Brasil, 04 de julho de 2015, licença CC BY-NC-SA 2.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.0/>).

nenhuma. Eu acho que o PSDB estava percebendo bem antes talvez do que o nosso campo político, não partidário, que havia uma mobilização social. Na época eles associavam muito isso ao Bolsa Família. Para o PSDB a estratégia seria retomar a hegemonia na classe média tradicional.

Podemos analisar a questão da nova classe média a partir desse debate sobre estratégia política, lembrando que no discurso de campanha do Lula, já em 2002, quando dizia que seu sonho era transformar o Brasil em um país de classe média, visto como o trabalhador chegar em casa, comer três vezes por dia, a mulher fritando o bife, só faltou dizer que tinha que trazer o chinelo, coisas assim. Em termos de projeto político isso já estava desenhado e acho que no imaginário político do Lula seu governo tinha esse papel. Então a inclusão pelo consumo foi um projeto político. Eu nem sei se dá para caracterizar que tenha sido um ciclo, porque em termos de tempo histórico é um período muito curto. Acho que foi uma coisa momentânea na vida do Brasil, como é momentaneamente a democracia.

Porém, o fenômeno está aí; são novos sujeitos políticos, são novos grupos, que estão entrando na cena pública e não conseguimos lidar com a entrada desses novos personagens, tanto do ponto de vista organizativo da esquerda

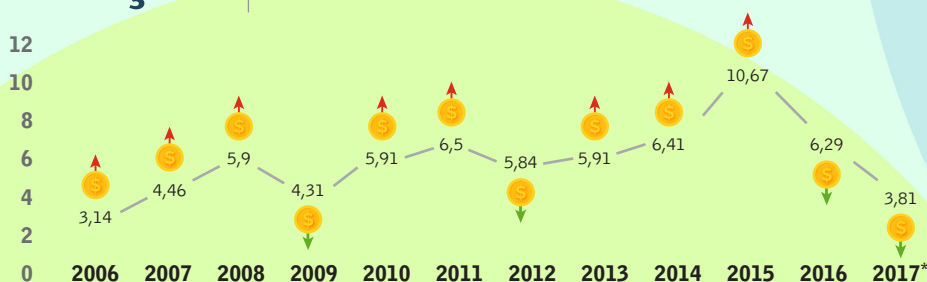
Salário Mínimo

Em 12 anos o salário mínimo aumentou **267,7%**



Inflação

*Inflação 2017 de jan-ago



Previdência



81,6%

dos domicílios com pessoa idosa possui benefício de aposentadoria e/ou pensão (2015)



4,25 mi

de pessoas receberam até setembro de 2017 o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

MEI – Microempreendedor Individual

A Receita estima que exista hoje em torno de R\$ 1,7 bilhão de débitos declarados e não pagos por MEIs, o que atinge um total de aproximadamente 2 milhões de microempreendedores. Dos 955,3 mil CNPJs abertos

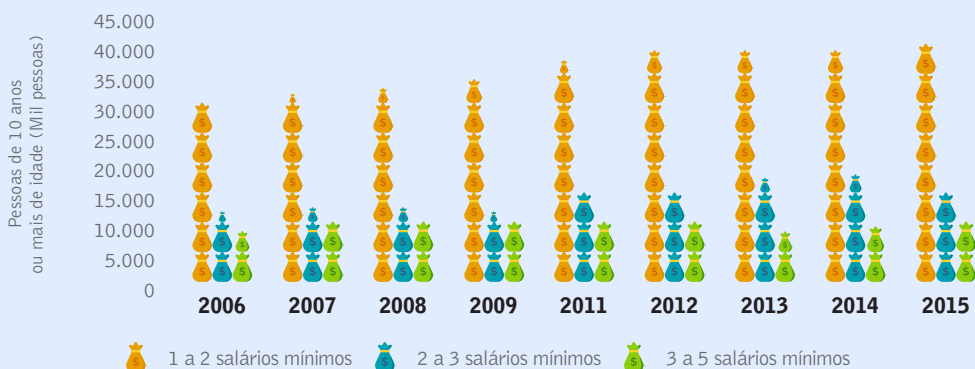
entre janeiro e maio deste ano, 79,2% eram MEIs, segundo dados da Serasa. Em 2013, essa parcela era de 42%. Segundo o Sebrae, 23% das empresas no Brasil fecham as portas nos dois primeiros anos.



Renda

1 a 5 salários mínimos (2006-2015)

* Em 2010 não foi feita a PNAD.



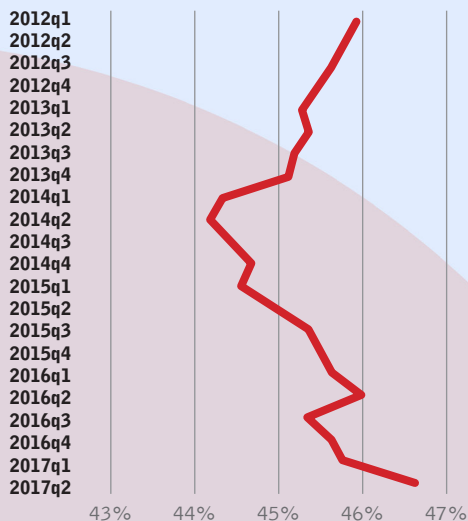
(Des)emprego



Informalidade

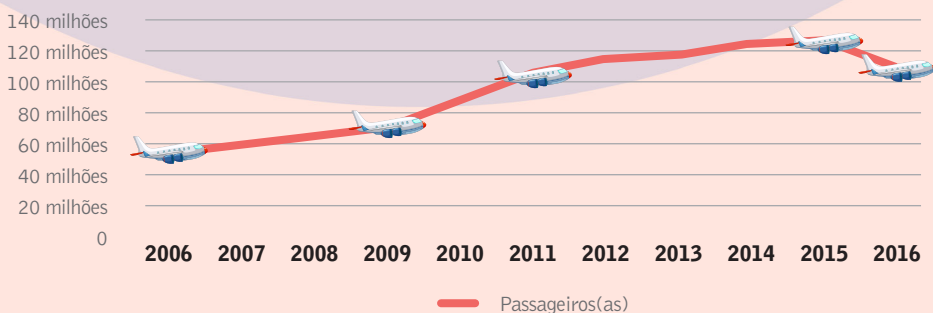
Mercado de trabalho

Fonte: PNAD. Artigo de Bernardo Coelho, IBRE/FGV.



Viagem de avião

Ano



como, por exemplo, a juventude das periferias. Esse fenômeno às vezes é identificado muito pelo viés econômico ou fruto do crescimento econômico que gerou a distribuição de renda. Há, entretanto, um outro fenômeno que gerou essa mobilidade, se analisarmos por uma via mais politizada, pois parece que às vezes coloca-se no mesmo saco e para mim não é: são frutos também das políticas afirmativas, seja na questão de gênero como na questão racial. E há uma diferença muito grande em termos de participação política desses setores, ou seja, daqueles que foram beneficiados pelas ações afirmativas que são fruto de luta política e social, e esse outro, simplesmente fruto do crescimento econômico. Se compararmos a partir das mobilizações de 2013 para cá esse setor do crescimento econômico, da distribuição da renda, não se mobilizou nem para um lado e nem para o outro. Na Frente Brasil Popular alguns dizem assim: “os trabalhadores não entraram em cena”. Já esse grupo, fruto dessas ações afirmativas, principalmente a juventude, entraram e tiveram lado.

Esse setor que teve acesso a determinados bens de consumo e hoje está reduzido por causa da questão da crise econômica, pois tiveram esse avanço muito mais pela valorização do salário mínimo e não das políticas de transferência de renda, diante da crise, perdendo isso, ele vai para onde? Ele se agarra onde?

Outra questão é a própria negação da política. Apesar dos setores das igrejas terem um projeto político, apesar de que explicitamente não seja colocado dessa forma, eles colocam a negação da política como discurso. Mas até que ponto esse discurso do fundamentalismo religioso é capaz de segurar esses setores no momento de crise econômica e ameaça de perdas de direitos, como a questão da reforma da previdência, pois acho que mais do que a saúde, não ter a possibilidade de se aposentar atinge em cheio esse setor.

BRAND ARENARI: Mas temos de levar em conta que a maioria deles nunca sonhou com aposentadoria. A aposentadoria é um universo muito longínquo. Tem setores que nunca foram integrados ao ponto de sonhar com aposentadoria.

J. MORONI: Mas o salário mínimo envolve a questão dos benefícios, não só de aposentadoria, não só da Previdência, pois há o Benefício de Prestação Continuada⁹ que é uma assistência ao idoso e para a pessoa com deficiência

9. “O Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou ao cidadão com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente. Por se tratar de um benefício assistencial, não é necessário ter contribuído ao INSS para ter direito a ele. No entanto, este benefício não paga 13º salário e não deixa pensão por morte”. Disponível em <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/beneficio-assistencial-bpc-loas/>.

com uma renda per capita familiar até um quarto do salário mínimo. Então para esses extremamente pobres, que não estão no sistema da Previdência, estão na assistência com um salário mínimo. Então, metade não está no sistema da Previdência, mas está nesse sistema de proteção. Mexendo na Previdência, mexe nesse outro conjunto de benefícios. E na imaginação da população é aposentadoria, apesar de não ser nossa compreensão clássica.

Metade da população economicamente ativa está fora do sistema da Previdência. Do ponto de vista da disputa política, avalio que esses setores todos, apesar desse papel fundamental das igrejas no fundamentalismo que eu concordo plenamente, é um setor que está em termos de projeto político, solto. Nenhum partido político consegue dialogar com esse setor, muito menos organizar, ter vínculo organizativo, orgânico. Quem está conseguindo fazer isso de certa forma são as igrejas. Não só as igrejas do fundamentalismo, mas as igrejas protestantes históricas e a católica, estão retomando muito desse campo, parte dele, principalmente no interior, pois não é um fenômeno apenas das capitais.

Por outro lado em termos de ação política, principalmente a juventude, as mulheres e a luta-antirracista são importantes. Tem também o reconhecimento, por exemplo, da questão LGBT [Lésbicas, Gay, Bissexuais e Transsexuais], apesar de haver poucas políticas voltadas para esse setor, mas houve um reconhecimento através do sistema de participação, realização de conferências, conselhos e tal. Houve um reconhecimento de suas identidades e um reconhecimento como sujeitos políticos. Então eu acho que é outra dinâmica, e não podemos colocar no mesmo bolo com essa nova classe média.

CARLA BARROS: Vejo então em nosso debate duas linhas que se relacionam. Começando pela primeira: a construção desse conceito de “nova classe média” com fins políticos. Tenho pesquisado, desde a fase do doutorado, a construção desses segmentos como consumidores; minha tese foi sobre o consumo de empregadas domésticas. Eu fiz um levantamento em estratégias de marketing e propagandas e os segmentos populares eram invisíveis. As pessoas com algum poder no mercado diziam: “não, a gente não pode fazer produtos, criar produtos de serviço para uma classe pobre que mal tem dinheiro para comer.” Então eles usavam uns nomes que desqualificavam as pessoas mais pobres, dizendo não serem *target*. Depois dessa fase de invisibilidade, veio o surgimento da dita nova classe média. A Revista Exame e uma série de outras revistas publicaram sobre o tema em inúmeros artigos com a mesma ideia: temos agora um “novo” consumidor. Naquele momento anterior que eu comentava as empresas não faziam pesquisa de mercado com os mais pobres. Elas pesquisavam

mulheres de classe média e achavam que toda classe pobre era aspiracional, ou seja, o que a patroa quer e consome, a empregada vai querer. Esse consumidor que era desqualificado e invisível começa a interessar ao mercado, devido ao aumento da renda de parte da população mais pobre. Pesquisas passaram então a ser feitas por muitas empresas, como as de mídia – TV Globo, Grupo Abril, entre outras –, buscando descobrir, por exemplo, como incluir esses grupos nas narrativas, como nas telenovelas. O negócio enlouqueceu tanto, que falavam que a Globo nunca tinha feito novelas com protagonistas de classe mais pobres, o que não era verdade. A diferença é que nas novelas recentes, os grupos populares eram pessoas com mobilidade social, quer dizer, mostrava certa mobilidade. A classe média era ridicularizada em algumas novelas, como foi o caso clássico de Avenida Brasil. Nessa novela havia um marido com três mulheres e a classe emergente queria permanecer no seu lugar. Tinham empreendedores importantes, como a personagem Monalisa, baseada na história da empresa Beleza Natural. Ela era de classe média baixa, criou um produto para o cabelo, ficou rica e não queria morar em Ipanema, porque Ipanema era um lugar onde ela não se sentia bem. Aí houve toda uma discussão sobre manter os estereótipos, ou seja, era para “você ficar no seu lugar e não ir para os bairros das classes altas, ou era uma questão de afirmação do seu lugar de origem”. As classes mais pobres, por terem um estilo de vida próprio, preferiam ficar onde se sentiam confortáveis, onde tinham as suas relações de vizinhança e sociabilidade, mesmo tendo um significativo aumento de renda. Como sabemos mudança de renda não é suficiente para levar a uma mudança de classe social.

Um primeiro caminho nessa discussão, então, é olhar para a construção, as representações da nova classe média. Representações com fins políticos e midiáticos, que é o caso da TV Globo, por exemplo, pois foi quem afirmou ter levado a nova classe média para a televisão. Isso é muito mais complexo, porque alguns profissionais da Globo também falavam que sua produção sempre foi para todas as classes, de que é uma televisão democrática.

Acho que há outro eixo interessante para introduzir no debate, que é o antropológico, ou seja, tentar ver esse fenômeno um pouco do ponto de vista interno, daqueles agentes sociais e das práticas cotidianas com relação à hierarquia de consumo: o que essas pessoas gastam e o que isso significa na vida delas. Por exemplo, a religião é uma coisa que apareceu muito na pesquisa com empregadas domésticas. Foi quando me dei conta de como era importante a religião para essas pessoas, porque nós enquanto não-pentecostais não nos aproximamos desse fenômeno.

Na minha tese foi muito interessante perceber que as empregadas evangélicas, a partir de suas histórias de vida, tinham uma ascensão econômica extraordinária em relação às empregadas católicas. Elas tinham o discurso de

ascensão econômica, eram empreendedoras e uma delas inclusive tinha dois filhos em universidades federais. Era a primeira geração de filhos na universidade. Criticavam o consumismo das católicas, mas também o consumismo do mundo em geral. Em um dos relatos que eu registrei, o pastor mandava levantar a mão quem tivesse, por exemplo, dívidas nas Casas Bahia, ao que alguém respondia, “Eu tenho.” E o pastor: “Mas você não pode, você não pode ser endividada.” Então tem uma regulação do econômico, que eu acho bastante complexa. Há uma hierarquia de consumo que devemos observar com um pouco mais de cuidado.

Outra coisa é o que significa o consumo para esses grupos.

Há uma preocupação com consumo, por questões ecológicas e tal, já que uma massa de novos consumidores no Brasil, na Índia, vão entrar no mercado. Mas tem outro lado, que não costumamos abordar muito: quando falamos consumo, pensamos prioritariamente em consumo de bens, de produtos, aqui no Brasil isso é muito forte. O consumo é muito visto no Brasil como modo de humilhação do outro ou como o modo inescrupuloso de muitas empresas ricas serem, que é uma coisa que de fato preocupa tremendamente. Mas tem outro lado: observo que esse aumento de renda por menor que seja, faz uma coisa muito importante que é a mãe investir no filho, porque o filho na estrutura familiar das famílias que eu tenho pesquisado, é mais importante. Estou falando em termos dos gastos da família; depois dele vem a mulher e o marido fica no final. Independente se é menino ou menina, embora ainda se encontre uma hierarquização de gênero. Mas eu tenho visto que isso está mudando. Existe uma preocupação com a educação da filha também. Então com esse dinheiro extra é possível fazer um curso de informática, por exemplo. As pessoas têm a sensação de que a escola não está dando nada, então fazem um curso de inglês, compram um computador para não ir na *lan house*, porque a *lan house* é um lugar visto por alguns como problemático.

O Brasil está em grande transformação. Só para exemplificar o que eu estou falando, quando eu fiz a pesquisa com as empregadas, em torno de 2006, eu reparava que as mais velhas, de um momento anterior da sociedade brasileira, viam a vida como um mundo muito estático: o mundo da patroa e o mundo da empregada, o que aparecia em frases como: “eu nunca vou conseguir estudar”, e “sua filha é o quê? Empregada doméstica.” Então, no Brasil, assistimos gerações e gerações em que havia uma empregada doméstica que quando ia ficando mais velha oferecia à patroa, “tem minha filha, tem minha sobrinha”. Assim foi durante muito tempo, porque havia uma ideia de uma certa complementaridade entre os fortes e os fracos, quase como um pacto silencioso entre os fortes e os fracos. Mais recentemente

está havendo um maior enfrentamento e curiosamente os evangélicos estão enfrentando mais essa opressão (nos nossos termos). No seguinte sentido, se uma patroa tira as carnes do feijão - isso foi um caso que aconteceu relatado por outra pesquisadora - a empregada foi reclamar com ela, “porque a senhora tirou a carne do meu feijão? Porque a minha comida é pior do que a sua?”. Outra empregada que entrevistei, contou a história de uma colega para quem a patroa deu um pano de chão para a filha tomar banho, e ela falou “o quê é isso? Você está achando que nós somos animais?”. E aí elas contaram casos de gerações anteriores nas quais ninguém confrontava isso, pois era visto como “natural” você não comer o camarão do patrão e tal. E na visão pentecostal tem uma coisa de que eu não posso me humilhar assim, já no catolicismo há uma glamorização dos pobres. Como os evangélicos valorizam mais essa vida e sua materialidade, tentam buscar uma relação mais igualitária. Na minha prática eu tenho visto as filhas das empregadas querendo ser empreendedoras ou trabalhar em lojas, varejos, telemarketing e muitas falam “eu não vou ser empregada doméstica, eu não vou ser faxineira”.

Eu estou pesquisando agora, uma primeira geração de filhos que está entrando na universidade. Há uma nova escolaridade e um novo capital cultural também. Então mesmo que ainda seja pouco quantitativamente, é uma mudança muito grande em um país que se via extremamente hierarquizado.

Eu fiz uma primeira pesquisa em 2001, e uma empregada doméstica falou assim, “para entrar na faculdade tem que pagar a luz?”. Ela achava que devia ter alguma coisa para entrar na faculdade que ela não fazia, porque ela rasgava as contas de luz, ninguém pagava, tinham “gato”. Eu perguntei: “por quê?”, “Porque só os ricos de classe média entram na universidade. Vocês fazem alguma coisa para entrar?”.

O que estamos exatamente discutindo é: ter dinheiro a mais não significa mudança de classe, de percepção, mas se vivemos em uma sociedade de consumo, significa para essas pessoas algum tipo de inclusão. Assim, temos de pensar em outro conceito de inclusão, pois o nosso ver é sempre o consumo como negativo, já que temos uma série de questões legítimas ligadas à crítica ao capitalismo, que inclusive devem continuar sendo colocadas. O sentido é ver como esses agentes estão mudando as suas cabeças, mudanças internas que podem ser mais profundas.

Devemos também observar que estamos falando de um grupo muito mais heterogêneo, no qual o conceito de identidade é muito fluído, porque não há uma identidade única. Eu vejo que essas pessoas dizem que são classe média porque esse discurso foi para a televisão, numa representação da classe C. Têm pessoas que eu considero classe popular e quando eu converso, ela diz: “ah, eu sou classe média.” Aí passava um pouquinho e fala, “não, mas eu sou

pobre”, a mesma pessoa dizia as duas coisas. Ou seja, na comparação comigo ela é pobre, mas acha que melhorou de renda e o filho está fazendo informática, inglês, então ele é classe média. Há, portanto, uma complexidade na própria classificação, por isso acho que esse objeto está supervivo.

A questão é: devemos saber que tipo de mobilidade é essa, embora para nós pareça bastante restrita em muitos casos, como essa mobilidade está mudando a própria auto-representação dessas pessoas na sociedade brasileira. Nossa visão do consumo é mais moralista e restrita principalmente em relação aos bens. Mas eu acho que isso é uma disputa. Por exemplo, há outras pessoas que falam, “ele não tem nem esgoto, mas tem uma televisão de 50”, eu acho que isso é uma discussão.

BRAND ARENARI: Então a questão não é puramente econômica. Se pegarmos o Brasil das classes populares, por exemplo, quando estávamos falando do Brasil do presidente Lula... ele está pensando no Brasil no milagre econômico da década de 1970, igual ao que ele foi beneficiado. Mas acho que vivemos um período de novas linguagens. Há uma revolução na exposição econômica que faz com que você entenda o mundo de outra maneira, que eu chamo mundo do liberalismo popular mediado pela igreja.

DAWID BARTELT: Então, ouvindo vocês, eu vou ter que defender o crescimento econômico incondicional, que não é a linha da transformação socioecológica defendida pela hbs? (risos)

J. MORONI: Eu acho que tem alguns nós nesse discurso ligados tanto a questão socioambiental como a questão do consumo. Eu me recordo que organizamos uma roda de diálogo sobre a questão das hidroelétricas na Amazônia, com várias comunidades locais, a partir de um discurso crítico sobre o tema e uma senhora levantou na hora e disse assim, “o quê? Agora que chegou *a minha vez* de eu ter geladeira e televisão na minha casa, vocês vêm me dizer que eu não tenho esse direito.”

CARLA BARROS: Temos uma visão predominante do consumo como supérfluo e ostentação. E não é bem assim. Por exemplo, ter uma frigideira, uma máquina de lavar pode liberar essa mulher para trabalhar. Entre as evangélicas, a venda de máquina de lavar era maior do que de televisão, por quê? Porque a máquina de lavar a liberava para o trabalho.

Há também outro fenômeno: muitas mulheres hoje são chefes de família. Elas estão melhorando a renda familiar pelo empreendedorismo. Então se sentem “donas”, podendo investir nos filhos (porque querem se orgulhar de sua criação), e nelas próprias, coisa que não podiam fazer antes. O gasto de cosméticos, por exemplo, coisas de beleza entre as mulheres de classe popular está aumentando muito, porque antes elas só compravam comida e agora elas querem se cuidar. O dinheiro que “sobra” tem essa ordem de prioridade, e o marido em muitos casos fica por último, até porque a nova renda é gerada pela mulher. Então o orçamento é muito centrado na mão dessa mulher, de classe trabalhadora.

MARILENE DE PAULA: Eu vou só pegar dois pontos. Se há visivelmente uma mudança do ponto de vista político e de outros, como é que você os controla? Porque para as elites não se pode deixar essa gente aí livremente, querendo tudo, seja no consumo, seja em outra coisa, querer um representante político, por exemplo, etc. Para mim o projeto Escola sem Partido é um dos exemplos da tentativa de controle. Ter um agente de controle dentro da escola, numa junção do pensamento de direita e também evangélico ou com essa pegada religiosa, para de alguma forma controlar esses jovens, essa massa pulsante que está lá na ocupação das escolas, se manifestando nas ruas contra o golpe etc. Porque se isso tudo que estamos falando aqui representa uma expansão da democracia, uma forma de ascensão, mobilidade das pessoas há que se criar mecanismos para segurar essa energia.

Outra coisa também é o crescimento político das lideranças evangélicas, por exemplo, no Rio, o Marcelo Crivella a frente nas pesquisas [das eleições municipais de 2016, as quais ganhou no segundo turno, tornando-se prefeito da cidade do Rio de Janeiro], lá em São Paulo também tem um crescimento disso. Não são todos obviamente que votam a partir do viés religioso, mas é um dado na escolha. E qual o impacto disso do ponto de vista de como se faz política hoje?

Há também uma questão de status econômico. O Globo e outros jornais o tempo todo estão falando da crise econômica e que essas pessoas voltam ao seu patamar anterior, já que não têm trabalho. Para mim podem voltar do ponto de vista econômico. Mas essa mulher cujo filho entrou na faculdade, por mais que tenha uma situação econômica difícil e tudo indica que de alguma forma está acontecendo, não vai voltar. Estamos nesse momento de transição. Esses valores, isso que foi construído e essa gana de ter alguma coisa, esse sonho, ele não regride.

BRAND ARENARI: Uma das importâncias do tema é a visão de: “aí, meu Deus e agora? Esses bárbaros, esses evangélicos fundamentalistas etc.” Por

quê os evangélicos aderem tanto ao discurso conservador? Porque a esquerda não tem um discurso para eles; não respeita suas bandeiras. A esquerda em geral tem um discurso preconceituoso, no fundo uma cristofobia, assim, entrega-os de bandeja ao discurso conservador. O governo criou um programa chamado Bolsa Família, mas nunca explorou isso dizendo que o governo tinha um programa para a família brasileira, porque família é um tema *conservador*. Ao contrário, deveria usar isso politicamente. A maioria de nós progressistas estamos fazendo uma autocrítica, porque tratamos esse tema como uma coisa menor. “Eles são radicais”, enquanto estão apenas lidando com seus problemas diários.

GIUSEPPE COCCO: Estamos em uma batalha de narrativas. E uma que eu acho um desastre para o campo progressista foi o Não Vai Ter Golpe, Fora Temer. Mas acho um desastre político maior não dizer nada sobre como é que chegamos lá, pois isto serve aos responsáveis por esse desastre.

Por exemplo, uma batalha de narrativa muito nítida foi quando a presidente Dilma Rousseff explicitou suas políticas mudando o lema do governo: não é mais “Brasil, um país de todos”, um tema democrático, mas “Brasil, um país rico é um país sem pobreza.” Quer dizer, o pobre é o problema, o pobre tem que ser transformado, de acordo com a ideologia da esquerda progressista não em um consumidor, mas em um empregado, ou seja, um assalariado. Mas os pobres são potentes, não são ralé, não são corpo nu, ao contrário. Portanto, a batalha da cultura é fundamental, mas também devemos ter uma análise material do ponto de vista da transformação social. Por exemplo, a crise atual mostra que não é a partir do Planalto que iremos mudar as coisas.

O governo pode reconhecer o que está acontecendo na sociedade, mas o que interessa em uma política não é o que ela resolve de cima para baixo, mas que ela reconheça a dinâmica que existe *embaixo*. Então o problema não é a solução objetiva dos problemas, mas a produção de subjetividade. Por exemplo, o consumo pode ser um terreno ambíguo, mas a política afirmativa também pode ser objeto de discussão. O Prouni¹⁰, por exemplo, é uma política superambígua do governo Lula, porque implicava em uma privatização indireta do ensino superior. Mas na realidade o Prouni tinha um processo de subjetivação, porque nesse ter acesso a alguma coisa, nasceu

10. O **Programa Universidade para Todos (Prouni)** é um programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior, a partir de critérios ligados a baixa renda familiar, pessoa com deficiência, estudante de rede pública ou bolsista de rede privada, cor e etnia. O programa recebeu críticas, pois segundo analistas o governo reforçou o ensino privado não fomentando a abertura de novas vagas na rede pública.

um “queremos tudo”. Nesse queremos tudo, há uma transmutação, uma transformação; “eu tenho que ir para a rua, queremos transporte público, queremos outra qualidade de cidade, não queremos os megaeventos”.

Na análise material significa que a força do conceito de nova classe média não estava no nome que lhe foi dado, mas no fato de focalizar a distribuição de renda como a verdadeira força do neoliberalismo. Podemos condenar o neoliberalismo no terreno moral, porque somos de esquerda e progressistas, mas não adianta, ele tem força, potência. E essa potência está, por exemplo, na capacidade, não de definir a nova classe média, mas de explicitar a importância da distribuição de renda quando o capitalismo é diferente, quer dizer, quando o capitalismo faz do consumo hoje o terreno da produção. Estamos no capitalismo do Uber. Há dez anos atrás se falava de outros exemplos, “ah não, mas o capitalismo é a empregada doméstica”. Não é verdade, a empregada doméstica, não apenas seus filhos e filhas, as empregadas domésticas vão à universidade. Eu dou aula na graduação do curso de Serviço Social da UFRJ, eu tenho empregadas domésticas entre as alunas.

Então há uma transformação que não passa mais pela industrialização, pelo assalariamento, passa por outra dinâmica. E o capitalismo está a quilômetros na frente, como o Uber. O Uber não é mais produção de consumo, é uma circulação, que aliás transforma também a moeda, porque não se usa mais a moeda viva, e sim o cartão de crédito. Ou a gente pensa em parar o Uber, ou pensamos em uma nova proteção social. É preciso então uma análise material dessa transformação e enxergar nisso a heterogeneidade. A heterogeneidade implica dizer que todas as categorias de classes que costumávamos usar não funcionam mais. Entretanto, isso não significa que essa composição social não seja capaz de mobilizações, as maiores já vistas na história do Brasil, pelo contrário, porque é feita de heterogeneidade elas aconteceram.

Acho que um dos grandes problemas da crítica da esquerda foi defender o conceito de emprego como mecanismo fundamental da justa inclusão. Essa tentativa, aliás, fracassou do ponto vista macroeconômico e político. Hoje temos o desafio da distribuição da renda, ou seja, de que a inclusão do pobre aconteça em outros termos; reconhecer o fato de que o corpo do pobre hoje é mobilizado por um capitalismo que mobiliza todo o tempo da vida. Por isso os evangélicos desempenham esse papel importante; trabalham com a vida como um todo. Temos de jogar o corpo na luta, e quem faz isso são os pobres, que jogam todo dia seus corpos na luta. O corpo no ônibus, enfrentando as balas perdidas, enfrentando as condições de trabalho horrorosas, é esse corpo que constrói uma multidão e que precisa de uma nova proteção social, que não passa mais pelo emprego. E não passa mais pelo Brasil virar um centro, pois hoje o centro está virando periferia.

CÉLIA KERSTENETZKY: Vou botar algumas impressões que eu fui formando ao longo da discussão. O primeiro problema para mim que apareceu na discussão foi a questão de como falar sobre o objeto que a gente não delimitou. Então ficou uma coisa meio contraditória, não necessariamente é destrutiva do discurso, mas acho que há um problema sério. Eu não sei resolver isso sem recorrer à abordagem que é muito criticada, aquela da renda. Então, pode significar que tenhamos que olhar isso de forma mais tradicional.

Em meu artigo para a publicação da hbs sobre o tema tentamos, eu e Christiane Uchôa, olhar pelo consumo; não olhamos a renda, nem a ocupação, olhamos o consumo no confronto com a proposta do Marcelo Neri. Olhamos essa faixa de renda que ele demarcava, compatível com uma ideia, lá do Amaury de Souza, do Bolivar Lamounier, sobre o quê a população acha que é a classe média; o que constitui o estilo de vida de classe média no Brasil. Pegamos então a ideia popular sobre esse segmento. Várias classes sociais tinham percepções semelhantes em relação a itens de orçamento familiar para aderir a um perfil de consumo de classe média. E olhamos se havia uma aderência entre o consumo do pessoal da faixa de renda do Marcelo Neri e o consumo das classes que tipicamente consomem. Vimos que esse pessoal estava muito mais perto dos vulneráveis, que seria a classe D lá do marketing. Então delimitar pelo consumo é uma delimitação frágil.

Outra coisa: a questão da distribuição de renda como sendo um discurso neoliberal. Eu discordo disso. O Brasil é um dos países que tem uma das maiores concentrações de renda (de riquezas) no mundo. Então políticas distributivas são centrais. O problema talvez seja o tipo de política que se adotou no Brasil para enfrentar o problema distributivo. Foi uma política insuficiente, incompleta, centrada muito mais na distribuição da renda propriamente do que talvez na distribuição de uma estrutura de oportunidades que pudesse melhorar os padrões de vida da população, aumentar o nível de bem-estar e reduzir desigualdades sociais.

A questão dos serviços; de que nós estaríamos nos movendo para uma economia de serviço. Isso é um fenômeno mundial, não apenas brasileiro. **Por exemplo, em países desenvolvidos, talvez 75% do emprego esteja no setor de serviço e o Brasil e o resto da América Latina estão se movendo para esse perfil também.** Entretanto, os serviços são coisas muito heterogêneas em termos de qualidade. Um ponto cego é como a intervenção pública poderia ser enfatizada como uma expansão de serviços sociais. Assim, diminuir um pouco o foco no consumo privado, e voltar-se para o consumo social que é formador de identidade, reintegrador social. E olhar também para a estrutura construtiva, **como seria interessante pensar num modelo de desenvolvimento que tivesse no núcleo a expansão dos serviços sociais,**

porque por vários motivos também teríamos um mercado de trabalho muito melhor. Os dados da PNAD mostram que os salários são mais altos, a qualidade do emprego é melhor, a estabilidade é maior, o pessoal mais sindicalizado, ou seja, vários bons indicadores, assim a aposta poderia ser por aí. E para quem gosta de crescimento, serviços sociais têm educação dentro. Educação é uma coisa importante para a economia do conhecimento. E para quem gosta de ecologia, como todos nós, um padrão de desenvolvimento mais baseado em serviços sociais, com um uso de recursos muito menor.

Acho também que o salário mínimo foi a política mais importante. Fizemos até um trabalho sobre o PIB mostrando que em 20 anos o salário mínimo foi de longe a causa mais importante da redução da desigualdade no Brasil e foi mais via Previdência, embora ela também tenha um impacto no BPC (Benefício de Prestação Continuada). Um dado que nos impressionou: o salário mínimo afeta 75 milhões de pessoas no Brasil, isso é 40% da população brasileira. Isso quer dizer o seguinte: 75 milhões de pessoas vivem em domicílios que pelo menos uma pessoa ganha salário mínimo como sua renda principal. O Bolsa Família seria 52 milhões. Então se somar as duas coisas, você tem um número ainda maior. Na mesma família temos alguém que ganha salário mínimo e



Empreendedora Tereza Lima, proprietária da confecção Terelli. São Paulo, abril de 2017

Foto: Cris Castello Branco/SebraeSP, licença Public Domain Mark 1.0.

que ganha Bolsa Família. 20% do mercado de trabalho brasileiro são pessoas que ganham salário mínimo. Mas o impacto é maior na Previdência, porque são 60% das aposentadorias que tem o valor do salário mínimo.

Politicamente há um potencial gigantesco na ênfase em serviços sociais, no entanto, essas pessoas não se organizam politicamente em um momento como esse para defender uma política que está ameaçada. Como se organiza politicamente uma massa de pessoas sociologicamente tão heterogêneas? Mas quem são essas pessoas? Você tem empreendedores, trabalhadores assalariados, pessoal de serviços, gente com emprego temporário etc. É uma questão mundial, o emprego no mundo está se tornando heterogêneo; aqueles sindicatos arrumadinhos no qual o pessoal da base, do chão de fábrica tinha os mesmos interesses dos supervisores, não existem mais. Caiu a participação dos sindicatos dos trabalhadores em torno de 20%. Vem caindo ao longo dessa década dourada. Então, um problema interessante de examinar são quais as possibilidades de organização política dessa massa de gente que se beneficiou dos programas sociais.

BRAND ARENARI: E analisar também os níveis de organização política, porque uma coisa é como a gente se organiza para questões mais imediatas, isso tem a ver diretamente com o exemplo dos evangélicos. Por exemplo, os evangélicos até então são um fracasso na política majoritária, talvez o primeiro exemplo fora da curva seja a eleição do Crivella. Por quê? Não se consegue reuni-los em interesses mais abstratos, pois para majoritário você precisa reunir um grupo de interesses mais abstratos, não aqueles cotidianos das igrejas.

J. MORONI: Esse é outro mito também, de que eles têm muito sucesso. Mas eles não têm tanta coesão. Estão sub-representados no Congresso, já são quase 30% da população brasileira. A gente se espanta, porque é uma velocidade muito grande.

GIUSEPPE COCCO: Um exemplo transversal e bem carioca sobre esse tema das Jornadas de Junho. O que teve como consequência o momento Junho no Rio? Bom, em primeiro lugar no Rio foi uma explosão, havia milhões de pessoas nas ruas e depois foi se fragmentando em outros movimentos, os “#ocupa”. Em fevereiro de 2014 houve um grande movimento dos garis. Foi uma greve autônoma, gigantesca, inspirada em Junho, trabalhadores contra o sindicato, autônomos. Os garis fazem um trabalho massacrante, são todos

negros, moram nas favelas, nas comunidades, na zona oeste. Então é um trabalho fisicamente muito, muito duro. Eles ganhavam praticamente um salário mínimo e conseguiram quarenta e poucos por cento de aumento.

O que são os garis? Primeiro são trabalhadores que ao mesmo tempo se organizaram contra os sindicatos inspirados em um movimento heterogêneo que ninguém entendeu, mas eles entenderam. Segundo, todos aqueles que eu conheço, os mais ativos e que continuam ativos são todos evangélicos. O que fez o Governo da cidade? Prefeito do PMDB, vice-prefeito do PT? Demitiu os mais politizados sem que ninguém falasse nada e ao mesmo tempo demitiu em massa, passou a mecanizar. Quando o salário mínimo vira um salário digno, exatamente há a substituição da mão de obra pela automação. Qual a linha de defesa dos garis? Queremos virar agentes ambientais! Que a conquista que tiveram em termos de salário e a diminuição da carga de trabalho sirva para os trabalhadores e para as zonas que mais precisam no Rio de Janeiro, sobretudo as favelas, de um trabalho ambiental. O exemplo mostra na prática a dinâmica dessa nova cultura de batalhadores.

CÉLIA KERSTENETZKY: Eu acho que temos um preconceito muito grande com os líderes políticos evangélicos. Mais contemporaneamente,



Evangélicos e católicos fazem manifestação a favor da liberdade religiosa.

Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados, 05/06/2013

não está tão colado assim, o quê seria um programa político e o que seria uma concepção de vida boa religiosa. Qual a capacidade dessas lideranças de terem uma agenda progressista, apesar de terem concepções privadas religiosas que a gente não adotaria na nossa vida? Qual poderia ser a possibilidade de se construir legitimamente, a partir de retificações que se dão no plano da vida privada e concepções de vida boa, agendas progressistas junto às classes populares com líderes que são evangélicos na sua vida privada, mas politicamente são progressistas?

BRAND ARENARI: A figura do Crivella é emblemática. Quem não quer que o Crivella ganhe? A Globo, porque ele é ligado a Universal [que é dona da Rede Record, principal concorrente da Rede Globo]. Para a esquerda a Globo não é nossa inimiga histórica? Então o jogo não é tão preto e branco assim. Em muitos momentos o discurso da Igreja Universal é a favor do aborto, tolerante ao consumo de álcool porque é uma estratégia de mercado também; ela é progressista em muitos setores e muitos discursos em relação a outras igrejas. A narrativa do Edir Macedo sobre o aborto é pragmática. Esses setores têm uma visão muito pragmática do mundo, são sensíveis a discursos.

Portanto, as nossas formas de categorização, classificação, de entendimento do mundo precisam ser renovadas, porque há um grau de aceleração grande e estamos pensando com as categorias do século XIX. E aí vira uma guerra polarizada entre um setor mais à esquerda, e outro que quer arrombar tudo para poder rapinar. Mas, por exemplo, na esquerda não há uma proposta de acabar com a CLT, entretanto talvez ela não pegue a dinâmica do mundo de hoje. A esquerda produziu um discurso de como seria para alguns setores? Não. Agora se você pergunta: “o PT não gosta de evangélico? Os de esquerda tem cristofobia?” Em algum momento isso faz sentido.

CÉLIA KERSTENETZKY: Mas não tem evangélico no PT?

BRAND ARENARI: Tem muito pouco.

CÉLIA KERSTENETZKY: A bancada evangélica não tem nenhum?

BRAND ARENARI: Tem. Mas existem diferenças do que o PT representa como símbolo e o que representa enquanto máquina política. Neste sentido,

o PT cada vez se torna um partido mais parecido com todos os outros. Tem de tudo, não só pastor.

CÉLIA KERSTENETZKY: Mas sempre teve evangélico. Tem a Benedita [da Silva].

BRAND ARENARI: Há essas figuras, mas para criar narrativas é preciso se identificar simbolicamente. Ser tolerante ou lutar por melhores salários coletivamente é uma das bandeiras da esquerda, mas o que toca essas classes populares é: “a minha vida precisa melhorar”. “A minha melhorou por quê? Porque eu parei de beber, agora tenho uma racionalidade econômica nova, eu trabalho 12 – 14 horas por dia”.

MIRIAM NOBRE: Estamos tentando relacionar a base material com a construção das narrativas e um processo de distribuição de renda e que esse processo de um lado favoreceu o acesso a determinadas coisas, mas também foi empurrado pela ação dos próprios sujeitos individuais. Agora concretamente, a tendência de parar esse processo de distribuição de renda é muito grande. O que é concretamente então a condição do *voltar*? Se tem menos renda circulando pode-se criar um mundo paralelo; viver sem renda, é o que nós estamos fazendo, criamos os nossos territórios paralelos. Porém, como estamos falando da base material das coisas, isso sim terá um impacto e não é simplesmente com a nossa vontade.

Esse modelo foi sustentando não por um projeto político decidido nas empreiteiras, mas também pelo aumento dos preços de *commodities*, sustentando esse modelo da maneira como ele está, que não é o mesmo do começo dos governos do PT. E mesmo a economia de serviços não está descolada de uma base material concreta, porque tem lá o hardware com minério.

Quando estamos falando de transformação, na verdade, não estamos falando de transformação em direção a uma utopia de melhora coletiva, eu estou entendendo assim. Estamos reconhecendo que existem transformações acontecendo, mas pode virar uma bosta. Bosta até seria positivo, pois pode-se reciclar e virar composto. Mas o que isso significa para as mulheres concretamente, para aquelas que estão fazendo essa batalha, que estão vivendo um constrangimento na sua comunidade, do crime organizado, por exemplo? Claro, a coesão social não é por voluntarismo, é, por exemplo, porque se eu não for visitar o meu namorado na cadeia, os caras vão me matar, então é um laço familiar afetivo, mas uma coesão social também colocada pela força e

pela imposição. Então, conseguir perceber o que está acontecendo de transformação e dar um sentido de melhor relação entre as pessoas, delas com elas mesmas, delas com a natureza, é outra coisa. Eu acho que não é necessariamente da mesma transformação social que estamos falando aqui.

ANDRÉ SALATA: Para entendermos bem esse fenômeno temos que ir além do aspecto econômico. Há alguns pontos essenciais para entendermos o que aconteceu em termos de transformação. Uma das coisas que eu analisei foi a percepção das pessoas de identidade de classe. Primeiro, elas não se percebem como classe média, isso para mim foi uma conclusão muito forte. Achavam que tinham melhorado de vida, pois a ideia de classe média é muito mais alta do que a posição que eles estão.

Um segundo ponto fundamental é como entendem esse movimento que eles mesmos reconhecem estão atravessando nos últimos anos. Eu tinha interesse também em saber se eles veem esse movimento como algo fruto de uma dinâmica individual ou coletiva. Eles reconhecem o papel do governo nesse movimento? E para mim era impressionante como a percepção só era individual o tempo todo. Eu perguntava: “porque que você acha que melhorou? Como é que foi?”. A resposta: “não, é porque eu me esforcei”. “Mas você entrou na faculdade?”. “Entrei no Prouni”. Mas em momento nenhum reconhecia o papel do governo nessa ascensão e é uma falha do governo, porque não houve um discurso para colar a ascensão das pessoas com o projeto implementado. Em nenhum entrevistado eu conseguia relacionar a ascensão deles com o PT, com qualquer projeto do PT. Acho que a única vez em que eu conseguia fazer essa relação era com o Lula; muitas vezes a figura do Lula aparecia, “o Lula me ajudou”. Logo, “eu votei no PT porque a minha vida estava melhorando, se ela começar a piorar não tem problema nenhum eu votar no Aécio ou quem for”.

CARLA BARROS: Mas o Lula está encarnando um governo, apesar do personalismo.

GIUSEPPE COCCO: A questão é quando o governo, a partir de 2013, identificou essa falha e começou a dizer se a pessoa tinha acesso ao Bolsa família ou mesmo era beneficiada por outras políticas era por causa das nossas “bandeiras vermelhas”. E ele tentou justificar a si mesmo, a partir de um discurso ideológico de um segmento que até então ele não dava a menor bola, ou seja, o governo passou a atribuir a si mesmo algo que ao contrário deveria ser fruto desse empoderamento difuso.

Por exemplo, é difícil se aceitamos que o liberalismo é o único regime discursivo, que tudo isso é individualismo. Mas como conciliar o fato de que essa hegemonia do individualismo resultou nas maiores manifestações coletivas e auto-organizadas que já vimos. Mesmo que alguém tenha organizado, milhões de pessoas se juntaram, então não é individualismo, é outra coisa. A heterogeneidade, a fragmentação, ela não vai divergir de formas de cooperação, temos que entender como isso funciona. Eu acho que não fazemos isso e deixamos o neoliberalismo interpretar esse fenômeno, ou seja, a partir da dimensão estratégica, da distribuição da renda.

Por outro lado, a distribuição da renda, entendida como laço social não é o que transforma. O que transforma é o fragmento individual numa singularidade que coopera entre si e é capaz de fazer uma mega manifestação.

BRAND ARENARI: Porque centrou suas propostas políticas em remediar setores que estavam lá embaixo. Agora para esses setores dinâmicos, embora tenha feito muita coisa, como o Prouni, linhas de crédito, não conseguiu construir uma narrativa. Pois, assumir que o sonho de ascensão liberal é uma bandeira política legítima era uma vergonha; como tem vergonha de tratar do tema religião, ou o tema família. Esses são os temas dessa nova classe, cuja maior parte dela pode ter ascendido talvez, eu não tenho dados pra afirmar isso, mais por benefícios do governo. Entretanto, o governo não tem discurso para ela, só tem discurso para quem está lá embaixo.

MIRIAM NOBRE: Outra coisa que eu concordo com a Marilene é em relação a intolerância como uma imposição de limites desse povo que está mais na cena. Parecia-nos contraditório, por exemplo, no momento que há mais pessoas pobres entrando na universidade aumentou de fato a intolerância ou estamos falando mais sobre a situação de violência contra a mulher nas universidades? Fomos conversar com as mulheres e achamos que aumentou, pois elas descreveram várias coisas, inclusive formas de desqualificação até chegar ao estado de violência sexual e abuso como uma forma de dizer, “esse lugar aqui não é teu.” Foi mencionado também várias coisas ligadas ao abandono das universidades. Então ao mesmo tempo esse processo foi contraditório, pois não é uma coisa que o governo define, é como a sociedade recebe essas pessoas e as integra nos outros setores.

Lá nas manifestações de Junho, além daqueles que estavam querendo mais mudanças estruturais, também estavam as pessoas com medo do significado das pessoas entrarem na universidade e o que ia colocar para elas de desafio para a vida.

GIUSEPPE COCCO: Eu estive em Junho no Rio, em São Paulo, na Friedrich Ebert, que tem boas relações com a Perseu Abramo, em vários debates com pessoas de mesmo perfil dessas que estão aqui, e que eram próximas ao governo mesmo que indiretamente. E diante de Junho todo mundo dizia: “estou com medo”. O motivo era porque, sobretudo aqui no Rio, era a cidade inteira nas ruas, essa sociedade que quer linchamento etc. Então, eu dizia, “desculpa, você fica com medo de Junho porque é uma mobilização democrática desse país como ele é, não de um outro que estamos imaginando em um livro, na utopia, mas este país está mais mobilizado na rua para mudar”. E os moradores dos complexos de favelas da Maré e do Alemão, o que eles deveriam dizer em relação ao medo? No Alemão, que foi ocupado militarmente? Na Maré, onde em Junho a polícia matou 13 pessoas e continua matando e onde se colocou o Exército logo depois? Estamos no Brasil, não estamos na Suíça.

MIRIAM NOBRE: Mas há uma distribuição desigual do medo.

GIUSEPPE COCCO: Para os pobres é muito mais medo. Então eu não vejo porque a esquerda tem que ter medo quando está todo mundo mobilizado, isso é política hobbesiana.



Ato em Ribeirão Preto leva 10 mil pessoas às ruas da cidade.

Foto: Midia NINJA, 20 de junho de 2013, licença CC BY-SA (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.0/>).

BRAND ARENARI: Na Itália, para ser democrático eu vou falar de todos os países... Na Itália, na década de 1920, na Alemanha 1930, no Brasil na década de 1970 houve ocupação das ruas, uma mobilização social forte e não necessariamente essa mobilização era para avanços democráticos. Acho que a coisa mais difícil para nós, cientistas sociais, é explicar o 13 de Junho. Um elemento fático do 13 de Junho foi ali o marco da ascensão de figuras com traços totalitários na política, seja à esquerda, seja à direita. Começa com as manifestações pelo passe livre e vai sendo tomado cada vez mais por bandeiras altamente conservadoras.

GIUSEPPE COCCO: Houve uma multiplicidade de bandeiras, inclusive bandeiras conservadoras. Eu estava lá, tinha de tudo. Não é verdade que só tinha bandeiras conservadoras, era cada um com seu cartaz. E aí durante as manifestações na rua, o clima já era mais ou menos, quer dizer, já havia setores de movimento, setores de partidos que queriam impor as bandeiras e eram retirados violentamente, pois queriam liderar, como PCB, PSTU.

BRAND ARENARI: Porque eles não podiam ficar?

GIUSEPPE COCCO: Por que se tem um movimento que é apartidário você quer colocar a sua bandeira e ir na frente, correr esse risco?

J. MORONI: Eu acho que isso é meio relativo, porque não foi só as bandeiras de partidos que foram retiradas, aquelas a favor do aborto também.

GIUSEPPE COCCO: Eu estava lá no setor contra remoções, não tinha isso, ninguém controlava. Agora, a manifestação é luta, quando começou a ser reprimida os mesmos que gritavam “sem violência” passaram a dizer “não vai ter Copa”. As manifestações para a esquerda são terreno de luta e se você deixa a mobilização para os setores sociais majoritários porque você fica com medo, aí sim vai desejar que vire fascista para poder estigmatizar uma coisa que te critica.

Eu passei muito tempo frequentando a esquerda do PT até 2013 e muitas vezes perguntava, por exemplo, “mas por que vocês encampam esse discurso da nova classe média, que é um discurso fundamentalmente ambíguo, se não é diretamente conservador, é neoliberal, se você quer ser de esquerda deveria fazer outra narrativa”. Aí vem Junho e a bandeira vira uma questão de princípio, porque há um desejo que ela vire de direita para poder fazer aquela

polarização absurda que aconteceu inclusive contra a [então candidata a presidência e ex-ministra de Meio Ambiente no Governo Lula,] Marina Silva, em outubro de 2014, e o preço disso foi o impeachment. Uma campanha eleitoral totalmente mentirosa que tornou inviável um governo de coalizão.

BRAND ARENARI: As críticas a 2013 representam do meu ponto de vista os fracassos do PT: o nacional consumismo e o keynesianismo vulgar, a ideia de um desenvolvimentismo mal feito. Isso deu certo em outros momentos. Embora eu defina o Governo Lula como um governo de sucesso, o fato de depois continuarem com as mesmas políticas e não avançá-las, com isso quiseram um desastre. Repetir as políticas anticíclicas no momento em que o cenário econômico mundial já não era o mesmo, os gastos irresponsáveis do Governo Dilma. Porém, a questão é analisar o mapeamento e a ascensão de grupos que não deveriam fazer parte do cenário político.

GIUSEPPE COCCO: O que dizia sobre o fascismo Walter Benjamin? O problema da esquerda foi começar a nadar no sentido da correnteza; isso inviabilizou a capacidade da esquerda de enfrentar o nazismo na rua; enfrentá-lo exatamente na mobilização das massas. O fascismo não é um conservadorismo genérico, é exatamente se deixarmos o exército na Maré, as milícias com o governador do outro lado, o PMDB fazendo a mediação disso e dizendo que é a melhor aliança do mundo. Assim, os pobres acabarão votando em figuras como o Jair Bolsonaro¹¹. O que você vai dizer para os garis que foram demitidos pelo [Prefeito] Eduardo Paes e pelo PT no Rio de Janeiro depois que tentaram fazer um movimento alternativo? Vão cair naquela rede [do conservadorismo].

BRAND ARENARI: O que está em disputa não são os pobres; são frações da classe média mais ou menos conservadoras.

GIUSEPPE COCCO: Você acha que os que apoiam o Bolsonaro são de classe média de elite? Aquilo são votos populares.

DAWID BARTELT : Uma coisa que também me impressionou de Junho, é como depois as manifestações sumiram sem deixar um efeito visível. Vocês apontaram para efeitos mais duradouros, mas então são subterrâneos.

11. Político da extrema-direita, deputado federal pelo Partido Social Cristão e possível candidato a Presidência em 2018.

Já encaminhando para a reta final: Eu ainda sou tradicional na forma de pensar a esquerda, no sentido de precisar de uma certa localização política para conseguir impor alguma agenda dentro dessas estruturas de poder dadas. Uma manifestação espontânea é expressa e pode fermentar processos, mas não pode levar a cabo com sucesso um projeto político, para isso precisa-se de uma organização política. Portanto, por mais que eu respeite essa ideia da coisa não hierárquica, não-normatizada, não é que falte construir alguma estrutura institucional que deve ser suprapartidária, porque os partidos aqui não são agentes de transformação nenhuma. Agora olhando inclusive o contexto regional com esse governo que você me disse é apenas a continuação do anterior, mas já citando medidas concretas que vão diminuir, enfraquecer as bases de políticas de inclusão social via crescimento econômico, com Macri na Argentina, com um governo cada vez mais autoritário e descolado da realidade na Venezuela, o que vocês veem? A empregada não vai voltar atrás, mas isso é suficiente? Mas ela é individualista e em relação a esse viés político? O que vai acontecer com esse governo? Acho que o tempo é curto para a esquerda se reorganizar.

A segunda pergunta, sei que não é especialidade de vocês, mas a Célia fez alguns apontamentos relacionados a apostar em serviços sociais, inclusive de cunho ecológico. Mas sendo uma transformação que leve em conta o que para nós é um dos grandes desafios desse novo século, ou seja, a conjugação da questão social com a questão ambiental: há algum potencial a vista no Brasil?

GIUSEPPE COCCO: Condenar ou não Junho, não adianta. É uma dinâmica que está lá e cujas consequências e premissas não são lineares, não se encaixam com certeza nas categorias da modernidade do século passado. Então condenando ou não, a gente fica no vácuo. Se analisarmos a campanha eleitoral de agora, o que temos? A estrutura mais forte é dos evangélicos, mesmo em São Paulo. E por outro lado está todo mundo em uma transição.

E não é verdade que Junho não deu em nada. Primeiro Junho mostrou que a coalizão muito forte de um governo, independente do que se ache disso, era uma coalizão empresarial com muita grana e muito marketing. Agora Junho também teve outros impactos fundamentais. No Rio de Janeiro e em São Paulo tiveram as moratórias sobre o aumento dos transportes, portanto outro tipo de luta contra a inflação; teve a moratória sobre as remoções, a prefeitura anunciou isso publicamente aqui no Rio de Janeiro; houve a saída prematura do governador [Cabral] e que foi uma antecipação de dois anos sobre a falência econômica do Estado do Rio. Então Junho teve uma potência e um impacto que ainda não entendemos totalmente. Agora

é claro que precisamos de instituições e de partidos. Quais instituições, que partidos vão ser? Isso não sabemos.

A meu ver, os serviços sociais são terreno da luta hoje, que recompõem a dinâmica do batalhador com a dinâmica da sua cultura e da renda. A luta por transportes públicos é uma luta ecológica. Se o lulismo tinha algum elemento progressista era a centralidade dos pobres, pois qualquer mudança pequena que envolve os pobres se amplifica e multiplica, já que os pobres são potentes. Mas o que prevaleceu foi a política dos ricos e das grandes indústrias, como por exemplo os subsídios à indústria do automóvel.

A luta do transporte pelo Passe Livre é uma luta ecológica, que assim como a dos garis, são novas lutas que juntam o político-econômico ao ecológico. Como a meu ver, os evangélicos. É fundamental que nós nos metamos aí, como Robert Linhart que ia trabalhar na fábrica para fazer militância política, em 1969. Hoje temos que ir ao templo. Mas existem vários templos. O shopping é um templo, as universidades. Essas são as fábricas de uma sociedade de serviço.

BRAND ARENARI: Eu acho que vivemos em um cenário de grande imprevisibilidade. É muito difícil fazermos qualquer previsão, inclusive sobre qual dinâmica vai centrar esse novo setor. 2018 é um cenário totalmente nebuloso.

O Brasil vive um período muito frágil, porque há um casamento triste entre necessidade de austeridade e governo frágil. É muito parecido com o governo Sarney, o caos que teve no final dos anos 1980: um governo sem legitimidade, muito frágil nas suas bases. A coalizão política que se formou para dar o *golpeachment* se esfacelou um pouco na medida em que o governo se isolou; o grupo do PMDB se isola, o PSDB, até outros setores, como a FIESP, os bancos. E tem a Lava Jato, que não se sabe o que pode acontecer.

ANDRÉ SALATA: Só para deixar claro: eu disse que o objeto tinha desaparecido para indicar que é final de um ciclo que se esgotou. É uma mudança enorme que aconteceu vinculada a essa mudança econômica, mas para além disso há a questão das expectativas. Nas minhas entrevistas, essas pessoas que subiram um pouquinho, estão com expectativas muito altas. Se a gente pega o livro do Wanderlei Guilherme dos Santos, que fala de horizonte de expectativas para explicar como o Brasil consegue viver com níveis elevados de desigualdade durante tanto tempo é porque as pessoas se ajustam as expectativas. As pessoas que estão lá embaixo têm um horizonte muito curto, não esperam grande coisa, então se conformam com o que têm.

No Brasil há uma mobilidade de curta distância que pode ter gerado uma outra mudança que é até mais importante: o aumento das expectativas. Essas pessoas estão sonhando muito alto. Os filhos de empregadas domésticas que estão pensando em serem advogados ou médicos.

Mas eu acho que o problema é: será que eles vão conseguir corresponder a essas expectativas? Mas se o cenário do país continuar como está essas expectativas dificilmente vão ser correspondidas e isso tende a gerar frustração. Quem irá se aproveitar dessa frustração? Vai ser a direita, a esquerda? É um desafio para o jogo político.

J. MORONI: A discussão aqui mostra que há um espaço tanto de pesquisa como de disputa de narrativas. Menos do que tentar conceituar ou dizer que existe uma nova classe média, acho que o caminho é entender os vários fatores nessa questão da mobilidade. Mobilidade social que pode ser entendida no ter acesso a determinados itens que você não tinha antes, mas também na questão da própria unidade não vertical, mas horizontal. Um pouco na direção do que se diz: “olha, as mulheres não vão voltar para a cozinha, os negros não vão voltar para a senzala, os gays não vão voltar para os seus armários”, pronto. Eu acho que há algumas coisas que com a “ascensão econômica” mesmo no momento de crise não vão se perder.



Exposição Travessias – Arte Contemporânea na Maré

Reprodução: Fernando Frazão/Agência Brasil, 12 de setembro de 2015

Licença CC BY-NC-SA 2.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.0/>).

3. Onde Estão as Novas Classes Médias?

Cândido Grzybowski

No ainda jovem século XXI, no Brasil, assim como em outros países chamados “emergentes”, se instalou um debate acadêmico e político sobre as Novas Classes Médias (NCM). Evidências empíricas apontam para a ocorrência de mudanças na renda, com aumentos nos estratos inferiores. Tendo por trás o critério de renda per capita de até 1,25 dólares dia para a extrema pobreza e 2,50 para a linha da pobreza, sem dúvida ocorreram melhoras significativas ao longo de uma década e meia, ao menos. Milhões de pessoas ascenderam a níveis de renda superiores a tais linhas. Quem se situava em estratos logo acima destes básicos, mas ainda de renda baixa, também tiveram ganhos importantes e contínuos por certo período. Com mais renda monetária, ocorreram mudanças na cesta de consumo e, portanto, na dinâmica do mercado, com impacto econômico nada desprezível, dado o tamanho destes grupos, mais de 70% dos pouco mais de 200 milhões de habitantes do Brasil.

Para além de melhoras nos padrões de vida cotidiana, o que tais mudanças apontam? Será que ganhos de renda - muitos duplicaram a renda per capita em termos reais - por si só demonstram mudanças na estrutura e composição das classes sociais? Por que usar uma única medida - a renda monetária - e sua distribuição contínua ao longo de uma pirâmide para definir classes sociais? E a extremamente desigual distribuição da riqueza, mais estrutural e que aumentou no período, por que fica de fora? É possível afirmar que a pobreza mudou de patamar entre nós, um ganho de civilização. Mas como fenômeno de relação social entre ricos e pobres numa sociedade dada, não a medida absoluta - abaixo de 2,50 dólares -, continuamos com a mesma proporção de pessoas vivendo em condições de pobreza.

O presente artigo busca contribuir para a análise deste processo no Brasil, como parte dos países considerados “emergentes”, mas no contexto de mudanças econômicas e geopolíticas sob hegemonia da globalização neoliberal capitalista. O capitalismo é, na sua essência, um sistema de classes sociais gerador de desigualdades. As classes sociais não são contínuas, mas formas de estruturação econômica, social, cultural e política, extremamente diferenciadas e dinâmicas na história de cada sociedade concreta, que criam identidades e desenvolvem interesses próprios, que agem como forças em luta e tendem a se aglutinar em polos opostos e antagônicos. Como parte

deste conjunto de forças gestam-se classes médias, com formas de estruturação complexas e a seu modo contraditórias, cuja existência não se explica tão só pela maior ou menor renda monetária média. Cada classe em si mesmo é uma síntese contraditória de estratos diferenciados por diferentes situações, mas que se contrapõem a outras sínteses contraditórias, também elas unidades da diversidade.

1. Brasil: as contradições de uma democracia social de “baixa intensidade”

Escrevo numa conjuntura em que estamos mergulhados, no Brasil, em enorme crise econômica e política, ainda sem perspectivas de saída. Não pretendo entrar no diagnóstico desta crise. Registro, porém, o monumental desmanche em curso das condições econômicas, políticas, legais e institucionais, internas e externas, que permitiram a inclusão econômica em melhores padrões de renda e consumo de milhões de famílias e provocaram o debate sobre as NCM. Como cidadão e ativista social pela democracia radical, reconheço que estamos diante de uma grande derrota política, que marca o fim de uma onda de democratização entre nós. O momento está a exigir resistência tenaz diante da possibilidade do poder estatal ser subjugado inteiramente pelos interesses das grandes corporações econômicas e financeiras, com exacerbação das exclusões, das desigualdades sociais e da destruição ambiental. Precisamos reconhecer nossos erros, aprender com o passado recente, avaliar os limites de suas possibilidades. Precisamos, ao mesmo tempo, construir, desde aqui e agora, um novo e ousado imaginário mobilizador, capaz de criar movimentos cidadãos irresistíveis e com capacidade de promover as transformações estruturais necessárias para a justiça e sustentabilidade socioambiental entre nós.

Isso posto, olhar para o que se passou no Brasil nos 30 anos de redemocratização e sobre a natureza das mudanças ocorridas é uma necessidade e, ao mesmo tempo, algo que a crise atual torna mais claro. Para a questão motivadora desta reflexão - as NCM no Brasil - importa destacar alguns processos fundamentais do período. São processos complexos e, a seu modo, contraditórios. Foge ao objetivo deste artigo dissecá-los, mas é necessário considerá-los como a infraestrutura de todo o período histórico. O primeiro é a redemocratização em si, um processo empurrado por forças do interior da sociedade civil, constituídas no enfrentamento da ditadura militar e da expansão capitalista selvagem de então. Destacam-se, aqui, o surgimento de poderosos movimentos operários em torno dos polos industriais, do agronegócio, serviços e finanças - metalúrgicos, cortadores de cana, condutores, comerciários, bancários, etc. -, os novos movimentos camponeses - como MST, posseiros, seringueiros, agricultores familiares, entre tantos outros -,

os movimentos populares de favelas e periferias urbanas, os movimentos estudantis, os movimentos de profissionais - engenheiros, advogados, educadores, funcionários públicos - e os movimentos por direitos - como anistia política, feministas, igualdade racial, moradia, etc. Apesar da enorme crise e do ajuste estrutural imposto por FMI/BM - a tal década perdida em termos econômicos -, o fato é que no Brasil o processo gestou novos sujeitos políticos coletivos e, sobretudo, um grande pacto democrático pela cidadania inclusiva: a Constituição de 1988. Trata-se de uma base legal e institucional legítima de “democracia social” *ao modo brasileiro*. Ela incorporou à cidadania política todos e todas maiores de 16 anos, sem restrições, e tem no centro o conjunto de direitos sociais, econômicos e culturais expressos na garantia de um sistema universal de educação, saúde e seguridade social. Devido a este pacto democrático, a lei constitucional, com condicionantes para orçamentos públicos e políticas governamentais, passou a ser o centro da disputa política no processo de redemocratização.

O segundo processo que importa assinalar aqui é a constituição de novas forças políticas partidárias, com capacidade de disputar e exercer o poder. Dada a facilidade legal e regras políticas então adotadas, surgiram muitos agrupamentos partidários oportunistas, levando à atual situação de umas 30 legendas, a maior parte sem consistência representativa da diversidade da sociedade brasileira. Mas, de significativo, gestou-se na e pela democratização uma polaridade política no Brasil entre PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e PT (Partido dos Trabalhadores), em torno aos quais foram se agrupando as outras expressões partidárias de peso. As bases sociais foram diferentes, mas ambos os partidos contribuíram para deixar sem condições de disputar hegemonia as frações de classes dominantes, classes médias e populares de perfil menos democrático e mais conservador, até autoritário. PSDB e PT, um menos e outro mais, nesta ordem, se mostraram na prática histórica modos de implementar a “democracia social” sinalizada pela Constituição de 1988. As duas forças políticas partidárias protagonizaram a disputa eleitoral e o poder político durante a onda democratizadora de 30 anos, que chega ao fim com o que está acontecendo agora. Ambas as forças são as grandes perdedoras, mais o PT e menos o PSDB. Mas ambas as forças - 8 anos do PSDB e 13 anos do PT - foram hegemônicas e governaram com “conciliação de classes” em nome da governabilidade. Foi exatamente a governabilidade a justificativa para até “comprar” aliados e lotear o governo com um amplo leque de pequenos partidos oportunistas, formando blocos majoritários, nada programáticos, especialmente no Congresso Nacional, Legislativos estaduais e nas Câmaras municipais de todo o país. O DNA de uma democracia de baixa intensidade reside aí: nenhuma das coalizões se fez - e nem se propôs a fazer, a bem da verdade - transformações no capitalismo que priorizassem direitos

de cidadania no lugar da acumulação de capital. Foram governos que se diferenciaram no quanto de condicionalidades sociais impunham à expansão do capitalismo ou, de outro modo, no quanto de facilidades lhe davam para crescer desde que atendendo a regulações democráticas mínimas e direitos básicos de cidadania. O PSDB fez opção por uma inserção subordinada na globalização neoliberal, desde que rendesse “vantagens” para o Brasil. O PT optou por mais autonomia, sem negar a globalização, mas tirando partido das suas contradições e apostando na sua própria “emergência” como possível potência e sócio estratégico dos BRICS. Num certo sentido, o PT foi mais vitorioso com o seu “reformismo fraco”, como bem o caracteriza SINGER (2012), do que o PSDB com sua política de alianças com os “donos do mundo”.

Isto me leva ao terceiro processo fundamental de todo o período: o modo de expansão do capitalismo global, seu poder, sua geopolítica e a imposição de um sistema a serviço das grandes corporações econômicas e, sobretudo, financeiras. A débil “democracia social” brasileira, além das contradições internas, deve ser considerada no panorama de expansão e domínio de um capitalismo neoliberal globalizante, de sete vidas. A primeira década de democratização do Brasil foi de busca de formas de se acomodar e sobreviver em meio às radicais imposições de ajuste estrutural da agenda do “Consenso de Washington”, com o arsenal de medidas do FMI/BM embutidas nos seus empréstimos. A dívida externa era a fragilidade do Brasil e de todos os países da América Latina, África e Ásia. Mas a lógica foi submeter o mundo inteiro ao projeto e às regras do livre mercado, ao neoliberalismo como modelo global de civilização, para toda a humanidade. Este processo gestou a OMC e, sobretudo, permitiu montar uma “economia global” a serviço das grandes corporações econômicas e financeiras. Um “cassino global” passou a ditar o ritmo, no qual o próprio capital produtivo se submeteu à lógica do rentismo financeiro, que explora e acumula às expensas do mundo, da humanidade inteira e do Planeta. No processo apareceram os “emergentes”, já na era petista no caso do Brasil, com a China virando “maquiladora” industrial do mundo – passando a assumir o maior ônus da destruição ambiental e das emissões causadoras da mudança climática - e os outros emergentes dos BRICS e países periféricos fornecedores de *commodities*, com reprimarização de suas economias. Novo colonialismo? Sim, mas com exércitos só para os recalcitrantes, como os países do Oriente Médio. No mais, o livre mercado se impôs e dispensou exércitos, apesar de criar excluídos e migrantes. O controle vem se fazendo com poderosos mecanismos financeiros e políticas ditadas pelos Bancos Centrais - com lavagem de dinheiro em paraísos fiscais, como revelam os *Panama Papers* - e com espionagem e o domínio das informações e comunicações, das novas corporações planetárias em base às NTICs.

Foram processos extremamente contraditórios, tanto no Brasil como pelo mundo. Mas foi no Brasil que surgiu o Fórum Social Mundial (FSM), no bojo de mobilizações pelo mundo contra a globalização neoliberal deste período. O FSM, além de contribuir para a emergência de um polo de governos mais progressistas na América do Sul, foi sobretudo, um processo catalisador do imaginário mobilizador no seio das sociedades civis por “outro mundo possível”, contestando a hegemonia do neoliberalismo e criando condições para uma nova cultura política cidadã com vocação planetária. O FSM perdeu inspiração e capacidade ao renunciar a ser espaço de constituição de novas forças políticas diante da crise avassaladora que tomou conta do mundo desde 2008. Deixa, porém, um legado de possibilidades abertas, hoje ameaçado pela profunda crise nas próprias sociedades civis dos diferentes países. Enfim, poucas alternativas se viabilizaram para enfrentar as contradições da própria democracia diante do capitalismo com sua nova agressividade, no Brasil e mundo inteiro.

Tendo presentes tais processos, para a análise sobre mudanças na renda e no poder aquisitivo dos estratos inferiores importa destacar o impacto da estabilização monetária dos anos 90, do século passado - governos do Fernando Henrique Cardoso (PSDB) -, e as importantes condicionalidades sociais ao crescimento econômico de 2003 a 2015 - governos de Lula e Dilma (PT), durante o tal *boom das commodities* puxado pela China. A questão das NCM entrou plenamente no debate acadêmico e político do Brasil, sobretudo com as significativas mudanças de renda, ocorridas no período dos governos petistas. Lembro que, mesmo importantes como foram num Brasil de profundas desigualdades, tais mudanças não foram estruturais e nem sustentáveis, como já afirmei em várias ocasiões (GRZYBOWSKI, 2004, 2012 e 2013). A crise atual mostra totalmente os limites da “democracia social” de baixa intensidade.

2. Os importantes avanços, mesmo limitados, em termos de justiça social no Brasil

Na democratização brasileira, mesmo com a ascensão dos governos do PT, não foram realizadas mudanças estruturais em termos de distribuição de riqueza e poder ou de mudanças nas bases de uma economia profundamente dependente das “vantagens comparativas” da exploração do patrimônio natural de seu imenso território, desde os tempos coloniais. Mas é necessário reconhecer avanços em busca de mais justiça social num contexto histórico nacional de monumental desigualdade, combinada com racismo, patriarcalismo e cultura patrimonialista de privilégios adquiridos pelos “donos de gado e gente”. Sinalizo aqui alguns destes avanços realizados com políticas sociais ativas num contexto de expansão econômica.

Mundo afora, é conhecido e elogiado o programa Bolsa Família de distribuição de renda monetária para mais de 13 milhões de famílias abaixo da linha da pobreza, algo como um quarto da população brasileira. Não se trata de renda básica de cidadania universal - algo que seria radical e transformador -, pois é um programa focado nos e nas que estão condenados a viver na miséria e com fome. Sem dúvida, um programa de impacto direto e imediato, necessário de um ponto de vista ético e democrático, pois é simplesmente inaceitável que haja gente morrendo de fome num dos países celeiros do mundo, na atualidade. O Bolsa Família não muda estruturas geradoras de miséria, pobreza e desigualdade. Simplesmente evita o pior. Mas já é um começo a se saudar e muito, considerando a situação brasileira e o lugar de pobres, negros e excluídos ao longo da história. Evidentemente, não foram os beneficiários do Bolsa Família que mudaram de classe social. Até aí os arautos da NCM não chegaram.

Mudanças de grande significado em termos de justiça social e com impacto na estrutura social brasileira foram os milhões de empregos gerados, com direitos trabalhistas, e, sobretudo, o aumento real do salário mínimo. Foram cerca de 20 milhões de empregos gerados do começo do século até 2015, no Brasil. Ao mesmo tempo, inventarem-se as proporções entre trabalho na informalidade, (algo como de 60% para 40% da População Economicamente Ativa - PEA), sem direitos, e trabalho formal (de 40% a 60%), com carteira assinada e gozo de direitos trabalhistas e previdenciários. Mas é fundamental destacar que 09 de cada 10 empregos foram até um salário mínimo e meio (POCHMAN, 2012), predominantemente em serviços. No entanto, o aumento real do salário mínimo teve um impacto ainda maior. Desde o pico no final dos anos 1950, o salário mínimo legal perdeu 2/3 de seu valor real no período da ditadura militar. Estabilizou e se recuperou um pouco nos anos 1990, especialmente com a estabilização da moeda no governo Cardoso (PSDB). Mas foi com os governos petistas que se deu forte recuperação do poder do valor real do salário mínimo, chegando a um ganho de mais de 60%. O importante a lembrar aqui é que o salário mínimo é referência fundamental da remuneração de mais de 80% da população economicamente ativa no Brasil, tanto no setor formal como informal, aquela que ganha até uns três salários mínimos. A política de geração de empregos e ainda mais de aumento do salário mínimo foram as mais significativas mudanças em termos de renda a se registrar neste período. Com a crise atual, porém, muito destes ganhos em termos de emprego e salário começam a ruir. Os sinais da crise são visíveis nas ruas das grandes cidades brasileiras.

Muitas outras políticas foram adotadas em nome da justiça social que mexeram com os padrões de renda e consumo. Limito-me a sinali-

zá-las: extensão da proteção social (um salário mínimo - referência básica da previdência social - para deficientes e idosos), extensão do acesso ao crédito (consignado, compra de bens duráveis), o programa Minha Casa Minha Vida de construção de casas populares subsidiadas, o PRONAF de apoio à agricultura familiar (com compra pública de alimentos para merenda escolar e programas de assistência social), entre outros. Merece destaque especial a ação afirmativa de reserva de cotas raciais e para grupos populares no acesso a universidades públicas, escolas técnicas e o próprio serviço público. Este talvez seja o programa governamental de maior impacto na excludente estrutura social brasileira, pois enfrentou privilégios de classe no acesso ao saber universitário e técnico de alto nível e no acesso a empregos públicos mais estáveis e melhor remunerados. Além disto, foram criadas mais universidades públicas, mais escolas técnicas e se expandiu um programa de financiamento para o ensino superior. Aqui, sim, privilégios de classe social foram quebrados. Em termos mais simbólicos do que de efetividade prática, cabe lembrar aqui a criação de ministérios de direitos humanos, igualdade racial e de mulheres. Ao menos as raízes profundas da desigualdade social tornaram-se questões estatais e públicas, mesmo se com orçamentos públicos ridículos. É simbólico, também, que justo tais ministérios foram extintos na atual conjuntura de assalto ao poder pelos donos de sempre.

Que mudanças foram essas? Um começo apenas, mas vistas como uma ameaça política a privilégios de outras classes, especialmente às classes médias tradicionais e à classe dominante, não mais do que isso. Em termos de modelo de desenvolvimento, aliás, foi do mesmo: expansão do agronegócio, da mineração, descoberta e exploração de grandes reservas de petróleo, com retomada de grandes investimentos em infraestrutura com financiamento do BNDES, o nosso banco de desenvolvimento. Em termos reais, o Brasil tornou-se mais dependente de seus recursos naturais, mesmo com importantes avanços em termos de tecnologia subsidiária ao extrativismo mineral (ferro, alumínio e petróleo, sobretudo) e do agronegócio (soja, açúcar e etanol, café, eucalipto/pasta de papel, carnes). Tudo acompanhado de grande concentração de patrimônio e riqueza. No Brasil, justiça socioambiental é apenas uma bandeira, pois o país caminha em outra direção.

Essa espécie de exacerbação do mesmo em termos estruturais acabou consolidando um Brasil essencialmente urbano, com grandes metrópoles. Estatisticamente temos quase 85% da população vivendo em cidades, mas em termos reais se estima que uns 35% ainda dependem da saúde da agricultura, no caso do agronegócio, mesmo vivendo em cidades. O que importa, de um ponto de vista social e democrático, é a favelização do país. Temos, na verdade, um país urbano segregado e dividido, com muralhas

simbólicas que se materializam geograficamente: favelas x asfalto, pobres x ricos, negros/as x brancos/as, em territórios diferentes, uns com quase nada e outros superequipados. Em cidades brasileiras existem zonas e condomínios de super-ricos, territórios privados da cidade, blindados até, sob custódia da segurança privada. Também existem zonas de pobres totalmente militarizadas, submetidas a milícias privadas, traficantes e policiais militares “ocupantes”.

Ainda sobre o significado das mudanças ocorridas, prefiro me aliar aqui a analistas como Jessé Souza (SOUZA, 2015, 2013 e 2010) e Pochmann (2012), que sinalizam mudanças, mas descartam que elas tenham alterado fundamentalmente a estrutura brasileira de classes sociais. Houve, sim, acesso a novos padrões de consumo, no geral com base a trabalhos precários, jornadas duplas e muito esforço, combinando trabalho assalariado e empreendedorismo de todo tipo na área de serviços, sobretudo. Estamos diante de novos “batalhadores”, na feliz expressão de Jessé Souza e de uma nova forma de pobreza para quem vive do seu próprio trabalho. Aliás, estamos longe de algo que poderia significar verdadeira emancipação social e cidadã, para ficar em marco de mera conquista de padrão civilizatório no interior do capitalismo socialmente excludente e predatório em termos ambientais. O que houve é uma mudança em toda escala, na qual pobres ascenderam a renda e bens antes negados. Outras classes também aumentaram de renda, como as tradicionais classes médias. Mas o mais importante: os ricos ficaram ainda muito mais ricos. A desigualdade de riqueza e poder se acentuou ao invés de atenuar.

3. Classes sociais e democracia no Brasil atual

A clareza teórica e política do próprio conceito de classe social é fundamental nessa análise. Trata-se de uma denominação que é prática, dinâmica e histórica, antes de ser conceito teórico de alguma ciência social. As pessoas se identificam como sendo de determinada classe social e agem como tais. Cabe ao analista debruçar-se sobre a prática concreta, decompô-la e reconstruí-la como síntese pensada, como conceito analítico. O caminho inverso leva à confusão e mistificação da realidade, algo muito comum nas ciências sociais que se limitam a um empirismo funcionalista.

Uma primeira evidência se perfila: as pessoas não se veem e não se pensam num contínuo, mas sim na diferença e na oposição, percebida por si mesmas ou praticadas pelos outros em relação a elas. Somos isto e não aquilo; somos pobres e não ricos; somos favelados e não do asfalto; somos da periferia e não dos bairros nobres da cidade; somos camponeses, posseiros, indígenas, trabalhadores rurais, não somos latifundiários ou empresários do agronegócio; somos operários e não burgueses; vivemos de nosso trabalho e

não de rendas ou da exploração de outros; somos negros/as e não brancos/as; somos mulheres e não homens. Podemos ser nem isto e nem aquilo, mas nos sentimos pertencendo a um grupo ou estrato. De todo modo, nunca somos ou nos vemos como uma média na escala social. A vida humana é assim mesmo, complexa e maravilhosa, opressiva ou libertadora, alegre ou sofredora. O certo é que estamos socialmente localizados, ocupamos lugares definidos, atribuídos ou conquistados. Nada contínuo, mas de contradições e oposições.

As classes sociais só têm sentido histórico e, portanto, teórico e científico, quando exprimem a prática e a experiência histórica como coletivos amplos, como conjuntos que compartilham condições, situações, desejos e lutas. Classe social existe de fato, sociológica e politicamente, quando grupos concretos se integram e se identificam como parte de um bloco maior, de um grande conjunto de iguais, mesmo diferentes, em oposição a outros blocos, outras classes sociais. Por isto mesmo, para mim a melhor noção de classe social é a sua definição como bloco social histórico de sujeitos coletivos que vivem uma mesma situação e posição na estrutura social e, ao mesmo tempo, se percebem e agem como tais. De modo simples, posição na estrutura social + vontade política - com identidade e interesses (GRAMSCI, 1978).

Tendo tal referência, para analisar mudanças de classes sociais no contexto de mudanças econômicas e políticas acontecidas no processo de democratização do Brasil, penso que é indispensável pesquisar e avaliar tais mudanças como parte da sua percepção e ação das pessoas que as vivem. Importa ver o processo em que elas, com base em tais mudanças e percepções, se gestam como sujeitos coletivos, forjando-se como partes de classes sociais. Uma tal análise extrapola em muito o presente artigo, em que procuro demonstrar a total inconsistência teórica e política da compreensão sobre as mudanças na base da pirâmide social brasileira - vista numa escala contínua de distribuição de uma única variável, a renda - como processo de aparecimento de novas classes médias.

Reafirmo aqui uma perspectiva teórica que me tem orientado no fazer de sociólogo político e de ativista cidadão. As mudanças estruturais são uma condição necessária para que apareçam novas classes sociais ou frações de classes numa sociedade dada. Mas elas são insuficientes politicamente, na medida em que, em última análise, as classes e frações de classes sociais precisam fazer-se, emergir enquanto tais na política. Isto implica em forjar a sua identidade coletiva, seus valores e suas visões sobre a sociedade, processo que se faz na luta social e política, podendo gerar autonomia política ou subordinação a outra classe ou fração de classe social. Nesse ponto, ainda importa analisar a forma de se organizar como sujeito coletivo e a complexa

questão de liderança e de representação política de si e para si. Além disto, tal análise só poderá ser feita num contexto de relações de forças. De uma perspectiva de democracia radical, onde me situo, analisar as mudanças sociais e políticas no seio de pobres e excluídos - como é este esdrúxulo debate sobre NCM - só importa se demonstrar emancipação social e política deles enquanto classes emergentes.

De fato, muitas insurgências e resistências ocorreram no processo de democratização do Brasil. Já sinalizei aquelas forças políticas que explicam a própria democratização, o nascimento e consolidação do PT. A intensificação do processo de expansão capitalista para dentro, com intensa reprimarização da economia, com agravamento do processo de acaparamento de territórios e recursos, foi uma frente de conflitos, velhos e novos. O MST, que se consolidou na redemocratização, polarizou a resistência ao agronegócio em todo o país. Mas apareceram os indígenas como sujeito coletivo que, ao seu modo, demonstram garra e legitimidade diante da expansão de negócios sobre seus territórios para agronegócio ou energia (barragens na Amazônia). Outra frente importante de resistência, cheia de contradições, é de territórios de cidadania diante da avassaladora mineração, que privatiza e destrói. Mas aí estamos diante de exemplos práticos e históricos de luta de formas de trabalho e cidadania contra a exploração imposta pelo grande capital.

Claro, tais empreendimentos geraram mudanças no operariado, trabalhadores mesmo se sua remuneração seja de nível médio, que muitas vezes se aliam ao grande capital em defesa de... seus próprios empregos. Contraditório? Sim, mas muito mais importante como análise do que o mascaramento a que induz a análise estatística linear, que nada registra de tensão e luta concreta por trás dos números.

Nas cidades, a mudança mais importante a sinalizar é a redução do tamanho do operariado enquanto tal- tecnificação, aumento de produtividade e redução da importância relativa da indústria no conjunto da economia - e a interiorização da indústria e serviços, permitindo a consolidação de núcleos urbanos de 100 mil a 1 milhão de habitantes fora das grandes regiões metropolitanas. Isto se tornou um desafio para o movimento sindical, base do PT. A renovação do movimento não se deu no ritmo das mudanças no perfil do trabalho industrial e serviços, o que provocou fragmentação do “operariado” e perda até de legitimidade de representação do movimento sindical nas lutas concretas. Nos últimos anos, antes da atual crise política, movimentos grevistas mais significativos aconteceram contestando a própria representação sindical.

Mas chamo atenção aqui para os tais “batalhadores”, de favelas e periferias, aquela metade da população brasileira que teve algum ganho de padrão de vida, por pequeno que seja, se comparados com o ocorrido duas décadas

atrás. Sua emergência política é complexa, mesmo se o voto aos governos petistas tenha sido amplo no seu meio, como Singer demonstra (SINGER, 2012). As identidades emergiram, mas com traços de individualismo, de busca de sucesso pessoal e com valores conservadores das novas igrejas pentecostais, principal canal de expressão social e política deste grupo. São uma grande fração social da classe trabalhadora, pouco organizada e sem experiência de organização anterior, em processo contraditório de presença na arena social e política. São de longe a massa mais conectada aos grandes meios de comunicação, sobretudo a televisão, sua principal fonte de informação e de inclusão no imaginário social. Isso influencia nos valores, no modo de ver e consumir, nos humores até. Claro, novas resistências em favelas e periferias, sobretudo de jovens, não tem tal perfil. Entre esses cabe lembrar o papel das novas tecnologias de informação e comunicação e as redes de compartilhamento que permitem formar. Destaco aqui expressões sociais e políticas no campo da cultura e nos novos movimentos estudantis. Aí filhos e filhas de “batalhadores e batalhadoras” - na maior parte das vezes eles mesmos, jovens, em trabalhos precoces e precarizados, ajudando a família - sinalizam para a sociedade a emergência de algo muito novo que está ocorrendo no seio da classe social, que defino de novos trabalhadores. Destaco aqui o ocorrido com as grandes mobilizações nas principais cidades brasileiras em 2013, no contexto da Copa do Mundo. Em pequeno artigo de então defini as manifestações como “explosão da cidadania” (GRZYBOWSKI, 2013). Alguns movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), são as emergências que elaboraram as mudanças de uma perspectiva de classe dominada, trabalhadora, explorada. Tudo isto demanda muito esforço investigativo, assim como toda a questão do pentacolismo popular, com valores individualistas e conservadores. Apenas começam a aparecer algumas análises mais consistentes a respeito. No caso das emergências contestadora do *status quo* chama a atenção um traço comum como o que vem acontecendo em muitos países na atualidade, a prática da democracia direta e a negação da legitimidade a qualquer forma de representação, como mostram os artigos da edição especial da revista *Nueva Sociedad* (PENNY et alli, 2014)

Nisso tudo cabe lembrar como evoluíram as “tradicionais” classes médias. Considero classes médias tradicionais os profissionais liberais, advogados, engenheiros, arquitetos, médicos, acadêmicos, gestores de políticas públicas e funcionários de “colarinho branco”, profissionais da política, tanto eleitos ou quadros de partidos, profissionais da mídia, artistas e produtores culturais. A seu modo, trata-se de um complexo contraditório que também precisa se fazer como sujeito coletivo em sua diversidade, prenhe de contradições no seu próprio interior e na relação com outras classes sociais. O

seu papel político, de classe, porém, não pode ser ignorado ou minimizado. Podem não alterar profundamente situações estruturais, elas sozinhas. Mas sem elas, sem sua participação, a possibilidade de mudanças também fica reduzida. Seu peso em termos de voto e de influências nos debates públicos, elaboração de imaginários mobilizados e construção de agendas políticas penetram praticamente todo o tecido social, movimentos e partidos. Claro, as classes médias tradicionais também viveram mudanças, senão de classe enquanto tal ao menos enfrentaram desafios políticos diante da nova realidade de mudanças na base da sociedade e no modo como isso repercute na política. O papel que estas classes médias exerceram nas grandes mobilizações de rua contra o governo constituído de Dilma, agora no processo de crise, ainda carece de muita investigação. A crise atual mostrou uma preocupante tendência de avanço no seio das classes médias tradicionais de um pensamento conservador, de direita, em defesa de privilégios que as mudanças ocorridas na base social parecem ameaçar.

Enfim, sem dúvida estamos diante de mudanças econômicas, sociais e políticas ainda em curso. O velho Brasil já não tem vez e o novo ainda não emergiu plenamente. Mas para a democracia, para uma renovada onda de democratização, ainda mais radical e com capacidade de transformação, vai ser necessária muita inspiração e nova vontade política, com ousadia. Isto não está dado, é apenas uma possibilidade. As classes sociais no Brasil precisam se reinventar diante do desmanche em curso.

Como conclusão: um Brasil de NCM em derrocada

No Brasil, o debate sobre NCM foi real e importante, especialmente no meio acadêmico, com clara motivação política e ideológica (ver o conjunto de textos em BARTELT: 2013). Através dele foi possível perceber que existiu e, talvez ainda exista, um projeto político de “outras classes sociais” e forças ativas na arena oficial na emergência e cooptação dos novos possíveis sujeitos coletivos como forças subordinadas a seus projetos. Os próprios governos petistas, em seu projeto de hegemonia e de país, ao adotar uma estratégia de “conciliação de classes” com os donos do poder, não esconderam a intencionalidade das políticas de combate à pobreza e de inclusão social como parte de um difuso ideal de constituir novas classes médias, *a la americana*. Ao renunciar a um programa de transformações mais profundas na economia e poder para uma sociedade mais justa em termos socioambientais, o PT não promoveu mudanças na estrutura social ou política que quebrassem a sua lógica concentradora, excludente e destrutiva. Com a crise, ruiu o governo e ruiu a ilusão de NCM.

Mas, resistir e recomeçar é possível. Precisamos começar avaliando experiências e contradições que foram levantadas. Porém, para sonhar com outro

país e ousar na construção dos caminhos que nos levem até lá, é urgente que voltemos a pensar estrategicamente o que deve ser feito para a real emancipação social e política dos milhões e milhões de batalhadoras e batalhadores, com eles mesmos como sujeitos ativos protagonistas de tal tarefa.

Referência bibliográfica

BARTELT, Dawid Danilo (org.). *A Nova Classe Média no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung, 2013.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRZYBOWSKI, Cândido. “Cidadania encurralada”. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, (23): 8-14, ago-set, 2004.

_____. *Como criar as condições para a grande transição*. Rio de Janeiro, Ibase, 2012. Disponível em <<http://www.canalibase.org.br/brasil-como-criar-as-condicoes-para-a-grande-transicao/>>

_____. O “estouro” da cidadania nas ruas. 2013. Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/o-estouro-da-cidadania/>

_____. “Que Brasil estamos construindo”. I: BARTELT, Dawid Danilo (org.). *A Nova Classe Média no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung, 2013, p.96-105.

GÜEMES, Cecília. *Classes Medias na América Latina: mitos e realidades*. São Leopoldo: IHU/UNISINOS, 2016. Disponível em <<http://www.ihu-unisinos.br/noticias/533986-classes-medias-na-america-latina-mitos-e-realidades>>.

PENNY, Laurie et alli. “Contra o sistema? Jovens, lutas e dissidências no século XXI. *Nueva Sociedad* (Edição especial da revista em português), Buenos Aires, dez 2014.

POCHMAN, Marcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social Brasileira*. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2012.

SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. “A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo”. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). *A Nova Classe Média no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung, 2013, p. 55-67.

_____. “Entrevista” para MARINGONI, Gilberto. *Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, 12 (85): 10-16, 2015.



Reinauguração da Catedral da Baleia, Brasília, DF.

Gabriel Jabur/Agência Brasília, 11/7/2015, licença CC BY 2.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/>).

4. O pentecostalismo e os novos atores sociais coletivos no Brasil: notas a respeito de uma revolução cognitivo religiosa

Brand Arenari

Introdução

A primeira década do século XXI pode ser chamada de um período de ouro da sociedade brasileira. Neste tempo, se operou o quase “milagre” da presença concomitante de uma poderosa expansão econômica aliada à distribuição de renda. O resultado mais visível deste processo foi a reconfiguração da estrutura social brasileira, onde camadas pobres ascenderam socialmente com assombrosa velocidade, fazendo com que setores médios ganhassem expressividade numérica nos quadros apresentados sobre o Brasil. Este novo cenário tem sido alvo de inúmeras especulações, desde a questão de o quão perene é esse fenômeno, e também como isto pode ser classificado. O que tem atestado esse interesse e impacto é como variadas perspectivas analíticas têm usado classificações distintas para definir esse novo cenário. Dentre estas, destacam-se os termos: “nova classe média”, “nova classe trabalhadora” ou “batalhadores” (Souza, 2010; Bartelt, 2013; Pochmann, 2013; Neri, 2010).

Neste artigo optarei pelo termo *novos estratos intermediários*¹, justamente pela sua neutralidade semântica, o que não é possível com os termos “nova classe média” e “nova classe trabalhadora”. Estes novos atores sociais nem de longe podem ser comparados com uma nova forma da classe média tradicional, esta que sempre esteve relacionada a produção e reprodução de capital cultural no sentido bourdiesiano, e que costumeiramente suas principais ocupações se alocaram entre profissionais liberais e médios empresários. Esses novos estratos correspondem a classes populares que obtiveram uma melhora considerável na renda e na capacidade de consumo, mas sem ter acesso a ampla rede de capitais e instituições que caracteriza a classe média tradicional.

Por outro lado, o termo “nova classe trabalhadora” também não dá conta da complexidade do caso, este termo nos remete semanticamente a uma

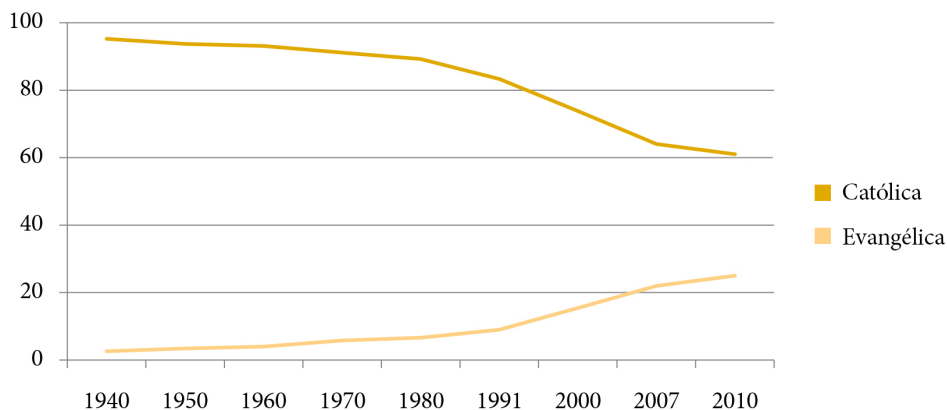
1. Este termo também não me parece o mais adequado, porém é certamente menos problemático, o utilizo em virtude da ausência de um melhor. Como muito bem pontua Klaus Eder (1992) em “A nova política de classe”, o termo classe média em si nada diz, é um conceito negativo, que apenas indica um não lugar, é apenas indicado por uma posição relacional a outros dois pontos. A visão clássica sobre classe média é para definir aqueles que estão no meio de dois pontos, não são nem proletários, nem burgueses típicos, enfim, seria uma não classe. É preciso uma descrição positiva destes estratos.

massa de assalariados, ao grande proletariado do século XIX da Europa, o que também não representa a realidade nem os anseios desses novos estratos médios. Com isso, queremos denotar que esse novo setor ascendente não tem perspectivas em curto prazo de se tornar uma classe média tradicional, e nem de longe porta características parecidas com essa classe, como também está distante de parecer uma classe trabalhadora renovada, capaz de manter a identidade coletiva permeada de estratégias de poder também coletivas, via organizações políticas. Ela não pode ser interpretada como uma ampliação ou extensão destas velhas classes, tal como foi proposto por algumas investigações que utilizaram o termo “nova classe média”.

Estes novos estratos intermediários são ao mesmo tempo uma mistura e também inovação destes tipos tradicionais: portam tanto o sonho liberal pequeno burguês presente em seu empreendedorismo e vocação para o trabalho e poupança, como também buscam a ascensão através do estudo via cursos técnicos e universidades (sobretudo privadas), como atestou a pesquisa qualitativa apresentada no livro “Os batalhadores brasileiros”, de Jessé Souza. A grande transformação operada parece ser a postura ante o mundo, sua nova disposição para “conquistar o mundo para si”. Estes setores poderiam ser representados como aventureiros individuais dispostos a conquistar espaços de valor no mundo contemporâneo, à maneira de “novos bandeirantes”. A singularidade desta classe fez o filósofo Roberto Mangabeira Unger cunhar o termo “batalhadores” para classificar mais que uma classe social no sentido estatístico, e sim uma mudança no “espírito” de uma classe. Descrevendo-a como:

“...milhões de pessoas que lutam para abrir ou para manter pequenos empreendimentos ou para avançar dentro de empresas constituídas, pessoas que estudam à noite, que se filiam a novas igrejas e novas associações, e que empunham uma cultura de auto ajuda e de iniciativa.” (Unger, 2010:09)

Para entender a verdadeira dimensão deste fenômeno é preciso voltar o olhar para mudanças sociais anteriores às transformações da última década no padrão de renda destes novos setores intermediários. À sombra destas transformações recentes, tem corrido no Brasil, desde o final da década de 1970, uma outra revolução no panorama social brasileiro, isto é, uma alteração radical e vertiginosa na filiação religiosa dos brasileiros (Almeida, 2001) (Pierucci, 1996). O Brasil, sobretudo nas suas classes populares, vai deixando de ser uma nação católica e se transformando numa potência evangélico pentecostal global. Nos últimos quarenta anos, nós presenciamos o destronamento da Igreja Católica, o quase aniquilamento das religiões de



Fonte: Arenari, 2013

matriz afro e a instauração de um mercado competitivo da fé, sobretudo nas camadas populares, algo nunca visto em nosso território.

O quadro abaixo demonstra a maneira pela qual, desde o começo dos anos 1980, protestantes evangélicos, adotados pelo pentecostalismo, assumiram a função de segmento mais dinâmico na mobilidade religiosa brasileira. Desde então se começou a alterar pela primeira vez o cenário da filiação religiosa no Brasil. A dominância católica, que por muito tempo deteve o título de religião semi-oficial do Estado brasileiro, começou a declinar.

Porém, para além desta transformação numérica e da dinâmica administrativa/ competitiva dos “bens mágico-religiosos”, uma alteração mais profunda ocorreu entre as classes populares brasileiras, a maneira de uma revolução cognitiva, na qual a auto representação de seu papel no mundo foi fortemente alterada.

A partir desse olhar, este artigo tem como objetivo principal relacionar a ascensão destes novos atores coletivos (classe social) a esta transformação no panorama religioso brasileiro. Desse modo, auxiliando na construção da resposta para a seguinte questão: qual é o modelo dominante da religiosidade dessa nova classe social do Brasil e o quanto ela influencia em sua trajetória de ascensão?

Para atingir tal objetivo, primeiramente demonstraremos as relações históricas sociais do pentecostalismo com uma nova classe na história, em seguida a relação entre a promessa de salvação do pentecostalismo e esta classe, o que a sua maneira operou uma revolução cognitiva nas classes populares, e por fim, a materialização da ascensão destes setores via linguagem religiosa, isto é: suas estratégias e resultados para defesa de seus interesses e valores em comum.

O pentecostalismo e sua classe: a periferia urbana da modernização periférica

Como primeiro ponto a ser destacado, é preciso notar que para além de possíveis traços culturais supostamente comuns dentro do pentecostalismo, tais como a ideia de um “protestantismo latino” defendido por autores como David Martin (1990) ou a noção de um “protestantismo africano” como argumentam Alan Anderson (2004) e Hollenweger (1972), o pentecostalismo tem uma vinculação com uma classe social específica, e esta vinculação não é apenas relacionada a dados numéricos superficiais, mesmo que robustos. Há aí um conjunto claro entre interesses coletivos comuns, estratégias também comuns de luta pelos interesses, como também estilos de vida parecidos e, sobretudo, similaridades macro cognitivas. Quanto a este último ponto, eu me refiro a visões gerais do mundo e da ação.

A maneira mais imediata de ter clareza deste quadro é levar em consideração os movimentos de expansão e surgimento de novas religiosidades na era moderna. Na modernidade, o surgimento de uma nova classe social, especialmente quando se trata de uma luta pelo reconhecimento social e integração na sociedade, esteve ancorado no desenvolvimento de uma religião ou religiosidade específica. Essa nova religião desempenha um papel na unificação do discurso e defesa dos valores e estilo de vida desta nova classe social que busca seu espaço na sociedade. No desenvolvimento religioso e político do ocidente moderno, se a burguesia nascente encontrou suporte cognitivo religioso no calvinismo, e a classe trabalhadora inglesa no metodismo, o pentecostalismo tem sido a forma religiosa por excelência dos subintegrados da modernidade, da “ralé estrutural” da modernidade periférica e suas outras frações de classe, tais como os “batalhadores” (Arenari, 2015). Este traço denota a relação histórica social entre o pentecostalismo e uma classe específica.

É importante notar que a expansão moderna para além de seu núcleo difusor (Europa Central) criou um tipo novo na história, à maneira de um terceiro excluído das análises. Este tipo novo é o ator social da periferia urbana, o qual não é o indivíduo do mundo rural pré-moderno, nem o tipo urbano clássico. A sua gênese se deveu ao fato de que a promessa moderna foi incapaz de incluir imediatamente todos os atores sociais que imigravam para a cidade, e sobretudo, para as cidades do “novo” continente americano. Uma massa de imigrantes europeus pobres, adicionados a uma massa de indivíduos que vinham do mundo rural, “incharam” as cidades, sem encontrar um lugar para seus anseios. Logo foi se formando uma vida nas franjas daquele modelo clássico urbano moderno, uma subintegração social naquele mundo. Uma subintegração habitacional geográfica, a periferia urbana; uma subintegração ocupacional, não havia emprego para todos, entre tantas

outras. Enfim, uma nova forma de vida social surgia ali, e essa nova forma de vida social exigia uma nova religiosidade que fosse capaz de dar conta de suas novas demandas. Assim, logo saltou das periferias urbanas das cidades norte americanas no final do século XIX e início do século XX uma nova forma de religiosidade: o Pentecostalismo.

Desde que apareceu nos Estados Unidos, o Pentecostalismo tendeu a se estabelecer em meio às classes subintegradas das comunidades urbanas que surgiram no começo do século XX, nas áreas marginalizadas de Los Angeles, atraindo negros, mulheres e a classe de trabalhadores imigrantes, sem impactar as comunidades rurais na América do Norte (Campos, 2015). Em sua expansão pelo mundo, o pentecostalismo seguiu a mesma lógica do desenvolvimento, crescendo dentro de modelos de sociedade parecidas com aquelas de seu surgimento, marcadas por uma expansão urbana desordenada, com uma periferia urbana com altas taxas de desigualdade e pobreza.

Em virtude disso, a América Latina passa a ser o locus perfeito para seu crescimento, combinado sempre com a expansão urbana. Esse processo fez da América Latina o centro mais dinâmico do pentecostalismo global. No início do século XX já contava com 44 por cento dos pentecostais no mundo, cerca de 144 milhões de pessoas (Anderson, 2004). O Brasil é hoje o maior país pentecostal do mundo. Em 2000 o sociólogo da religião Ricardo Mariano (2001) estimava que os pentecostais eram 18 milhões e cresciam em 8,9 por cento ao ano. Entre os 2,5 milhões de evangélicos encontrados na Argentina, quase todos eles são pentecostais. No Chile, um país católico tradicional, pentecostais já são mais de 20 por cento da população. O Pentecostalismo experimentou seu crescimento mais acelerado na pobreza urbana do Brasil e da América Latina durante os anos 1980. Na África, da mesma forma, apesar da dinâmica mais rural do continente, o estrondoso sucesso pentecostal ocorreu nas áreas urbanas (Anderson, 2004).

No que diz respeito à distribuição espacial dos pentecostais no Brasil, esta presença urbana pode ser vista tanto nos níveis macro e micro. A menor presença da membresia pentecostal é vista nos estados mais rurais, o que contrasta com a forte presença pentecostal nas áreas mais urbanizadas, sobretudo nas capitais dos estados. Nos níveis micros eles estão nas periferias das cidades.

O Brasil exibe uma característica geral na qual quanto mais rural e tradicional a região for, possui uma adesão católica maior do que a média nacional. De acordo com o Atlas de diversidade religiosa no Brasil (Jacob, 2003), o sertão brasileiro, uma área predominantemente rural e tradicional, mantém entre 90% e 96% de população católica. Este fenômeno nos permite ver uma das causas da evaporação da percepção da dominância católica nas últimas três décadas, isto é, quanto mais urbano, menos católico.

Ante uma perspectiva demográfica, os católicos aparecem como os opositores polares dos pentecostais, como descrito por Brustlein e Jacob (2003):

“Católicos habitam as zonas rurais muito mais do que os urbanos, são compostas de mais homens do que mulheres, mais idosos do que os adultos, e mais brancos do que negros, pardos e indígenas membros. No que diz respeito aos aspectos econômicos, os católicos são caracterizados por uma forte prevalência de pessoas envolvidas em atividades agrícolas e, assim, a sua predominância nas áreas rurais.” (Brustlein & Jacob, 2003: 21)

Ao atentarmos para as capitais e zonas metropolitanas brasileiras, contudo, o número de obstáculos ao crescimento católico em contraposição ao grande crescimento pentecostal é significativo. De acordo com o Atlas da diversidade religiosa no Brasil, em 2000, a cidade do Rio de Janeiro possuía 54% de católicos, Vitória, 56%, e Brasília 66% de católicos, todas as porcentagens eram bem abaixo da média nacional para o período em questão².

Ainda assim, o mais relevante aspecto correspondente à distribuição espacial dos pentecostais se encontra no fato deste grupo não só se concentrar em áreas urbanas, mas às margens de tais áreas. A maior concentração de fiéis pentecostais se encontra nas regiões pobres das médias e grandes cidades, formando, assim, um cinturão que cerca as áreas urbanas habitadas pelas classes médias e alta.

“Os Pentecostais estão geralmente concentrados no ‘primeiro anel’, isto é, o anel que circunda as áreas metropolitanas centrais. Em muitas dessas áreas, entre as mais importantes do país, encontra-se uma configuração na forma de um anel, uma manifestação que está fortemente presente em quase todos os distritos e subdistritos da periferia.” (Brustlein & Jacob, 2003:41)

Um excelente exemplo é a cidade do Rio de Janeiro. Quanto mais nos distanciamos dos bairros de classes mais altas, na Zona Sul da cidade, maior é a população pentecostal, um fenômeno que cria um tipo de cinturão em volta destas áreas. Menos de 8% da população que vive na zona sul do Rio são pentecostais, enquanto nas áreas mais pobres, especialmente distantes desta região, os pentecostais correspondem entre 14 e 17% da população.

2. O número de católicos nestas capitais certamente se encontra bem menor. O estudo de Brustlein e Jacob foi baseado nas estatísticas do Censo de 2000. Estudos mais recentes estimam que as perdas católicas estão entre 10 e 15% na última década. No Censo de 2000, 73,8% da população brasileira era católica. Em 2010, contudo, de acordo com o Datafolha, apenas 61% da população se identificava como católica.

O mesmo fenômeno sociorreligioso pode ser observado em outras capitais do Brasil, tais como São Paulo, Vitória, Belém, Recife e Belo Horizonte (Brustlein e Jacob, 2003:52). Números elevados de pentecostais tendem a se concentrar perto destas periferias urbanas. Em outro livro, Romero Jacob (2006) chama a atenção para a situação de certos municípios do Grande Rio de Janeiro, tais como Belford Roxo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, onde os pentecostais correspondem a 30% da população, fazendo destas áreas as regiões mais pentecostais do país.

Assim, a expansão pentecostal surgiu em concordância com o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Sendo um movimento altamente urbano, caracterizado pela periferia dos centros urbanos, composto por grupos sociais pobremente integrados à sociedade capitalista. Tudo isso nos mostra como o pentecostalismo triunfou nas condições sociais e geográficas que encontrou no Brasil, as mesmas condições em meio às quais o pentecostalismo emergiu nos Estados Unidos desde seu início. A questão da geografia urbana é uma das “afinidades eletivas” pelo modelo de religiosidade pentecostal que podem auxiliar no entendimento do sucesso desta religião no Brasil, como também pode auxiliar a relação desta religião com uma classe social específica.

Ao expandir nossa análise para outras áreas, indicadores relacionados a gênero, etnia e caráter social se tornam tão relevantes quanto aqueles referidos à ocupação espacial dos pentecostais. Em termos gerais, o pentecostalismo cresceu entre os setores sociais que podem ser classificados como “dominados” de acordo com o proposto por Pierre Bourdieu. Este pano de fundo pode ajudar a entender o pentecostalismo como uma religião das classes dominadas no capitalismo moderno.

Em termos de gênero, um estudo realizado no Brasil em 1998³ concluiu que 63,7% dos pentecostais eram mulheres, uma diferença significativa da média nacional na qual mulheres formam 52,3% da população geral, como também a situação dos católicos brasileiros, na qual homens são a maioria⁴. Entretanto, no mesmo estudo, a análise na composição de gênero da Igreja Universal do Reino de Deus, a proporção de mulheres chegou a 80%. Nos estudos de Brustlein e Jacob, pentecostalismo atrai mais mulheres do que homens, entre -15% a +15% em referência à média brasileira.

Em relação aos grupos étnicos pentecostais, não há dúvidas que há uma predominância de negros. Como resultado, muitos pesquisadores buscaram analisar o pentecostalismo como uma manifestação das tradições culturais africanas, ou ainda como uma espiritualidade africana específica (Hollenweger, 1972) (Anderson, 2004). Todavia, este trabalho enfatiza

3. ALMEIDA, Ronaldo. *Trânsito religioso no Brasil*. São Paulo em Perspectiva, vol.15, no.3, São Paulo Jul/Set. 2001.

4. FGV: NERI. *Novo Mapa das Religiões*. Rio de Janeiro: FGV-CPS, 2011.

outras linhas interpretativas em detrimento daqueles que concentram a análise em raízes culturais, realçando a importância das raízes sociais do pentecostalismo. Sob esta luz, o que chama mais a atenção são as condições sociais dos ex-escravos na América, condições que os isolaram como uma classe desprivilegiada. Na América Latina, outros grupos desprivilegiados se encontram em uma situação similar: Nativos Americanos e mulatos.

Este panorama é capaz de nos revelar a “matéria prima” social hegemônica na membresia evangélico pentecostal, como também sua vocação de classe específica, formando elos de contato e pertencimento com as classes populares brasileiras, mas, sobretudo, oferecendo um novo discurso para sua ação no mundo, e, em consequência, alterando sua ação no mundo.

Uma nova mensagem religiosa: uma soteriologia para os deserdados da modernidade

Desde seu surgimento no início do século XX nos EUA, o Pentecostalismo tem mantido o centro de sua mensagem religiosa intacta, isto é, a promessa de integrar indivíduos subintegrados à dinâmica central da sociedade em que estavam instalados. No caso do pentecostalismo e suas principais variações, o modelo soteriológico é desenvolvido em consonância com o desenvolvimento da sociedade moderna capitalista. O pentecostalismo toma para si, via linguagem religiosa, a realização das principais promessas modernas que não se efetivaram para uma parcela significativa da população. Para além de confortos psicológicos oferecidos por quase todas as religiões, as noções de inclusão (o valor moderno de igualdade), ascensão social (mobilidade) e modelos de vida individual (individualismo) aparecem como pano de fundo das promessas salvíficas do pentecostalismo. Desenvolve-se aí um modelo de salvação intramundana em que a força de Deus se confirma na vida cotidiana e na promoção das promessas modernas para uma gente que a modernidade não integrou plenamente (Arenari, 2015).

O que atesta isso é a constatação, e que afirmamos anteriormente, que a força da expansão pentecostal ocorre mais nitidamente em países marcados por uma larga desigualdade social, ou pela presença de grandes grupos subintegrados à dinâmica social, aliada de um discurso moderno de trajetória de ascensão individual⁵.

Esse projeto de integração e ascensão social do Pentecostalismo encontrou, nos meados do século XX, uma teologia específica que tem orientado suas mensagens e práticas religiosas, a saber, a Teologia da Prosperidade. Ela tem sido a base teológica da última inovação no movimento pentecostal, ou seja,

5. O pentecostalismo é nitidamente uma religião da periferia do mundo, com destaque para América Latina e África. Ver World Christian Database, <http://www.worldchristianitydatabase.org/wcd/>, Pew Forum, <http://www.pewresearch.org/topics/pentecostals-and-pentecostalism/>.

Neo-Pentecostalismo, que incorporou essa teologia como a essência de uma nova promessa que iria encantar milhões de crentes ao redor do mundo.

A principal e fundamental declaração teológica desse movimento é que os cristãos têm o direito divino de desfrutar as bênçãos do mundo material, o que significa que os cristãos têm o direito de alcançar perfeitas realizações de saúde e riqueza. Os teólogos da teologia da prosperidade dizem que o sacrifício de Jesus Cristo libertou todos os seus seguidores dos males deste mundo.

A Teologia da Prosperidade pode ser inicialmente entendida como a principal manifestação da virada da hegemonia de Teodiceia do Sofrimento para Teodiceia da Felicidade (Weber, 1976). Ela reinterpretou o sentido do sofrimento, dando-lhe um valor sem precedentes na história do cristianismo. O sofrimento não tem mais os valores positivos que foram encontrados no teodiceias de sofrimento; agora o sofrimento é mais uma vez um sinal de vergonha, raiva ou abandono da divindade em relação a uma pessoa em particular. A cruz não é mais o símbolo do sofrimento de Jesus em seu amor por seres humanos, é agora o símbolo da vitória contra o diabo e todos os males que vêm com ele. A cruz é interpretada apenas como um amuleto mágico na guerra espiritual.

Como resultado desta nova dinâmica, a luta pelo reconhecimento também toma outra direção. Mesmo que as recompensas reservadas para um outro mundo no céu depois da morte não tenham sido inteiramente abandonadas, elas se tornaram secundárias devido ao valor crescente das bênçãos “deste mundo”. A prosperidade material e acesso às maravilhas do consumo do mundo moderno, permitindo uma alegria do “aqui e agora”, são procurados como uma recompensa para aqueles que servem ao “Senhor”. Por outro lado, a Teologia da Prosperidade é também um dos produtos da ruptura com o racionalismo religioso e, portanto, o retorno da magia em larga escala no Ocidente. Embora este movimento teológico tomou a sua forma quando foi incorporado ao pentecostalismo, as ideias gerais que norteiam suas práticas e visão de mundo são quase os mesmos que orientam o que chamamos de religiosidade “nova era”. Ela pode ser entendida como a versão da nova religiosidade mágica voltada para as classes mais pobres.

Para os argumentos aqui desenvolvidos, o que mais nos interessa a respeito desta teologia é o conjunto de inovações que ela oferece ao cristianismo, especialmente no seu modelo de promessa salvífica, construindo novos horizontes da ação para setores específicos da expansão moderna.

Os resultados da busca de concretização desta promessa soteriológica tiveram impactos diversos na vida nacional brasileira. No entanto, um dos impactos mais radicais foi a instauração de uma revolução de consciência entre as classes populares, dentro da qual, o dado mais concreto é a produção de uma disposição para o ganho do “mundo” pra si, uma disposição para a

competição pelo alcance de espaço e símbolos valorados pelo mundo real, isto é, a integração prometida na sociedade se dá pelo acesso ao dinheiro, consumo, lazer e política. O sociólogo Peter Berger (2001) afirma que tal fenômeno religioso (Pentecostalismo) já se configura como algo intrinsecamente ligado às peculiaridades das modernas formas periféricas de capitalismo, inclusive podendo se postular que “esse tipo de protestantismo robusto tem consequências comportamentais que, em sua maior parte inintencionais, têm uma afinidade com exigências do nascente capitalismo”.

Não seria exagero afirmar que o Pentecostalismo é o pano de fundo cognitivo dominante nas classes populares brasileiras, o qual tem operado a transmutação de uma energia estática em força dinâmica transformadora, bem ao modo proposto por Mangabeira Unger. Desse modo, substituindo em graus variados a teodiceia do sofrimento cristão-católico por um liberalismo econômico popular mediado pela instituição religiosa, à maneira de uma teodiceia da felicidade. As camadas populares que estavam imersas no catolicismo popular, o que também inclui as religiões de matriz afro, foram catapultadas pelo pentecostalismo para um novo universo, no qual a ideia de ascensão, da dinâmica social passaram a ser os novos orientadores da ação, empoderando estes setores que, até então, pouco ousavam disputar espaços valorados com as elites tradicionais. Logo, os espaços de poder e sucesso político e econômico entraram para o horizonte de suas ações e projetos, deixando de ser um lugar “natural” das elites tradicionais. Bem ao modo da relação entre o calvinismo e a burguesia, o neopentecostalismo/teologia da prosperidade cria os discursos necessários para a ação, criando afinidades eletivas entre essa nova classe e a nova religiosidade.

A ascensão de uma nova classe de setores intermediários via mediação religiosa

Essa nova promessa de salvação gerou, por seu lado, novas ansiedades e expectativas, criando horizontes novos para a ação coletiva. Em outras palavras, podemos dizer que, a esperança da promessa exige confirmações concretas ou ao menos indícios de que a esperança deve continuar “viva”, de que ela é capaz de se realizar. Enfim, os fiéis anseavam pela tão sonhada integração nas benesses do mundo capitalista moderno, tal como foi prometido pelo pentecostalismo. Desse modo, esta nova promessa implicou em uma série de inovações institucionais, como também alterações significativas na agência destes atores.

Neste desenvolvimento, muitas igrejas pentecostais criaram redes cooperativas “intra-muros”, à maneira de um centro de inovações institucionais visando colocá-los em condição de igualdade relativa competitiva, operando como “estufas” preparatórias para adentrar um mundo que não os quis receber facilmente. Orientados por uma teologia prática e pragmática, avaliada quase

exclusivamente por seus resultados concretos, as denominações evangélico pentecostais elaboraram, de forma tátil, mecanismos institucionais para suprir áreas estratégicas em que sua população de fiéis eram carentes, tais como: família, mercado e trabalho.

Como foi demonstrado por Jessé Souza e sua equipe no livro *A ralé brasileira: quem é e como vive* (2009), a desestruturação familiar opera como um dos impedimentos mais perversos à integração na sociedade, agindo na produção e reprodução da desigualdade, atingindo as classes populares, retirando-as da competição antes mesmo do jogo começar. A aquisição de atributos necessários à integração na sociedade depende de uma oferta significativa de bens afetivos e cognitivos, normalmente ofertado pela família. Esta, a família, tende a operar como uma instituição que ofereça uma relação de trocas afetivas relativamente estável, servindo como um banco de créditos afetivos-morais e cognitivos, que construa certos tipos de personalidade exigida pela competição social. Em consequência, a ausência de uma instituição que ofereça recursos afetivos e cognitivos básicos, elimina, na maioria das vezes, o indivíduo de competir na sociedade.

Em resposta a essa carência básica, as igrejas criaram mecanismos substitutivos, equivalentes funcionais, que poderiam suprir tais necessidades. Neste caso específico, o exemplo mais bem acabado é o mecanismo de “células” das igrejas pentecostais, que operam com certo grau de eficácia, criando certas disposições que não foram ofertadas pela família¹. Nestas células, para além do conteúdo extritamente religioso, ocorre um acompanhamento da vida cotidiana, em que lideranças se interessam pelo desenvolvimento da vida de seus membros, oferecendo controle e orientações de estratégias de ação para obtenção de “sucesso” na sobrevivência, o que envolve também cobrança de resultados e padrões de disciplina no trabalho e nos estudos. Novos tipos de agentes passam a ser engendrados neste contexto, seja primeiramente pela oferta de um papel social dado enquanto trajetória de sucesso a ser percorrido (promessa no futuro), o que implica na construção de novos horizontes imagináveis para a ação, e também por práticas concretas que criam um sistema de estímulos afetivos-morais, alimentados cotidianamente. Em outro momento, mas ainda no que se refere à vida familiar, a igreja também age como mediadora de casamentos e suporte da vida familiar dos recém-casados, existem ações deliberadas para a formação de novas famílias sob a “batuta” da igreja. Nisto percebe-se mais uma vez o papel da igreja de cancelar, ou seja, fiduciar as trocas entre indivíduos com baixa relação de confiança interpessoal.

1. Para mais detalhes ver: ARENARI, Brand & TORRES, Roberto. *A religião dos batalhadores*. In: SOUZA, Jessé. (hrsg) *Os batalhadores brasileiros: outra visão sobre a nova classe média*. Ed. UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Por outro lado, a criação de redes cooperativas “intra-muros”, aquilo que Mangabeira chamou de ética da secessão, permite o acesso a redes sociais que facilitam a entrada no mercado de trabalho, como também, “alavancam” seus pequenos e médios negócios. Ocorre não apenas a formação de sistema de créditos financeiros intra-igrejas, ou seja, empréstimos diretos, mas também a criação de mercados comuns, com cadeias de consumo organizadas internamente na associação religiosa. Constrói-se neste caso um universo social muito parecido com aquele que Weber estudou nos EUA no início do século XX e apresentou no texto “As seitas protestantes e o espírito do capitalismo”, isto é, a construção de mercados e setores de mercado a partir do associativismo religioso, em que as igrejas organizavam e controlavam essas relações. Essas práticas se desenvolvem desde a ação no “varejo” interno, com a intermediação de lideranças religiosas estimulando a parceria entre membros de sua igreja, até ao “atacado”, com organizações mais sofisticadas interdenominacionais, como é o caso da ADONEP (Associação dos Empresários do Evangelho Pleno). As lideranças religiosas operam como “lobbystas” dos interesses de seus membros, o que varia desde conseguir emprego para alguém até a intermediação de contratos com o poder público. Em outras palavras a igreja enquanto centro de associativismo cria uma central de capitais sociais, disposta a oferecê-los aos seus membros, mais uma vez criando uma rede social de confiança mediada pela instituição, o que permite o acesso a outras redes que seriam normalmente fechadas a empreendedores de classes populares.

Nota-se aí mais uma vez a igreja funcionando como mediadora de interesses coletivos, no caso em questão, muitas vezes de interesse coletivo de classe, permitindo com que classes populares possam entrar no “mundo dos negócios”. E essa “entrada” não é operada apenas por uma nova oferta de créditos financeiros, ou somente graças à ação “lobbysta” (rede sociais) de lideranças religiosas, ou uma leve melhora na renda das classes populares; mas sim por uma transformação cognitiva coletiva, relacionada à incorporação de uma nova “disposição econômica”.

É a partir dessa transformação realizada pela promessa de salvação intramundana do pentecostalismo que vendedores ambulantes precarizados passam a montar pequenas lanchonetes, ou mesmo pequenos restaurantes que servem o seu entorno, ou pequenas e médias lojas de doces e salgados que servem às festas das igrejas e de seus fiéis. Esta nova dinâmica social faz com que manicures itinerantes inaugurem seus primeiros salões de beleza, que motoristas e taxistas construam suas próprias cooperativas de transporte de pessoas e que ex-pedreiros e mestres de obras montem pequenas empreiteiras. São esses que vão empregar seus “irmãos” em seus novos pequenos negócios.

Outra esfera da vida que a religiosidade pentecostal avançou foi a política. As igrejas evangélico pentecostais passaram a funcionar como “novos sindicatos” a eleger seus representantes; transformaram o associativismo religioso em associativismo político. Esse movimento permitiu a entrada maciça de tipos populares na política formal, alterando a gramática política. No mundo rural e tradicional do catolicismo as massas populares elegiam figuras da elite tradicional, isto é, votam em candidatos com trajetória de classe fora da sua. No mundo da periferia urbana do pentecostalismo, as classes populares votam em candidatos com trajetórias de vida e classe parecidas com as suas, especialmente para quadros do Legislativo, entretanto, a representação para o Executivo ainda não reproduziu esta lógica em larga escala. O que vemos foi a formação de uma nova identidade coletiva, que não é puramente religiosa, mas mediada pela organização religiosa, ou seja, os interesses em questão não são puramente religiosos, mas, principalmente de classe, voltados a ascensão e integração social.

Muitas dessas denominações pentecostais também criaram mecanismos para integrar seus fiéis na esfera moderna do lazer e do consumo, criando não apenas uma imensa indústria cultural, com seus próprios ícones de massa de cunho religiosos, artigos de beleza, roupas etc, mas também alternativas para a indústria moderna do turismo. É muito comum a criação de clubes campestres ou hotéis da igreja para onde os fiéis excursionam, tendo seus “resorts” com Deus. Fotos nestes “resorts” desempenham o papel de símbolo de ascensão e status, tendo a experiência de vivenciar as benesses do tempo livre na sociedade capitalista.

As grandes igrejas pentecostais tendem a espalhar seus “tentáculos” por todas as esferas da vida de seus fiéis, agindo muito mais nas coisas concretas e práticas da vida do que na esfera de interesses estritamente religiosos apartados “desse mundo”. Buscam operar como uma “instituição total”, na qual atua como mediadora das necessidades e novos interesses de sua membresia. Na verdade, o núcleo central de inovações institucionais nestas igrejas é a criação de uma oferta de créditos àqueles que têm isso negado pelo mundo formal. Oferece-se créditos de toda ordem: afetivos; cognitivos (noções de disciplina, temporalidade, prospecção etc); sociais (redes de contato) e financeiro (algumas igrejas emprestam dinheiro e criam redes de empréstimos). Elas funcionam como uma “cabeça de ponte” que permite as tropas das classes populares aportar na sociedade que negou sua entrada.

Conclusão

O que se pode concluir a partir do que foi demonstrado nesse texto é a importância do papel desempenhado pela religião na trajetória de ascensão de parte das classes populares brasileiras. Esse processo se desenvolve em três principais instâncias: (1) na construção de macro discursos, isto é, visões

de mundo para novos setores surgidos na sociedade; (2) a criação de novas “disposições”, a construção de novos agentes e (3) a construção de uma rede de novas instituições para atender interesses específicos desse novo setor.

Sem postular uma relação de causalidade linear neste processo, observamos como a linguagem religiosa operou como uma fonte organizadora de interesses coletivos que estavam supostamente dispersos e ocultos para setores com trajetórias sociais parecidas, oferecendo as pré-condições macro cognitivas (grandes discursos) para dar sentido a novas trajetórias da ação. Isso também foi acompanhando da criação por parte deste discurso religioso específico de novas “disposições” para esses agentes, especialmente, a postura ante o mundo e seu desejo de conquista. Em outras palavras, podemos dizer que o discurso do pentecostalismo organiza, via linguagem religiosa, os interesses e trajetórias da periferia urbana. Por outro lado, o associativismo religioso serve de base para as ações concretas das igrejas, sobretudo no que diz respeito à atuação como fiduciária de créditos sociais necessários a integração e competição na sociedade, onde a igreja oferece “notas” sociais de confiança para indivíduos que sozinhos não portariam esse grau de confiança.

Referência Bibliográfica

ANDERSON, Allan. The gospel and culture in Pentecostal mission in the third world. 9th Conference of the European Pentecostal Charismatic Research Association, Missions Academy, University of Hamburg, Germany, July 1999.

_____. An Introduction to Pentecostalism: Global Charismatic Christianity. London, Cambridge University Press, 2004.

ALMEIDA, Ronaldo de; MONTEIRO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, jul. 2001.

ARENARI, Brand & TORRES, Roberto. Religion und Anerkennung: Affinitäten zwischen neupfingstlicher Bewegung und politischem Verhalten in Brasilien. In: KÜHN, Thomas & SOUZA, Jessé. (hrsg) *Das moderne Brasilien: Gesellschaft, Politik und Kultur in der Peripherie des Westens*. Berlin: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2006.

_____. Religiosidade popular e política: o movimento neopentecostal como caso ilustrativo dos limites do aprendizado político no Brasil. *Revista Temáticas*. Campinas, 2006.

_____. Indústria cultural e religiosidade mágica: o racionalismo adaptativo do Neopentecostalismo. ANPOCS, 2007.

_____. A religião dos batalhadores. In: SOUZA, Jessé. (org.) *Os batalhadores brasileiros: outra visão sobre a nova classe média*. Ed. UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BARTELT, Dawid (Org.). A nova classe média no Brasil como conceito e projeto político. Heinrich Böll Stiftung, Rio de Janeiro, 2013.

BERGER, Peter. “Reflections on the sociology of religion today”. *Sociology of Religion*. Winter, 2001, v. 62. i 4. p. 443-455.

CAMPOS, Leonildo Silveira. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: Observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. REVISTA USP, São Paulo, n.67, p. 100-115, setembro/novembro 2005.

CASANOVA, José. Public Religions in Modern World. The University of Chicago Press, Chicago, 1994.

CHEKROUN, Mohammed. Socio-economic Changes, Collective Insecurity and New Forms of Religion Expression. In: Social Compass 52 (1), 2005, 13-29.

CORTEN, André. Os pobres e o Espírito Santo: o pentecostalismo no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1996.

EDER, Klaus. *The new politics of Class. Social movements and cultural dynamics in advanced societies*. Sage publications, London, 1992.

FRESTON, Paul. Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

HOLLENWEGER, Walter J. The Pentecostals. London, SCM Press, 1972.

JACOB, Cesar Romero, et al. Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil. Ed PUC, Rio de Janeiro, 2003.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar. Campinas, SP: Ed. Autores Associados; São Paulo, SP: ANPOCS, 1996.

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo brasileiro. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1999.

_____. Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2001.

MARTIN, David. Tongues of fire: the explosion of Protestantism in Latin America. Oxford: Blackwell, 1990.

MINGIONE, Enzo. Urban poverty and the underclass. Massachusetts, Blackwell, 1996.

NIEBUHR, H. Richard. As Origens Sociais das Denominações Cristãs. São Paulo, São Bernardo do Campo, ASTE/Ciências da Religião, 1992.

PIERUCCI, Antônio Flávio & PRANDI, Reginaldo. A Realidade Social das Religiões no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1996.

ROLIM, Francisco Cartaxo. 1985. Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa. Rio de Janeiro: Vozes.

SOUZA, Jessé (org.). A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. A Ralé Brasileira: quem é e como vive. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. Os batalhadores brasileiros: outra visão sobre a nova classe média. Ed. UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

WEBER, Max. Wirtschaft und Gesellschaft. Tübingen, 1976.

_____. Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie. Tübingen, 1988.

_____. Essays in Sociology. New York, Routledge, 2009.

QUEM
A CONTECE

Q M
A CONTECE



Isabelle Drummond, Leandra Leal e Taís Araújo, atrizes da novela Cheias de Charme. Imagem produzida durante a gravação do show do Roberto Carlos, para o especial de fim de ano da TV Globo, na casa de shows Citibank Hall, no Rio de Janeiro.

Fabio Cordeiro / Editora Globo / Agência O Globo, 21/11/2012.

5. A “Nova Classe Média” nas telenovelas brasileiras: aspectos culturais e representações sociais nas mudanças em curso

Carla Barros

O presente artigo tem como objetivo abordar questões ligadas às recentes mudanças na sociedade brasileira relativas aos estratos denominados de “nova classe média” (NCM), com foco nos aspectos culturais que se articulam nesse cenário. Para conduzir a reflexão, será feita uma análise no campo da mídia no contexto da NCM, procurando identificar sinais das disputas simbólicas em curso. Recentemente, duas produções ficcionais da TV Globo, as telenovelas *Avenida Brasil* e *Cheias de Charme*, foram consideradas símbolos da NCM por terem tido grupos populares em ascensão como protagonistas e público-alvo. A discussão a partir destes produtos de grande sucesso na recente teledramaturgia brasileira possibilita uma reflexão sobre o caráter das mudanças em curso e as representações sociais relativas aos sujeitos das chamadas “classes emergentes”.

É importante assinalar, inicialmente, que parte-se aqui do pressuposto de que a visão do surgimento de uma NCM no país traz embutida uma empobrecida noção de classe pelo viés exclusivo da renda e, ainda, um projeto político de celebração de mudança social, conforme já foi argumentado em vários estudos (Souza, 2010; Bartelt, 2013). Feita a observação, cabe empreender um olhar sobre as esferas culturais do consumo e da mídia que atuam neste “novo” contexto social. Como bem mostrou Bourdieu (1979), os mecanismos de poder exercidos pelas classes dominantes se mostram bastante eficazes no campo cultural, o que demanda uma análise dos modos pelos quais o sistema de classes no Brasil vem articulando hierarquias no plano da cultura, do consumo e da mídia.

Portanto, o campo da mídia é um palco privilegiado e revelador das dinâmicas sociais. Enquanto que, por um lado, os índices de leitura da população permanecem baixos², por outro, “todos veem TV” no país, tendo as telenovelas, em especial, um papel de destaque no lazer

1. A última edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2016) revelou que 44% da população brasileira não lê e que 30% nunca comprou um livro. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf. Acesso em 10 mar 2017.

cotidiano, apesar dos índices de audiência não serem tão elevados quanto em décadas anteriores.

A experiência de assistir novela, entre outros aspectos, faz parte de uma “aprendizagem para o consumo” (Almeida, 2003), no qual estilos de vida e modos de consumir a eles relacionados são difundidos. Não se trata, no entanto, de uma direta absorção de modos de vida das classes médias tradicionais e elites, mas uma reapropriação dentro de quadros culturais já existentes (Barros, 2007). A novela também pode ser compreendida como uma narrativa sobre a nação (Lopes, 2003), voltada para temas cotidianos e questões sociais emergentes no país, o que propicia uma análise acerca de possíveis mudanças nas representações midiáticas de grupos populares na ficção televisiva.

Na discussão acerca do acesso de estratos pobres da população a novos patamares de consumo, uma questão relevante refere-se aos modos pelos quais opera o diálogo entre classes no Brasil. A sociedade brasileira, de tradicional viés hierarquizante (DaMatta, 1979), foi tomada pelo aumento do poder de consumo dos segmentos de baixa renda a partir dos anos 2000, o que levaria posteriormente à discussão em torno da ideia do surgimento de uma “nova classe média”. Mesmo que a mobilidade econômica dos grupos populares nos governos Lula tenha tido um retrocesso com o período de recessão vivido no país a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff, a questão se mantém, por tratar não de aspectos “objetivos”, mas sim de percepções acerca da mudança do lugar social de segmentos desfavorecidos dentro da sociedade abrangente. Cabe indagar de que modo as classes médias tradicionais e as classes altas têm lidado com esta perspectiva de transformações, tanto no plano econômico, quanto na esfera da cultura e da sociabilidade. A ideia de “inclusão social” tende a ser percebida de modo bastante refratário por parte dos estratos mais privilegiados, em uma sociedade que, como já sugeriu DaMatta (1981), tem “horror à mobilidade social”³.

“Nova Classe Média”: mobilidade social em curso?

Tem havido muito debate no Brasil sobre a real emergência de uma “nova classe média” (Neri, 2008; Souza, 2010; Pochmann, 2012; Bartelt, 2013), especialmente a partir do ano de 2008, quando pesquisas indicaram que o percentual da classe média brasileira havia atingido metade da população do

3. Um exemplo emblemático da refração das classes favorecidas frente à aproximação dos grupos subalternos ocorreu no âmbito das redes sociais. Quando o Orkut era a rede social mais importante no país, ocorreu aos poucos um processo de “inclusão digital” das camadas mais pobres nesta plataforma. As classes favorecidas, ao verem a chegada dos estratos populares em ambientes até então elitizados, criaram a expressão “favelização do Orkut”, iniciando uma migração para a rede social Facebook. Posteriormente, com a “democratização” do Facebook, um processo semelhante ocorreu, com a denominada “Orkutização do Facebook”, que denunciava a nefasta “invasão” desta rede social pelos grupos populares.

país. Mesmo antes desse período, um novo interesse nas classes populares já havia sido observado, devido ao crescimento de renda de parte da população mais pobre, após a implementação das medidas econômicas anti-inflacionárias do Plano Real nos anos 1990.

Um tema recorrente nas diversas análises acerca dessas mudanças tem sido o reconhecimento da centralidade do fenômeno do consumo como um modo de “inclusão social”. As interpretações relativas a tal “inclusão”, no entanto, são bastante divergentes indo desde posições que condenam a ideia de inclusão através do consumo, até abordagens de cunho antropológico que indicam a importância deste fenômeno – e da ideia de “ter acesso” a bens e serviços – na visão dos próprios agentes sociais.

Interpretações sociológicas à parte, o fato é que houve um aumento real do poder de compra de parte da população mais pobre, que, com isso, pode ampliar os itens de seu orçamento doméstico. Por conta desta ascensão econômica, o “novo” indivíduo-consumidor dos estratos emergentes foi eleito por publicitários e profissionais de marketing como um promissor “público-alvo”. Havia, até o final dos anos 1980, um estado de “invisibilidade” dos segmentos de baixa renda no contexto mercadológico; não eram grupos pesquisados pelas empresas, nem eram desenvolvidas estratégias de marketing para atendê-los, pois os negócios no país estavam voltados maciçamente para os consumidores das classes médias e altas.

No momento em que o mercado percebeu o aumento do poder de compra dos estratos populares, um inédito interesse comercial veio à tona, dando início a um esforço de compreensão deste novo público através da realização de inúmeras pesquisas de mercado que tinham como objetivo compreender os hábitos de consumo, valores e visão de mundo dos segmentos que viriam a ser chamados nos anos 2000 de “nova classe média” ou “classe C”. A partir do entendimento deste novo público passou-se a desenhar campanhas publicitárias específicas, e produtos e serviços que atingissem o promissor público-alvo, como se fazia anteriormente com as classes médias e altas.

É importante assinalar que a questão da emergência de uma “nova classe média” passou a ser tema de interesse não apenas no Brasil, mas em vários outros países pobres ou em desenvolvimento (Fernandes, 2006; Pelle, 2007; Kornegay e Bohler-Muller, 2013; Nordenstreng e Thussu, 2015) – como a Índia e a África do Sul – que tiveram, em maior ou menor grau, um aumento do poder de compra das camadas de baixa renda. A partir do ano 2000, em particular, revistas e livros de negócio ao redor do mundo começaram a publicar textos que procuravam compreender este “novo mercado” e estimular as empresas a explorá-lo⁴.

4. Ver em especial: Prahalad, C.K., *The fortune at the bottom of pyramid*, ed. Pearson/Wharton School Publishing, 2006.

No campo acadêmico, por sua vez, a discussão que criou a maior polarização entre os estudiosos no Brasil foi a referente à ideia do surgimento de uma “nova classe média”, termo cunhado pelo economista Marcelo Neri (2008). Sua pesquisa, baseada em uma abordagem quantitativa, defendia que uma larga parte da população mais desfavorecida havia tido uma importante e sustentável melhora na sua condição de vida, em termos de renda, emprego e consumo. A perspectiva de Neri, que via sinais de uma verdadeira mobilidade social em curso no país, foi duramente criticada por abordagens de cunho sociológico, com destaque para a de Souza (2010), que lembrava que o conceito de classe social deveria considerar outros critérios além da renda.

O presente artigo adere à argumentação apresentada na análise de Souza (*ibid*), que critica a abordagem economicista do fenômeno e defende uma visão propriamente sociológica ao afirmar que a identificação de um grupo dentro de uma certa classe deve levar em conta fatores como sua gênese, visão de mundo, estilo de vida, linguagem, *habitus*, e capital cultural, social e simbólico.

De todo modo, algumas pesquisas – como a de Kerstenetzky et al, 2015 – mostraram novas prioridades no orçamento dos grupos populares que tiveram aumento de renda no Brasil, como, por exemplo, um maior investimento na educação dos filhos. Neste novo contexto, muitos viram a primeira geração da família ter acesso a um curso universitário; tal situação gerou novos perfis de famílias trabalhadoras, onde se misturavam diferentes capitais culturais⁵ (Bourdieu, 1979) em um mesmo lar, como nos que convivem pais com baixa escolaridade – o que implica em leitura e escrita precárias – com filhos universitários cada vez mais inseridos em uma cultura letrada.

Um ponto que merece ser mencionado no debate acerca da natureza das mudanças no âmbito de grupos populares é a questão da adesão religiosa. Não é possível aqui um aprofundamento do tema, por fugir ao escopo do artigo, mas as mudanças no campo da religião no país deveriam ser cada vez mais consideradas em abordagens sócio-antropológicas. O Brasil, um país de tradição católica, vem vendo crescer de modo extraordinário o número de indivíduos protestantes – em sua enorme diversidade interna de denominações – nas últimas décadas, especialmente nas camadas mais pobres. A ideia de restrita mobilidade social sempre se relacionou bem com o fatalismo católico, que tende a aceitar com resignação o mundo “como ele é”, formado por um sistema hierárquico que distingue ricos e pobres, naturalizando, assim, as desigualdades sociais. É importante acompanhar atentamente a

5. O conceito de “capital cultural” de Bourdieu (1979) compreende o conhecimento cultural, habilidades, experiências, competência linguística, modos de falar, vocabulário, modelos de pensamento e visões de mundo que são adquiridos de modo não consciente pelos indivíduos através dos processos de socialização na família, escola, igreja, vizinhança e subcultura a que pertencem. Cada indivíduo assimilaria, assim, o capital cultural do meio social em que nasceu.

vivência da ética protestante no contexto estudado, com sua ênfase no valor do trabalho e na busca constante de “melhoria de vida”. Apesar de fazer aqui uma contraposição das duas éticas religiosas de modo muito breve e generalizante, intenciono frisar o que se tornou especialmente compreensível após o trabalho seminal de Weber (1985) - a adesão religiosa pode ter efeitos muito significativos no modo de percepção de como o mundo se organiza, do espaço de cada um na estrutura social, das possibilidades de mudança de lugar e percepção dos meios de alcançá-la.

Em um contexto de aumento de consumo de segmentos das classes populares, vale destacar que, em termos de *green perspectives*, percebe-se um ainda tímido aumento da consciência ambiental entre muitos dos jovens das classes populares, que começaram a se sensibilizar pelo tema especialmente devido à presença do discurso ecológico nas escolas. Um sentimento que aparece bastante presente entre os grupos emergentes é o de que “agora é a minha hora de consumir”, sem que se note alguma atenção maior a certas consequências nefastas do consumo. De todo modo, pode-se dizer que os jovens nesse contexto popular venham crescendo com referências de dois mundos, o do consumo sem freios e o da preocupação ecológica, de modo diverso à geração de seus pais.

Mudanças nas representações de grupos populares em recentes telenovelas

Hamburger (2011), em um estudo, argumentou que as telenovelas forneceram diversas interpretações do Brasil nos últimos quarenta anos, captando, a seu modo, as transformações que se sucederam no país. Assim, as novelas da TV Globo, a partir de 1969, registraram os dramas da urbanização, das diferenças sociais, da fragmentação da família, da liberalização das relações conjugais e dos padrões de consumo. Em 1990, a TV Manchete propunha a reinterpretação do país centrada na paisagem exótica do “Pantanal”, no “coração do Brasil”, enquanto em 2006, a TV Record apresentava, de modo inédito, o cenário da favela e a ameaça do tráfico no centro da trama da novela *Vidas Opostas*.

Seguindo essa linha, que propõe uma reflexão acerca de “qual teledramaturgia em qual país”, pode-se pensar de que modo as produções recentes da TV Globo tecem comentários acerca de possíveis mudanças sociais ocorrendo no país. Não tem vez aqui uma discussão de teor econômico, sobre a solidez e permanência das transformações relacionadas a melhorias nas condições de vida das camadas mais pobres da população, como já assinalado anteriormente, pois o foco do artigo recai sobre o campo cultural e simbólico, onde as representações sociais são engendradas. Deste modo, cabe analisar se um novo imaginário sobre as classes populares estaria surgindo no campo midiático da recente produção ficcional televisiva.

No ano de 2012, a TV Globo colocou no ar duas telenovelas que se tornaram grandes sucessos - *Cheias de Charme* e *Avenida Brasil* - sendo a última classificada como um verdadeiro “fenômeno”, não só por conta da grande audiência alcançada, mas também do enorme engajamento do público nas redes sociais.

Cheias de charme apresentou um enredo no qual três empregadas domésticas que se conhecem na delegacia após se envolverem em confusões, fazem um pacto para melhorarem de vida, sentenciando em conjunto: “*dia de empregue, véspera de madame*”. Tendo o sonho comum de se tornarem artistas, alcançam um rápido sucesso quando um videoclipe de uma música intitulada *Vida de Empregue*¹ explode na internet, tornando-as novas celebridades no campo da música. Vale assinalar que o videoclipe de fato fez um enorme sucesso junto ao público, tendo sido lançado de forma inédita antes de ir ao ar na novela. Em *Avenida Brasil*, a trama se concentrava na vingança da protagonista (Nina) contra sua antiga madrastra (Carminha), casada com o ex-jogador de futebol Tufão, tendo como cenário o fictício bairro suburbano do Divino. Nas duas telenovelas, o foco recaía sobre personagens pertencentes às camadas populares ou a segmentos de classe baixa/média residentes no subúrbio do Rio de Janeiro, que compreende bairros desvalorizados dentro da tradicional geografia simbólica da cidade. Vale ressaltar que a “verdadeira” Avenida Brasil é uma importante via da cidade, ao fazer a conexão com os bairros do subúrbio e distantes regiões da periferia habitadas por grupos de baixa renda.

Logo, a teledramaturgia da maior emissora do país convergiu para a abordagem de temas que giravam em torno do emprego doméstico ou da “ascensão da classe C”, em seus dois horários mais importantes, a saber, a novela das sete e a emblemática novela das oito (ou “das nove”, como passou a ser chamada mais recentemente). A presença de membros da “classe C” e de empregadas domésticas como protagonistas das tramas inspirou muitos debates da mídia, em matérias² onde se procurava relacionar a ascensão econômica da chamada “nova classe média” com o “novo” papel de destaque na dramaturgia televisiva, antes voltada a tramas centradas em personagens pertencentes às camadas médias e altas. Um dos autores de *Cheias de Charme* resumiu assim a

1. Letra da música **Vida de Empregue**: *Todo dia acordo cedo/Moro longe do emprego/Quando volto do serviço/Quero o meu sofá/Tá sempre cheia a condução/Eu passo pano, encero chão/A outra vê defeito/Até onde não há/Queria ver madame aqui no meu lugar/Eu ia rir de me acabar/Só vendo a patroinha aqui no meu lugar/Botando a roupa pra quicar/Minha colega quis botar/Aplique no cabelo dela/Gastou um extra que era da parcela/As filhas da patroa/ A nojenta e a entojada/Só sabem explorar, não valem nada/Queria ver madame aqui no meu lugar/Eu ia rir de me acabar/Só vendo a cantora aqui no meu lugar/Tirando a mesa do jantar/Levo vida de empregue, eu pego às sete/Fim de semana é salto alto e ver no que vai dar/Um dia compro apartamento e viro socialite/Toda boa, vou com meu ficante viajar.*

2. Como, por exemplo, “A TV se rende à nova classe média”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/revista-da-tv/a-tv-se-rende-nova-classe-media-4934814>. Acesso em 10 mar 2015.

proposta da novela: “Queríamos falar da periferia como o novo centro, da tecnologia viabilizando a produção cultural, e pensamos nas domésticas formando um trio e fazendo sucesso na Internet”³. A estratégia mercadológica da TV Globo seria, enfim, atingir um novo “público-alvo” através de tramas em que os grupos emergentes da população ocupassem o lugar de protagonistas.

No entanto, um levantamento dos enredos de telenovelas anteriores evidencia que não se tratava de um real ineditismo – a emissora já havia apresentado várias produções em que os personagens principais tinham sua origem em grupos de baixa renda, como mostrou Moura (2015) em um detalhado estudo. Se por um lado as duas telenovelas não apresentavam o proclamado caráter inédito de trazer protagonistas populares, podemos falar, por outro, de mudanças nas representações relacionadas a estes grupos?

Em telenovelas anteriores à emergência da NCM, a oportunidade de ascensão social era remota – poderia ocorrer por acaso (como na telenovela *Pecado Capital*⁴, protagonizada pelo personagem Carlão, que encontra uma fortuna em dinheiro dentro de uma mala esquecida em seu táxi), ou através do relacionamento com alguém de uma classe social privilegiada (como aconteceu com a personagem Nice na novela *Anjo Mau*⁵, uma babá “má” que realiza um plano de ascensão social casando-se com seu patrão).

No seriado *A Diarista*⁶, que tratava das aventuras e infortúnios da diarista Marinete, em todas as situações em que a personagem principal consumia de acordo com os padrões das classes médias e altas, as consequências eram desastrosas – humilhação e punição pelo comportamento “reprovável”, com um retorno no final do episódio a sua condição de vida anterior. A figura da faxineira aparecia como uma representante de um mundo imutável e hierárquico, onde eventuais “mudanças de lugar” serviam apenas para a reafirmação e retorno a uma ordem social vista como natural. No contraponto entre classes observado no seriado, os universos de “pobres” e “ricos” apareciam claramente delimitados, com características singulares expressas em um conjunto de hábitos de consumo que cristalizam e tornam palpáveis estilos de vida antagônicos (Suarez et al, 2009).

Já em telenovelas mais recentes, como as mencionadas *Avenida Brasil* e *Cheias de Charme*, as representações dos grupos populares sofreram notáveis mudanças. Destaco a seguir as mais significativas.

3. Filipe Miguez e Isabel de Oliveira, autores da novela *Cheias de Charme*. Disponível em: <http://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2012/09/27/com-20-produtos-clipes-e-hits-cheias-de-charme-se-destaca-por-unir-internet-e-tv.htm>. Acesso em 26 out 2016.

4. *Pecado Capital* (primeira versão) foi exibida na TV Globo no ano de 1975.

5. *Anjo Mau* (primeira versão) foi exibida na TV Globo no ano de 1976.

6. O seriado *A diarista* foi exibido na TV Globo de 2004 a 2007.

Primeiro, personagens importantes que tiveram ascensão econômica durante a trama têm orgulho das suas origens, e não querem mudar seu estilo de vida. Em dois exemplos de *Avenida Brasil*, os personagens Tufão (um jogador de futebol de sucesso) e Mona Lisa (uma bem sucedida empreendedora no setor de salões de beleza) querem permanecer no bairro do Divino, localizado em uma região pouco “nobre” na geografia simbólica do Rio de Janeiro – ao invés de se mudarem para a Zona Sul da cidade, que abarca os bairros de maior status social – porque lá são reconhecidos e levam uma vida feliz, com o modo de vida que estão acostumados. Já uma das “empreguetes”, a personagem Penha de *Cheias de Charme*, prefere permanecer fiel às suas origens e continuar morando no morro do Borralho, mesmo após o grande sucesso do trio musical.

Em segundo lugar, os personagens da NCM são “guerreiros” que superam as dificuldades que se apresentam através de esforço, trabalho e talento – ou seja, a melhora de condição econômica vem de forma meritocrática, e não mais por acaso ou através de um relacionamento com alguém de uma classe superior.

Terceiro, em algum momento da trama as personagens protagonistas das classes populares em ascensão partem para um confronto aberto com as antigas dominadoras (vale destacar que os enredos focalizam personagens femininos). Surge na história, assim, um espaço para a encenação de uma vingança pessoal e social – as empregadas domésticas, que no passado eram continuamente humilhadas, subvertem sua condição e passam a ocupar um lugar de poder, fazendo com que as antigas patroas tornem-se suas serviçais, mesmo que de modo temporário. O imaginário referente à empregada doméstica, tradicionalmente articulado à “acomodação das diferenças” vividas no país por conta da dominação personalista que apaziguava os confrontos de classe, aparece no contexto mais recente com contornos mais nuançados, quando se evidencia a vontade de ocupar o lugar do dominador, através do caminho da vingança pessoal e social (*Avenida Brasil*)⁷ ou do exercício de talentos artísticos singulares (*Cheias de Charme*). Assim, a própria trajetória das ex-empregadas nas referidas tramas e os efeitos da “mudança de lugar” comunicam alguma possibilidade de questionamento da “ordem estável” do antigo mundo.

7. A personagem Nina/Rita quer se vingar de todo o sofrimento que Carminha lhe impingiu no passado, quando traiu seu pai e roubou o dinheiro da família, além de abandoná-la ainda criança em um “lixão”. No ápice da vingança, entre os castigos que Nina impõe à Carminha, tem destaque os que envolvem uma inversão de papéis, no qual a segunda passa a ser a empregada que tem que obedecer cegamente às vontades da “nova” patroa. Nesse processo de inversão, Carminha é forçada a experimentar as condições precárias da vida das domésticas da casa, sendo “apresentada” ao sabão em pó, tendo que lavar, cozinhar e servir incansavelmente, além de dormir no quarto insalubre com cama desconfortável e comer “macarrão com salsicha”, enquanto a “patroa” se delicia com pratos “sofisticados”. Nina realiza, assim, uma “vingança de classe”, ao submeter Carminha a todas as humilhações que ela costumava fazer com suas empregadas. Para completar o quadro, entre as ordens a serem cumpridas estão ações como promover melhoras no quarto de empregada e dobrar o salário das domésticas da casa.

Por último, o consumo aparece como um importante sinalizador na história, evidenciando as mudanças em curso. Os emergentes da NCM agora têm acesso aos bens e serviços que antes estavam fora de seu alcance. A mudança nas representações dos grupos populares aponta, neste aspecto, para uma nova percepção destes indivíduos, agora como “consumidores”. É como se em um momento anterior, os então “pobres” não tivessem tal status, pois só empregariam seu dinheiro para manter a própria sobrevivência física – agora, com a ascensão econômica, os indivíduos emergentes passam a ser vistos como “capacitados a fazer escolhas”, um requisito fundamental para a vivência do fenômeno do consumo na modernidade (Slater, 1997).

Confronto entre classes

Uma questão importante a ser destacada no que tange à ascensão da NCM é o modo pelo qual parte das classes médias e das elites tradicionais têm reagido às mudanças em curso. Em uma série de incidentes cotidianos, seja em casos relatados pela mídia, seja em piadas preconceituosas veiculadas nas redes sociais, é possível notar uma forte rejeição de parte das classes médias e altas ao aumento de poder aquisitivo das classes “subordinadas”. Tal rejeição revela um grande incômodo com a presença de indivíduos da NCM em espaços físicos e virtuais antes restritos aos segmentos de maior poder aquisitivo, como se fosse haver algum tipo de “contaminação” ou “poluição” (Douglas, 1991) com a chegada destes grupos em seus antigos redutos.

Um exemplo eloquente deste tipo de confronto no campo do consumo de mídia ocorreu no âmbito da TV paga, que até o aumento do poder aquisitivo dos segmentos mais pobres da população, era bastante elitizada devido a seu alto custo no Brasil. Com a ascensão econômica, muitas famílias da NCM contrataram serviços da TV paga (embora parte deste grupo já tivesse acesso ao conteúdo através de operadoras “piratas”). Iniciou-se, assim, um intenso debate que perdura até hoje, sobre o aumento de programas dublados na TV paga, que estaria acontecendo por conta da chegada desse novo público. Para os antigos assinantes que reclamavam, era inadmissível que a TV paga estivesse deixando de exibir filmes e séries com áudio original e legendas, sucumbindo às demandas de segmentos ascendentes “pouco letrados”, que por não conseguirem ler as legendas a tempo, preferiam a versão dublada.

Para ilustrar o tom que tomou o conflito, destaco uma intensa discussão ocorrida em um fórum da operadora de TV paga Sky. Muitas posições pró e contra o aumento da dublagem se sucederam, com defesas eloquentes a respeito das razões de preferência pelo conteúdo dublado ou legendado. Entre argumentações que se detinham em aspectos técnicos das transmissões e outras que defendiam o “valor artístico” superior da fruição da obra em seu idioma original, chamou atenção uma série de manifestações em que clientes

da operadora “denunciavam” os emergentes consumidores da “classe C” como os culpados pelo aumento de dublagem na TV paga e consequente “queda de qualidade” no serviço. As palavras de um dos membros do fórum sintetizam o juízo de valor que aparece em outras falas de assinantes deste mesmo tópico:

“QUEM GOSTA DE CONTEUDO DUBLADO É BURRO!! É EVIDENTE QUANTO MAIS A CLASSE C ADERIR O GOSTO PELA TV A CABO PIOR FICARÁ O NÍVEL DE CONTEUDO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO, JÁ COMEÇOU A PIORAR OS SINAIS ESTÃO AI. OLHA SÓ O CANAL FX, E OUTROS CANAIS, DUBLANDO TUDO E AINDA FAZENDO COMERCIAL COMO SE FOSSE COISA BOA, “PROGRAMAÇÃO NA SUA LÍNGUA” . NADA CONTRA, DESDE QUE RESPEITEM OS MAIS INTELIGENTES, E COLOQUEM OPÇÃO DUAL, ÁUDIO E LEGENDA ASSIM NINGUÉM SAIRÁ PERDENDO. DETESTO CONTEUDO DUBLADO. PESSOAS MAIS INTELIGENTES PERCEBEM A DIFERENÇA GRITANTE DA QUALIDADE DO ÁUDIO E SONS COM O CONTEUDO ORIGINAL, DO QUE A MERDA DUBLADA. GRITEM: ABAIXO A DUBLAGEM! QUEM NÃO GOSTA VAI ASSISTIR TV ABERTA! SOMENTE BURROS E PREGUIÇOSOS GOSTAM DE DUBLAGENS... NÃO GOSTO NADA DA IDÉIA DA CLASSE C MIGRAR PARA TV A CABO POIS SÓ VAI PIORAR POIS O GOSTO DESSA GENTE INFELIZMENTE É DUVIDOSO...”

(Rafael T. [identificação fictícia], fórum da SKY TV, 09/08/2011)⁸

Como é possível notar, as associações são claras e hierarquizam os dois polos, desqualificando os integrantes da NCM ou da “Classe C”, como aparecem aqui denominados. Enquanto os consumidores emergentes são classificados como “burros”, de “gosto duvidoso”, com baixa escolaridade, e que preferem filmes e séries dublados, as classes privilegiadas são adjetivadas como “inteligentes”, portadoras de um gosto refinado que sabe desfrutar a qualidade dos filmes e séries mantidos com seu som original.

Nesse sentido, o campo do consumo coloca-se como uma arena de distinção, poder e disputas simbólicas – como já sinalizara Bourdieu (1979) – onde as classes mais privilegiadas procuram manter seu papel de demarcadores de fronteiras, preservando seus espaços antes exclusivos, hierarquizando gostos e hábitos de consumo, e definindo, entre outros aspectos, onde e como os grupos sociais populares podem circular.

Enfim, sem entrar em aspectos estritamente econômicos, algo importante pode estar em jogo no Brasil contemporâneo, com a tão discutida ascensão

8. Disponível em: <http://forum.outerspace.com.br/index.php?threads/revista-%C3%89poca-afirma-que-%E2%80%9Ca-dublagem-venceu-as-legendas%E2%80%9D9D.286049/page-4>. Acesso em 20 de março de 2014.

da NCM, – a circulação de um imaginário onde as partes podem se colocar em confronto aberto e acreditar que o mundo social pode ser reorganizado, existindo a possibilidade de algum tipo de mudança de lugar. Um olhar sobre a mídia recente no Brasil, em especial nas telenovelas, mostrou como os enredos apresentam comentários sobre o país e suas transformações, além de revelar novas representações das camadas emergentes: consumidores, “guerreiros”, empreendedores, que assumem o conflito quando necessário, ao mesmo tempo em que podem optar por preservar suas “identidades” e seu modo de vida tradicional.

Se as telenovelas podem ser compreendidas como um “comentário sobre a nação” (Lopes, 2003), é importante monitorar as representações midiáticas que apontam para a possibilidade da mudança de desigualdades históricas, sugerindo que a ordem social não seja imutável. No entanto, no plano da vida cotidiana, as disputas pela manutenção de antigas hierarquias e distinções permanecem de maneira bastante acirrada – como no caso exemplar da dublagem na TV paga – evidenciando um dos maiores dilemas sociais surgidos com a ascensão da NCM, a saber, a forte rejeição de parte das classes privilegiadas a mudanças que conduzam a uma sociedade mais igualitária.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Heloísa B. *Telenovela, consumo e gênero*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BARROS, Carla. *Trocas, hierarquia e mediação: as dimensões culturais do consumo em um grupo de empregadas domésticas*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Coppead/UFRJ, 2007.

BARTELT, Dawid. (Org.) *A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *La distinction*. Paris: Minuit, 1979.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1981.

_____. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1991.

FERNANDES, Leela. *India’s New Middle Class: Democratic politics in an era of economic reform*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

HAMBURGER, Esther. Telenovelas e interpretação do Brasil. *Lua Nova*, n. 82, p. 61-86, 2011.

KERSTENETZKY, Celia; UCHÔA, Christiane e SILVA, Nelson. "The Elusive New Middle Class in Brazil". *Brazilian Political Science Review*, 9 (3), p. 21-41, 2015.

KORNEGAY, Francis. and BOHLER-MULLER, Narnia (eds.). *Laying the BRICS of a New Global Order: From Yekaterinburg 2009 to Ethekwini 2013*. Pretoria: Africa Institute of South Africa, 2013.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. *Comunicação & Educação*, São Paulo, n. 26, p. 17-34, apr. 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37469>>. Acesso em: 15 out 2016.

MOURA, Iara. *Mulheres com classe: Mídia e classe social num Brasil em ascensão*. Dissertação de Mestrado. Niterói/RJ: PPGCOM/UFF, 2015.

NERI, Marcelo (coord). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2008.

NORDENSTRENG, Kaarle e THUSSU, Daya. K. (eds.) *Mapping BRICS Media*. New York: Routledge, 2015.

PELLE, Stefano. *Understanding emerging markets: Building business BRIC by brick*. New Dehli: Response Books, 2007.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

SLATER, Don. *Cultura de consumo & modernidade*. São Paulo: Nobel, 2002.

SOUZA, Jessé. *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SUAREZ, Maribel; MOTTA, Paulo César; BARROS, Carla. Consumo e castigo: um retrato das relações de consumo no seriado *A Diarista*. In: ROCHA, Angela; SILVA, Jorge. (orgs) *Consumo na base da pirâmide: estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.



Brasília - Motoristas do Uber protestam contra a votação do PL 5587/16, que trata da regulação dos serviços de transporte individual privado.

Fabio Rodrigues Pozze-bom/Agência Brasil, 04 de abril de 2017, licença CC BY 2.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/>).

6. Depois da “Nova Classe Média”: Trabalho e Capitalismo Contemporâneo⁹

Giuseppe Cocco

Hoje, a crítica das relações de dominação na América do Sul enfrenta o desafio da apreensão da nova composição do trabalho ou, dito de outro modo, da nova composição de classe. Trata-se de saber se no capitalismo contemporâneo ainda faz sentido falar de “classes” e, se for o caso, como funciona hoje uma perspectiva de classe, de luta de classes.

Querer pautar o debate numa perspectiva de classe parece “datado” e até saudosista. Os 30 anos de hegemonia neoliberal, o desmoronamento do socialismo real e o constante enfraquecimento de todas as organizações operárias tornaram obsoleta e/ou residual a noção de “classe trabalhadora” assim como ela era usada na literatura socialista e comunista em geral. Ao mesmo tempo, nunca se falou tanto de “classes” no Brasil (e na América do Sul) como durante a primeira década do novo século. Só que a classe da qual se fala tem o nome de um nível de rendimento (a classe “C”) ou de uma categoria estatística e “moral” (a “nova classe média”).

A noção de “classe” está no cerne dos embates contemporâneos, mas não sabemos mais como apreender seus contornos e funcionamentos. Qual seria essa nova composição das classes, suas lutas e seus comportamentos? Um ponto de vista de classe é hoje ainda possível? Mais ainda, é possível dizer que existe hoje uma composição do trabalho da qual derivaria uma determinada relação entre, por um lado, a divisão social e técnica do trabalho e, por outro lado, a estratificação da sociedade em classes? Ou seja, ainda podemos dizer que é o tipo de inserção nas relações de produção (nesse sentido de trabalho) que define a estrutura das classes e podemos assim continuar a falar de classes trabalhadoras? E se a análise da inserção nas relações de produção não procede, será que isso significa que precisamos de novos critérios ou que nossa afirmação inicial nos leva diretamente para um impasse?

Cada uma dessas perguntas e o conjunto delas reforçam, a nosso ver, a necessidade de uma reflexão em termos de “classe”. O conflito de classe no capita-

9. Esse texto é a versão editada do capítulo 3 do livro *KorpoBraz: por uma política dos corpos*, Mauad, Rio de Janeiro, 2014.

lismo contemporâneo em geral e no subcontinente americano em particular pode ser definido como uma *luta biopolítica* que opõe o devir-sul da multidão ao capital global que “brasilianiza” e *se* brasilianiza¹⁰. A figura dessa luta biopolítica é aquela que é hoje travada em torno do debate sobre a emergência de uma “nova classe média”. Esse devir tem como figura central da sua composição os *pobres*. Esta centralidade dos pobres é ambivalente: por um lado, ela é a determinação das novas relações de produção que incluem os pobres enquanto tais; por outro, ela é o resultado constitutivo (embora não planejado) das políticas dos governos “novos” na primeira década do novo século. A figura dessa ambivalência é aquela que diz respeito ao aprofundamento dos processos de fragmentação do “mundo do trabalho” e à afirmação de políticas de distribuição de renda que associam sua derivação neoliberal com algumas brechas inovadoras (ligadas fundamentalmente a sua massificação). Esta fase constitutiva da centralidade ambivalente dos pobres se *esgotou* e os impactos paradoxais da crise do capitalismo global indicam um conflito que atravessa os “novos governos” da América do Sul exatamente no terreno que os determinou (a pobreza): as políticas intersticiais que indicavam (sem querer) uma “política dos pobres”. O esgotamento dos interstícios inovadores dos “novos governos” diz respeito exatamente, por um lado, a incapacidade das forças políticas (partidos e sindicatos) que os sustentam de apreender a nova composição de classe e, pelo outro, ao fato que os aparelhos desses mesmos partidos e sindicatos perderam suas referências tradicionais e estão sendo totalmente homologados (e cooptados) dentro de um pragmatismo extenuado cuja lógica passa a ser, por um lado, a sua reprodução burocrática e, pelo outro, a sua adesão consensual à ilusão de que a crise do capitalismo global reabriria o espaço para a volta de um modelo de desenvolvimento racional.

Retomemos o que acabamos de apresentar: a luta que atravessa o capitalismo contemporâneo é biopolítica exatamente na medida em que a produção investiu na vida como um todo: a vida como fenômeno geral, ou seja, meio ambiente e população¹¹. A figura produtiva dessa vida subsumida na biopolítica é a figura do pobre: o pobre trabalhador mobilizado nas periferias do mundo e o trabalhador pauperizado nos centros do mundo. Os novos governos do subcontinente americano, por ter articulado algumas tímidas políticas sociais voltadas aos pobres, acabaram encontrando um apoio popular inesperado e potente, algo que se traduziu em verdadeiros terremotos eleitorais e em um ciclo político inovador. Mais do que isso, as políticas sociais de

10. Desenvolvemos os temas da “brasilianização do mundo” em *Mundobraz: o devir-Brasil do mundo e o devir-mundo do Brasil*, Record, Rio de Janeiro, 2009. Sobre o conceito de “biolutas”, ver Giuseppe Cocco, “As Biolutas e a Constituição do Comum”, *Le Monde Diplomatique*, 2 de maio de 2011, (disponível em <http://diplomatique.org.br/as-biolutas-e-a-constituicao-do-comum/>)

11. Estamos fazendo referência a Michel Foucault, *Sécurité, Population et Territoire*, Cours au Collège de France 1977-1978, Hautes Études, Gallimard, Seuil, Paris, 2004.

distribuição de renda e aquelas de formalização do trabalho e valorização do salário mínimo acabaram por requalificar – no terreno macroeconômico e sociológico – o papel de locomotiva que desempenhou a produção e exportação de commodities (agrícolas e minerais) nessa primeira década do novo século. Essa “popularidade” de tipo novo desestabilizou ao mesmo tempo os regimes discursivos e as próprias bases sociais das elites (fossem elas as oposições políticas ou os poderosíssimos lobbies da imprensa) e as bases políticas (partidárias) e sociais dos próprios governos.¹²

Mesmo devendo a esse terremoto a reeleição de Lula (em 2006) e a eleição de sua ministra da Casa Civil (em 2010) como sua sucessora, as forças de governo estão longe de entender quais foram esses mecanismos e muitas vezes parecem lamentar a perda das suas originárias bases sociais ou até querer voltar a restaurar elementos tradicionais de seus antigos projetos políticos (em geral voltados ao “desenvolvimentismo” nacional). E isso, independentemente do fato de que o “consenso” proporcionado por essa popularidade seja aproveitado rumo a um pragmatismo extenuado, vazio de qualquer elemento de projeto e de transformação social e num marco de total indigência teórica dos partidos dos quais são oriundos. Não por acaso, na maioria dos casos, o regime discursivo e as formas de gestão das políticas sociais são de cunho neoliberal ao passo que a crise do capitalismo global proporciona – no que diz respeito às políticas econômicas – o retorno anacrônico de uma perspectiva neo-desenvolvimentista ou vagamente keynesiana¹³.

A centralidade paradoxal dos pobres: entre o devir-sul da multidão e a homologação como “nova classe média”

Os interstícios acabaram, mas a centralidade dos pobres continua; é incontornável. Só que essa centralidade aparece agora como o terreno do novo conflito, um conflito que – na melhor das hipóteses – atravessa os novos governos e, cada vez mais, acontece contra os governos. Dito de outro modo, a centralidade dos pobres se articula hoje na clivagem irreduzível entre o êxodo constituinte e a normalização desenvolvimentista: nos dois casos, trata-se do que os “pobres” vão se tornar: o sujeito múltiplo da transformação ou as figuras homologadas nos valores de nova classe média, neoconservadora.

12. Vide “Raízes sociais e ideológicas do Lulismo”, *Novos Estudos*, n.85, Novembro de 2009, São Paulo, Cebrap, pp. 83-102. A análise de André Singer chama de “lulismo”: um tipo de “bonapartismo” sustentado pela “base subproletária” que “não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização”.

13. Vide José Luis Fiori, “O desenvolvimentismo de esquerda”, jornal Valor Econômico, 29 de fevereiro de 2012, <http://www.valor.com.br/opiniaio/2547676/o-desenvolvimentismo-de-esquerda>

Por um lado, temos os agenciamentos de um êxodo constituinte, a luta biopolítica da multidão dos pobres. Na Bolívia, os índios do TIPNIS (Território Indígena y Parque Nacional Isiboro-Secure) lutam contra a lógica autoritária do desenvolvimentismo, ao mesmo tempo que os favelados do híbrido urbano-rural de El Alto em La Paz se revoltaram contra a lógica tecnocrática da gestão dos preços. No Brasil, dezenas de milhares de operários das mega-barragens de Jirau e Belo Monte fizeram greves e se revoltaram contra as condições de trabalho, contestando e explicitando a lógica de exploração do desenvolvimentismo. Os favelados de Pinheirinho em São Paulo resistiram contra a lógica imoral do “interesse particular” (a propriedade privada, aliás de um reconhecido fraudador das Leis e do fisco) e das favelas do Rio que lutam contra o discurso do “interesse geral” (os megaeventos planejados pelos poderes públicos transformados em interesse “superior”) para defender sua capacidade de produzir em comum seus espaços e formas de vida.

Por outro lado, temos a homologação dos pobres (inicialmente) como “classe C” e durante o período Lula/Dilma como “nova classe média”: uma nova composição social pronta a ser expropriada duas vezes: no terreno do trabalho e naquele da representação. Uma “nova classe média” pronta a fazer da servidão uma opção voluntária. Hoje, a “nova classe média” da América do Sul e do Brasil em particular constitui uma nova jazida de acumulação, como que um novo eldorado para uma dupla acumulação primitiva: aquela típica do subdesenvolvimento e aquela “inovadora” do capitalismo cognitivo: velha e nova escravidão!

A linha de conflito que acabamos de apreender pode ser desenhada no espaço e no tempo de maneira radicalmente diferente do que as tradições teóricas e políticas (do imperialismo, do subdesenvolvimento e da dependência) nos tinham acostumado a fazer. Não se trata mais de um antagonismo que separa (organizando sua subalternidade) o centro da periferia, o desenvolvimento do subdesenvolvimento, os colonizadores dos colonizados. Trata-se de um antagonismo interno, sem fora, que acontece ao mesmo tempo no centro e na periferia, misturando o desenvolvimento com o subdesenvolvimento, em todas as direções.

Por um lado, o devir-Sul da multidão desenha uma linha de fuga constituinte que se articula entre autovalorização e autonomia. Aqui o “sul” é o terreno do devir-pobre da multidão, ou seja, de um devir-sul do mundo que é necessariamente um devir-mundo do sul. Do outro lado, o Sul é a realidade e o horizonte angustiantes da brasilianização das classes médias do norte cuja precarização e pauperização estão sendo tremendamente aprofundadas e generalizadas pela crise do capitalismo global. As massas dos pobres sul-americanos são a figura monstruosa, híbrida e ambivalente desse entrecruzamento biopolítico.

Na primeira década do novo século, e em particular ao longo dos dois governos do Presidente Lula, o Brasil teve taxas de crescimento de seu PIB bastante “moderadas” - em comparação com os outros BRICs - mas *regulares*. Entre 2003, ano no qual acabou a recessão mundial (consequência da crise asiática de 1997), e 2009 o PIB por habitante cresceu numa média de quase 3%. Em 2010, o PIB cresceu 8% se comparado ao primeiro trimestre de 2009, e 10,8% com relação ao último trimestre de 2009. O crescimento moderado foi, porém o contexto de mudanças estruturais que amplificaram de maneira qualitativa os efeitos do crescimento e o retroalimentaram. Essas mudanças estruturais indicam que o crescimento foi aproveitado para mudanças qualitativas mais do que proporcionais ao incremento quantitativo da “riqueza produzida”. Contudo, essas transformações estruturais são objeto de interpretações diferenciadas que são, nas palavras de Márcio Pochmann, “expressões da disputa que se instala em torno da concepção e condução das políticas públicas atuais”¹⁴. A nosso ver, se trata de uma disputa teórica e política que não diz respeito apenas às políticas públicas atuais, mas ao horizonte das lutas sociais e políticas das próximas décadas.

Podemos esquematizar as diferentes abordagens dessas transformações em três grandes grupos. Um primeiro grupo é constituído pelos trabalhos estatísticos que privilegiam a estratificação social atrelada aos níveis de rendimento e consumo. Esses trabalhos têm ocupado e ocupam uma posição hegemônica nas pesquisas e análises de dados das transformações recentes da estrutura social brasileira, bem como na orientação das políticas sociais do governo (em seus diferentes níveis). Eles encontram amplo apoio no regime discursivo adotado pela mídia, mas também pelos marqueteiros eleitorais. Os trabalhos desse grupo se concentraram inicialmente na análise da emergência da “classe C” que passou a ser chamada de “nova classe média”. Um segundo grupo, muito mais disperso e heterogêneo quanto ao referencial teórico e ao tipo de pesquisas realizadas, privilegia uma abordagem mais próxima do marxismo e visa apreender as estruturas sociais do ponto de vista das relações de produção. A classe da qual esses autores tentam falar é a dos “trabalhadores”. Um terceiro grupo de pesquisas empíricas e reflexões teóricas se diferencia das duas primeiras abordagens por afirmar a insuficiência, ao mesmo tempo, das análises em termos de níveis de rendimento e daquelas em termos de inserção nas relações de produção. Nesse terceiro grupo, o foco visa as dimensões culturais e simbólicas das clivagens de classe.

14. Márcio Pochmann, *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*, Boitempo, São Paulo, 2012, p.11.



Foto: lau rey – fevereiro de 2015 - https://www.flickr.com/photos/laura_nk/16544825096/
Licença <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/2.0/>

Uma Nova Classe Média?

Seguindo as imagens sugeridas pelo economista de referência - Marcelo Neri, da FGV – sobre a “nova classe média” temos imediatamente uma visão impressionista adequada da mudança que aconteceu e continua em andamento, pois não se trata apenas de uma linha de estudo e de transformação brasileira, mas de algo que diz respeito às dinâmicas globais. No Brasil, desde 2001, a desigualdade em termos de renda diminuiu regularmente. A renda *per capita* dos 10% mais ricos da população aumentou em média de 1,49% ao passo que a dos mais pobres tem aumentado 6,79%. Isso num movimento oposto ao que caracterizou os outros Brics: neles, a desigualdade é originariamente inferior à do Brasil, mas ela aumentou ao invés de diminuir. Em consequência, a pobreza diminuiu constantemente desde 2003. “Estimamos que, entre 1993 e 2011, 59,8 milhões de brasileiros (o equivalente a uma França) chegaram à condição de nova classe média”, escreve Marcelo Neri¹⁵. Mas a mobilidade chegou mesmo a ritmos consistentes no período 2003 – 2011, quando 40 milhões de brasileiros entraram

15. Marcelo Neri, *A Nova Classe Média. O lado brilhante da base da pirâmide*, FGV – Saraiva, Rio de Janeiro, 2012, p. 257.

para a classe média. A classe média passou assim de 65,9 a 105,5 milhões de pessoas, ou seja, um aumento de 60%. Segundo as previsões, até 2014, mais 12 milhões iriam migrar para a classe “C” e 7,7 milhões para as classes “B” e “A”. Com exceção do Nordeste, as classes A, B e C serão a realidade de 75% da população. “A nova classe média brasileira é filha da combinação do crescimento com a equidade, que difere de nossa história pregressa e daquilo que ocorre nas últimas décadas em países emergentes e desenvolvidos onde a concentração de renda sobe”¹⁶. Os 20% mais pobres crescem mais do que em outros países e a desigualdade vem caindo consistentemente, ano após ano. O índice de Gini caiu de 0,596 em 2003 para 0,51 em 2011 atingindo a menor série histórica. Quando se analisa a transformação geral por critérios de região, cor, gênero e educação podemos ver que a mudança foi ainda mais profunda: no mesmo período (2003-2010) a renda dos paulistas aumentou 7%, aquela dos nordestinos 42%, ou seja, 6 vezes mais. A renda dos negros aumentou 42% e a dos brancos 21%; a renda no campo aumentou 49%, na cidade, 21%; a renda das mulheres cresceu 38%, a dos homens 47%. Enfim, encontramos o indicador do fato de que passamos mesmo por uma política dos “pobres” na evolução da renda dos analfabetos (+47%) diante da evolução da renda dos universitários (+16%). As transformações foram particularmente rápidas no período de 2003-2008 até o ponto que Marcelo Neri a define como uma “pequena grande década”. Uma dinâmica que a crise global (de 2007-2008) abalou, porém sem travar: “a crise não foi nem marolinha, nem tsunami, mas ressaca tão forte quanto passageira. (...) O efeito (da crise de 1997) persistiu cinco anos (...) e o da crise recente começou a ser revertido um mês depois”¹⁷.

Quanto aos critérios “heurísticos” de *mensuração* das classes, Neri esclarece: “os limites da classe C seriam as fronteiras para o lado indiano e para o lado belga da nossa Belíndia”¹⁸. O conceito de “média” utilizado diz respeito a uma situação intermediária entre dois “extremos” e já nos diz que a classe média do Brasil não é a mesma coisa que as classes médias dos países centrais (a Bélgica). Neri, explicando sua metodologia, observa que a opção foi a de olhar para “toda a distribuição de renda e organizá-la sob a forma de estratos”. Assim, a metodologia se centra nos indicadores sociais baseados em renda per capita e tem como base os estudos sobre pobreza realizados no Brasil. Mesmo que em seguida as pesquisas passem a mobilizar outras dimensões (quais estoques de ativos, atitudes e expectativas etc.), o fio

16. Marcelo Neri, *A Nova Classe Média. O lado brilhante da base da pirâmide*, FGV – Saraiva, Rio de Janeiro, 2012, p. 14.

17. *Ibid.*, p. 20.

18. *Ibid.*

condutor da análise é sempre a renda por pessoa¹⁹. Com base na métrica da renda, foi criado um índice de potencial de consumo, inspirado no “conceito de renda permanente criado por Milton Friedman em 1957”²⁰. Chegamos assim à definição do conceito de “classes” que é usado e construído por Neri: “Em nossa pesquisa as pessoas *não são* pobres, ricas ou nova classe média, mas estão, ou não, nesses *estados* em diferentes instantes do tempo, quando as pesquisas representativas de toda a população vão a campo”²¹. Assim, Neri adverte com uma certa dose de ironia: “os sociólogos podem relaxar, pois não estamos falando de classes sociais (operariado, burguesia, capitalistas, etc.) mas de estratos econômicos. Leia-se dinheiro no bolso, que seria, segundo os economistas, a parte mais sensível da anatomia humana”²². A classe média assim definida diz respeito então ao estrato de população composto pelas pessoas que ganham entre R\$ 1.200 e R\$ 5.140 mensais (em Reais de 2012)²³. Se a metodologia assume a renda familiar como dado básico de referência, a inserção ou não na categoria classe média depende da distribuição da renda total da família em renda per capita, o que permite uma ponderação fina do real poder aquisitivo de cada pessoa²⁴.

Contudo, Neri tem sim uma definição moral de classe média e mais geral dos valores sociais vigentes. “Nova classe média não é definida pelo ter, mas pela dialética entre ser e estar olhando para a posse de ativos e para decisões de escolha entre o hoje e o amanhã. (...) Mais do que assíduos frequentadores de templos de consumo, o que caracteriza a nova classe média brasileira é o lado produtor”²⁵. Assim, o lado brilhante da base da pirâmide, segundo Neri não é “o consumismo ou o otimismo” [mas] “o lado produtor, leia-se educação e trabalho”²⁶. Pelo outro, usando Thomas Friedman, Neri articula essa moral com uma visão de sociedade (com um tipo de sociologia), segundo a qual a classe média se define “como aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro. Essa fábrica de realização

19. Ibid., pp. 77-8.

20. Ibid. p. 79.

21. Ibid., grifos nossos.

22. Marcelo Neri, *A Nova Classe Média*, cit., p. 17.

23. Esse debate e esses parâmetros são hoje, meado de 2017, todos objetos de revisão em função da gravíssima crise que abala a economia brasileira desde 2015/

24. A metodologia do Neri (cit., p. 81) responde tecnicamente de maneira bastante eficaz a críticas – que compartilhamos em termos de horizonte político – mas não são adequadas ao deslocamento e, pois, não apreendeu a questão estratégica da renda. Vide por exemplo: “Acima de uma renda de R\$ 530 por mês aqui no Brasil, você é classe média. (...) o governo define que a classe média parte de 1.740 e vai até 8.000 de renda familiar mensal. O IBGE diz que a renda de uma família é composta em média de 3,3 pessoas. Então, (...): R\$ 1.740 dividido por 3,3 é igual a R\$ 527,27”, Silvio Caccia Bava, “Classes médias?”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, maio 2012, p.3.

25. Marcelo Neri, *A Nova Classe Média*, cit., p.18.

26. Ibid., p.14.

de sonhos *individuais* é o motor fundamental para a conquista das riquezas das nações. O combustível é o anseio de subir na vida, o lubrificante seria o ambiente de trabalho e de negócios”²⁷.

Working Poor? A abordagem de Marcio Pochmann

Por razões de espaço, não consideraremos aqui as críticas internas às abordagens de tipo estatístico e que se opõem ao regime discursivo da classe média no mesmo terreno “quantitativo”, por exemplo, dizendo que: “com uma capacidade de consumo de R\$ 17,57 por dia, (e)sses brasileiros não são classe média, são pobres que melhoraram um pouco de vida”²⁸. Um primeiro grupo de críticas aos discursos sobre a “nova classe média” brasileira tem como origem a sociologia (ou a economia política) de inspiração marxista ou, em geral, de “esquerda”. Nesse caso, a preocupação é de dizer e tentar demonstrar que o conceito de classe deve estar atrelado ao tipo de inserção que cada conjunto social tem na divisão social e técnica do trabalho. Assim, se Marcelo Neri diz explicitamente ter evitado “o uso de faixas de salário mínimo”²⁹, é a partir dessas que o economista Marcio Pochmann organiza suas críticas ao regime discursivo sobre a “nova classe média”³⁰. A preocupação aqui é apreender as transformações da base da pirâmide social brasileira sob o prisma do trabalho e de sua remuneração, contra as manipulações do “consciente da população em prol de seus próprios desejos mercantis, defendendo consumismo e negando a estrutura de classe na qual o capitalismo molda a sociedade”³¹. Assim, a “retórica de classe de rendimento [é] definida por Pochmann como sendo desprovida de qualquer sentido estrutural [...]”³². A abordagem é diametralmente oposta à de Marcelo Neri: “em síntese: [...] não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média”³³. O foco aqui é o fortalecimento do mercado de trabalho baseado na expansão do setor de serviços, o que “significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal”. Por um lado, Pochmann reconhece que “as novas ocupações de serviços, absorvedoras de enormes massas humanas

27. Ibid., p.80.

28. Silvio Caccia Bava, cit. (vide nota 20).

29. Neri invoca duas razões para isso: (1) “o poder de compra do salário-mínimo tem mudado sistematicamente ao longo do tempo (e assim) o “uso do salário-mínimo falha em manter constante o poder de compra”. (2) “o uso do salário-mínimo. Em geral, não vem acompanhado de diferenciadores de custo da vida regional, conforme usado em nosso índice de classes econômicas e de pobreza”. Cit. p. 81.

30. O título do livro de Pochmann (*Nova Classe Média?*, cit.) põe abertamente em dúvida a assertiva de Marcelo Neri.

31. Cit., p.7.

32. Ibid., grifo nosso.

33. Ibid., p.8. Grifo nosso.

resgatadas da condição de pobreza, permitem inegável ascensão social”. Por outro, ele afirma com força que “o grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média”³⁴. A proposta de Pochmann é de se enxergar os milhões de pessoas que conheceram uma certa mobilidade social como uma realidade sociológica com “as características gerais das classes populares”³⁵. Mas em geral, “tendo em vista a importância do emprego de baixa remuneração (...) o debate a respeito da definição de classe social no capitalismo – em particular a de classe média – assume maior complexidade”. Então, “em conformidade com a literatura internacional, esse segmento social deveria ser mais bem considerado na categoria de *working poor* (trabalhadores pobres), pois se trata fundamentalmente de ocupados de salário de base”³⁶.

A abordagem de Pochmann, em particular indica que a década de 2000 foi o teatro da expansão da presença dos postos de trabalho de até 1,5 salários mínimos mensal, com redução das vagas sem remuneração e de maior rendimento. O que as pesquisas em termos de faixas de rendimento apontam como emergência de uma grande massa de população em condições “médias”, as análises que privilegiam as relações de trabalho o enxergam como uma mobilização dos pobres. A mobilização dos pobres se traduziu em inegável melhora (com graus de ascensão vertical) e ao mesmo tempo indica profundas transformações do trabalho. Essas transformações tem o nome de terciarização (aumento absoluto e relativo do setor de serviços - trabalho precário e temporário, trabalho doméstico, atividades autônomas etc.). Citaremos enfim como emblemático o fenômeno da multiplicação de “estabelecimentos sem a presença de um empregado sequer”³⁷.

Contudo, algumas das premissas teóricas e das conclusões nos parecem insuficientes, porque incapazes de dar conta das transformações políticas e sociais da década de 2000 e isso na medida em que, na realidade, a “classe” da qual está se falando é pura e simplesmente uma determinação das relações de capital. Assim, por um lado, a “economia de baixos salários” tem um único determinante, ou seja, a “presença de força de trabalho sobrando às necessidades imediatas e de médio e longo prazos das atividades econômicas (privada e pública)”³⁸. Por outro, “tendo em vista o setor de serviços como principal fonte geradora de novas ocupações, compreende-se a reconfiguração de parte significativa da classe trabalhadora. Ou seja, a força dos

34. Cit., p.10.

35. Ibid.

36. Cit., p. 30. A referência que Pochmann cita é Jennifer Gardner Diane Herz, “Working and Poor in 1990”, *Monthly Labor Review*, dezembro de 1992.

37. Ibid., p. 119.

38. Ibid., p. 23.

novos segmentos da classe trabalhadora na base da pirâmide social brasileira nos impede de a identificarmos como uma nova classe social, muito menos como classe média no país”³⁹. A classe é totalmente determinada pela lógica da acumulação (ou da sub-acumulação) e, para reafirmar a pertinência de uma abordagem em termos de trabalho, Pochmann nega que a classe trabalhadora seja (ou possa ser) “nova”.

Uma classe de “batalhadores”? A abordagem de Jessé Souza

Um terceiro grupo de pesquisas sobre a transformação social brasileira da última década privilegia uma abordagem sócio-antropológica fortemente inspirada em Pierre Bourdieu. Mais uma vez, encontramos uma crítica explícita ao regime discursivo e às pesquisas em termos de “Nova Classe Média”. Dessa vez não são os “trabalhadores”, mas os “batalhadores” brasileiros que vão nos permitir formular a pergunta se estamos diante de uma “nova classe média ou (de uma) nova classe trabalhadora?”⁴⁰. Jessé Souza enfatiza: “dizer que os ‘emergentes’ são a ‘nova classe média’ é uma forma de dizer, na verdade, que o Brasil, finalmente, está se tornando uma Alemanha, uma França ou uns Estados Unidos, onde as ‘classes médias’ e não os pobres, os trabalhadores e os excluídos, como na periferia do capitalismo, formam o fundamento da estrutura social”⁴¹. O problema para Jessé não é que o regime discursivo e o projeto político-econômico seja mesmo de “homologar” o Brasil ao modelo social e moral das economias centrais, mas que se trataria de uma afirmação não verdadeira: “Nossa pesquisa empírica e teórica demonstrou que isso é, **mentira**”⁴². Uma mentira que diz respeito aos jogos que para Jessé são fundamentais, ou seja, os jogos ideológico e simbólico. Por um lado, as mudanças são reais. Pelo outro, “são mentira (...) porque essas mudanças reais são todas interpretadas de modo distorcido, sem conflitos e sem contradições”. O risco é de “naturalizar-se a sociedade tal como ela se apresenta ao passo que é dessa maneira que se constrói a violência simbólica necessária para a sua reprodução infinita”. Contudo, o problema não está apenas nas “visões distorcidas” que vem da “direita”. A “esquerda” também é “envelhecida e algumas vezes mais conservadora que os intelectuais orgânicos da nova dominação do capitalismo financeiro no

39. Ibid., p.123.

40. Jessé Souza (org.), *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010. O objeto prioritário da crítica é o livro de Amaury de Souza e Bolívar Lamounier, *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*, Elsevier – CNI, Rio de Janeiro – Brasília, 2010. Por sua vez, em termos empíricos, Souza e Lamounier tem como referência os estudos de Marcelo Neri, citados acima.

41. Ibid., p. 20.

42. Ibid., p.21.

Brasil”⁴³. Com efeito, do lado da direita neoliberal, o problema está em “‘dizer’ que existem classes e negar, no mesmo movimento, a sua existência ao vincular a classe à renda. É isso que faz com que os liberais digam que os ‘emergentes’ são uma ‘nova classe média’, por ser um estrato com relativo poder de consumo”⁴⁴. Tampouco o “marxismo enrijecido não percebe (...) as novas realidades de classe, porque as vinculam ao lugar econômico na produção e, engano ainda mais importante (...), a uma ‘consciência de classe’ que seria produto desse lugar econômico”. Assim, a abordagem sociológica critica os dois reducionismos economicistas, pois nenhum dos dois “percebe a gênese sociocultural das classes”. Isso porque em todas as sociedades “os indivíduos são produzidos ‘diferencialmente’ por uma ‘cultura de classe’ específica”⁴⁵. A referência aqui é Pierre Bourdieu e seus trabalhos sobre a “distinção”⁴⁶. O que interessa é apreender “a transferência de valores imateriais na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo”⁴⁷. A composição das classes diz respeito aos estilos de vida, ou seja, a algum capital cultural que inclui também algo como uma “herança” de outro tipo: “Essa herança de classe média, imaterial por excelência, é completamente invisível para a visão economicista dominante do mundo”⁴⁸. As análises sociológicas devem levar em conta como as classes sociais se “apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico”⁴⁹. Essa preocupação pela relação entre acumulação (econômica) e “violência simbólica específica”⁵⁰ leva Jessé Souza a afirmar que o desenvolvimento capitalista no Brasil, ou seja, o próprio processo de modernização, produziria “uma classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação”. Essa classe é a “‘ralé’ estrutural”⁵¹. A “‘ralé’ se reproduz – afirma Jessé – como mero ‘**corpo**’, incapaz, portanto, de atender às demandas de um mercado cada vez mais competitivo baseado no uso do conhecimento útil para ele”. Mas a “ralé”, diz Souza, não é o antigo “‘lumpemproletariado’ marxista”⁵². Por que ? Porque, segundo suas análises do capitalismo contemporâneo, esse

43. *ibid.*

44. *ibid.*, p. 22.

45. *Ibid.*

46. Pierre Bourdieu, *La distinction*, Ed. De Minuit, Paris, 1979.

47. Jessé Souza, *cit.* p. 23.

48. *Ibid.*, p. 24.

49. *Ibid.*, p. 25.

50. *Ibid.* p. 29.

51. *Ibid.* p. 25, Grifo do autor.

52. Jessé Souza, *A ralé brasileira. Quem é e como vive*, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2009, p.23. Grifos nossos.

se caracterizaria hoje por mobilizar mão de obra que possui capacidades intelectuais que a “ralé” não tem. É isso que explica o gargalo, “noticiado durante todo o ano de 2008, quando o Brasil crescia velozmente, [...] de pessoas bem treinadas para a ocupação de novo empregos”⁵³. A “ralé”, insiste Souza, é mera força muscular, ou seja, mero “corpo”, algo cuja venda responde àquilo que acontece “na prostituição”⁵⁴. Então, a classe emergente, a nova classe segundo Souza, é aquela que se encontra entre a “ralé” dos excluídos e abandonados e as classes média e alta. “Ela é uma classe incluída no sistema econômico como produtora de bens e serviços, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços” que antes eram meros privilégios. Enfim, esses “emergentes que dinamizaram o capitalismo brasileiro na última década constituem (...) uma ‘nova classe trabalhadora brasileira’”⁵⁵. Essa nova classe não é uma classe média, a “linguagem de seu corpo” é diferente: “a nova classe trabalhadora não participa desse jogo de distinção que caracteriza as classes alta e média”⁵⁶.

Composição social e composição do trabalho

Nenhuma das três abordagens aqui esquematizadas nos parece adequada, embora todas apresentem aspectos interessantes. Por que não são adequadas? Porque os conceitos de classe que mobilizam são fundamentalmente oriundos de um capitalismo e de uma relação entre “estado e sociedade” que no capitalismo contemporâneo não funciona mais do mesmo jeito. Retomamos as três abordagens, na ordem inversa: (1) Jessé Souza se esforça por definir - com a ajuda de Boltanski e Chiapello⁵⁷ - o “novo espírito do capitalismo”, mas falha profundamente em apreender as suas dinâmicas estruturais. E isso, sobretudo porque ele separa a “ralé” da “nova classe trabalhadora”. Por um lado, ele tenta opor ao conceito de “nova classe média” aquele de uma nova classe de batalhadores (trabalhadores). Pelo outro, ele separa essa classe como se fosse - de alguma maneira - um conjunto homogêneo distinto, ao mesmo tempo das camadas mais qualificadas do trabalho intelectual e daquelas dos excluídos sem nenhum capital cultural ou intelectual (a “ralé brasileira”). A falha aparece em toda sua dimensão quando ele qualifica os limites da ralé a “mero corpo”. Ou seja, ele não vê, em primeiro lugar, que o capitalismo contemporâneo explora hoje o trabalho vivo e, em segundo lugar, que o corpo não se separa da mente.

53. Ibid.

54. Ibid., p. 24.

55. *Os batalhadores brasileiros*, cit. p. 26.

56. Ibid., p. 49.

57. Boltanski, Luc & Chiapello, Eve. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

Ao contrário, mesmo que a condição da “ralé” seja terrível e dramática, ela possui uma potência - essa sim de tipo novo - pela centralidade que hoje o corpo tem e pelo fato de ser - antes de mais nada - corpo! Assim, ele não entende que o trabalho servil hoje não é nenhum fato da exclusão ou da permanência de formas arcaicas, mas diz respeito ao cerne do processo de acumulação que investe as subjetividades e, pois, a própria vida. (2) Márcio Pochmann desenvolve talvez a abordagem mais adequada. Com sua operação de duvidar sobre a existência de uma nova classe média, ele foca no trabalho dos pobres (*working poors*) e sua relação com as novas e antigas formas de precariedade do emprego: trabalho temporário, trabalho doméstico, trabalho nos serviços, trabalho autônomo, trabalho informal. Não por acaso, Pochmann cita a obra pioneira de Eder Sader que já na década de 1980 conseguia ver nessas formas precárias do trabalho a constituição de novas lutas e a entrada em cena de “novos personagens”⁵⁸. Mas, na medida em que o único sujeito da mudança é o capital, seu trabalho crítico não alcança as novas linhas de composição do trabalho e tampouco as novas formas de exploração e de luta. Sobretudo, Pochmann continua a fazer a distinção entre os pobres “incluídos” em alguma ocupação e os pobres “sobrantes” e, nesse sentido, não entende nem o novo modo de funcionar do capitalismo global (e de sua crise) e muito menos o horizonte das lutas dos pobres enquanto tais, enquanto pobres. (3) As abordagens em termos de estratos de distribuição de renda são de difícil utilização para apreender a relação entre as transformações estruturais que eles observam e quantificam e as novas dinâmicas do trabalho. Mas essas análises são de longe as mais poderosas. A reverberação midiática e ideológica que elas encontram não explica, sozinha, seus impactos.

Há duas razões que explicam a potência das pesquisas em termos de “nova classe média”. A primeira podemos encontrá-la nas premissas teórico-metodológicas invocadas por Amaury de Souza e Bolívar Lamounier: “A literatura internacional sobre estratificação social mostra que o fenômeno da classe social no sentido marxista dificilmente se configura no mundo atual”⁵⁹. Ou seja, eles assumem que no capitalismo contemporâneo (que eles definem curiosamente de “sociedades de massa”), “extratos homogêneos e com nítida consciência de si constituem eventos de baixa probabilidade”⁶⁰. Se Pochmann tenta refletir sobre os trabalhadores pobres e Jessé se esforça de manter um conceito de “classe trabalhadora” por meio dos “batalhadores”, Amaury, Bolívar (e Neri) assumem a crise do conceito e da realidade da classe operária (ou seja a fragmentação do

58. Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra (1988), 5a reimpressão, , 2010.

59. Cit., p.14.

60. ibid.

trabalho e a heterogeneidade de sua composição técnica) como o terreno sobre o qual construir suas noções de classe média. Com isso, eles trabalham concretamente sobre os processos de fragmentação que atravessam as relações de trabalho desde a segunda metade da década de 1970. A segunda razão é o fato de, em seguida, privilegiar a abordagem a partir fundamentalmente dos níveis (ou gradientes) de distribuição de renda. Diante da heterogeneidade e fragmentação da composição social, as análises a partir da renda funcionam como ferramentas eficazes para apreender as transformações estruturais da pirâmide social e têm uma grande força descritiva e operacional (em termos de políticas públicas e/ou estratégias eleitorais). Contudo, o esgotamento da noção marxiana de classe acaba se misturando mais com um desejo ideológico de pacificação social. É totalmente ausente uma reflexão sobre as transformações do trabalho, inclusive do ponto de vista de suas relações com o consumo.

Precisamos avançar por meio de uma reflexão sobre o que é hoje o trabalho e, a partir disso, sobre a relação entre trabalho e renda. Por meio disso – nos parágrafos a seguir – iremos além de cada uma das três abordagens e, ao mesmo tempo, poderemos articula-las entre si. Por fim, a noção de classe que mobilizaremos não será nenhuma das três apresentadas acima. A “classe” que interessa, a única que consegue deslocar os impasses que encontramos, é aquela que cabe nas definições da historiografia thompsoniana ou nas teorizações operaristas italianas⁶¹: Não é a classe que luta porque existe (e pois, depende em sua existência do desenvolvimento do capital e de sua dialética salarial), mas a classe que existe porque luta (e portanto é primeira, constituinte).

O que é o trabalho no capitalismo contemporâneo⁶²

Hoje, o debate sobre trabalho imaterial está na pauta brasileira das pesquisas trans-disciplinares sobre o capitalismo contemporâneo⁶³. Entre as

61. Para uma apresentação, vide Cocco, Giuseppe. “Introdução” a Antonio Negri e Maurizio Lazzarato, *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

62. Parte desses parágrafos foi publicada como introdução da terceira edição de Cocco, Giuseppe. *Trabalho e Cidadania*. São Paulo: Cortez, (2000) 2012.

63. Entre sem número de livros, artigos, dissertações e teses citaremos Márcio Pochmann, “Transformação do Capitalismo”, *Le Monde Diplomatique/Brasil*, Ano 5, n. 51, São Paulo, outubro de 2011, pp. 6-7. Silvio Camargo, *Trabalho Imaterial e produção cultural*, Anna Blume, São Paulo, 2011 e os artigos-entrevista publicados na excelente Revista *IHU On-Line*, da Unisinos, por exemplo um dos mais recentes, Leonora Corsini, “Deslocamentos e transformações no mundo do trabalho e a subjetividade”, *IHU On-Line*, <http://www.ihu.unisinos.br>, datado de 5 de maio de 2011. Podemos também citar os artigos publicados recentemente no *Le Monde Diplomatique Brasil*, em particular Giuseppe Cocco, “As biolutas e a constituição do comum”, Maio de 2011, pp.36-7. Ver também César Sanson, *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*, Tese de Doutorado em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2009 e Rosana Coelho de Souza. “*Raciocina... mas obedece!*”: poder e desejo nas relações de trabalho. Porto Alegre, UFRGS, Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

teorias “líquidas” do “fim do trabalho” e aquelas “pétreas” da inquebrantável permanência do “trabalho industrial”, apreendemos a centralidade do trabalho renovada por sua transformação. O trabalho continua no cerne das relações sociais de produção exatamente porque ele passou por uma radical metamorfose ontológica. Seguindo o método das análises do pós-fordismo a partir da centralidade renovada do trabalho que se torna imaterial⁶⁴, podemos apontar alguns elementos de aprofundamento: o conceito de bioprodução, a crise do capitalismo cognitivo e o capitalismo cognitivo como crise e, enfim, a relação entre “trabalho” e “direitos”.

A análise das transformações do trabalho nos permitiu apreender a condição pós-moderna como sendo, por um lado, resultado das lutas operárias contra o moderno e sua disciplina fabril e, pelo outro, como o novo terreno de luta, (ou seja,) das lutas de um novo tipo de trabalho: o imaterial! Por sua vez, a centralidade desse tipo de trabalho é um duplo movimento: diz respeito a um processo de valorização que tende a sair do chão de fábrica e espalhar-se pelas redes sociais de circulação e reprodução, para além da relação salarial; ao mesmo tempo, o trabalho imaterial é resultado da recomposição do trabalho material (manual) de execução com o trabalho (intelectual) de concepção. O trabalho imaterial não é sinônimo nem de trabalho abstrato nem de trabalho intelectual: pelo contrário, trata-se de trabalho vivo, da rearticulação – *nos corpos* – da mente e da mão.

Trabalho *imaterial*: significa que as atividades que geram valor são aquelas cognitivas, comunicativas, linguísticas e afetivas que formam essa “alma” que o capital precisa fazer baixar no chão de fábrica. Isso não significa que o trabalho material desapareça (embora em algumas regiões do mundo ele tenha encolhido de maneira brutal), mas que o valor que ele gera depende das suas dimensões imateriais, da alma do trabalho encarnada no *corpo* do trabalhador⁶⁵. Temos aqui uma definição das dimensões imateriais do trabalho que indica também os novos mecanismos de exploração. Esses se articulam ao longo de dois eixos complementares (embora muitas vezes paralelos) de desvalorização do trabalho material (com os efeitos de deflação salarial emblematicamente comandados pela inclusão de centenas de milhões de trabalhadores chineses na produção global) e de não reconhecimento do trabalho cognitivo.

Enzo Rullani (2004:13-4) exemplifica de maneira contundente a mutação por meio da análise da composição do valor dos bens de consumo: “Se uma

64. Para uma breve apresentação, vide Giuseppe Cocco, “Introdução” a Antonio Negri e Maurizio Lazzarato, *Trabalho Imaterial*, DP&A, Rio de Janeiro, 2000. Vide também Michael Blecher, Postoperaismo o la trasformazione di capitale e lavoro, Uninomade 2.0, 25 de setembro de 2011. Disponível em <http://uninomade.org/postoperaismo-o-la-trasformazione-di-capitale-e-lavoro/>

65. Quem usou essa metáfora pela primeira vez foram Yves Clot, Jean-Yves Rochex e Yves Schwartz, *Les caprices des flux. Les mutations technologiques du point de vue de ceux qui les vivent*, Matrice, 1990.

armação de óculos custa 70 euros ao consumidor final, seu conteúdo material é igual – no máximo – a 7 euros (o valor pago à fábrica do produtor manufatureiro)”. Mas não se trata apenas disso. Se o produtor material for chinês, o peso relativo do conteúdo tangível pode cair para 3,5 euros (apenas 5% do valor total). Na direção oposta, se a armação consegue se atrelar a uma *griffe*, seu valor final pode ser multiplicado por dois (140 euros), dando lugar a uma mais-valia incomensurável. Estamos, pois, no âmbito da desmedida. De onde vem esse suplemento de valor para o mesmo objeto de consumo? Com certeza não se trata mais da tradicional extração de tempo de trabalho excedente. Não apenas o conteúdo tangível pesa apenas de 5 a 10% do valor pago pelo consumidor final, como ele gera uma verdadeira “guerra entre os pobres” com o intuito de defender as partes de manufatura (a produção do tangível) que são deslocadas na tentativa de manter o percentual nesse patamar ou de baixá-lo ulteriormente. Nesse horizonte, as atividades de *world making* se tornam fundamentais. Outros apontam ainda para o fato de que “quando o mercado inclui a diversidade qualitativa das obras humanas e a diversidade qualitativa dos critérios de avaliação, a escolha toma a forma de um *juízo*” (Karpik, 2007:58-62). Pois, estamos falando de “formas de vida”. A mobilização da “alma do trabalhador” gera um valor que perde a métrica tradicional, seja ela aquela das unidades de tempo por unidades de produto ou aquela das margens quantitativas de bens produzidos.

No capitalismo cognitivo, produzem-se formas de vida por meio de formas de vida. Maurizio Lazzarato fala de produção de “mundos”⁶⁶. Se o que se produz é “vida”, o valor se define exatamente como um suplemento de vida: não mais um excedente (mensurável) de tempo de trabalho, mas uma *excedência*⁶⁷ (desmedida) de vida⁶⁸. É aqui, nessa metamorfose, que a progressiva abstração do trabalho (material) e do valor acaba produzindo seu contrário, uma concretude do trabalho (imaterial) que se reapropria da “abstração da mercadoria e do valor”⁶⁹.

Chegamos assim à dimensão *biopolítica* do trabalho imaterial: ela é a recomposição da mente e da mão no corpo do trabalhador que, cooperando com os outros corpos no seio de uma “população”, produz a vida a partir da vida. Nesse sentido, a *produção* passa a ser uma *geração*. Numa direção,

66. Lazzarato, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

67. A palavra “excedência” não existe em português, mas nos parece a única que traduz “eccedenza” (italiano) ou “excédence” (em francês), ou seja, os termos que Antonio Negri usa e que nós aproveitamos para marcar a diferença com relação ao conceito de “excedente”. Vide Antonio Negri, “Lettre à Marie Magdeleine sur la biopolitique” (2001), in A. Negri, *Art et Multitude*, Mille et une nuits, Paris, 2009, p. 124.

68. Sobre a mutação do conceito de trabalho produtivo, vide Carlo Vercellone, “Mutations du concept de travail productif et nouvelles normes de répartition”, in Carlo Vercellone (org.), *Sommes-nous sortis du capitalisme industriel?*,

69. Ibid.

“industrial”, o trabalho vivo (imaterial) é subsumido pelo abstrato que passa a dominar o concreto da vida: o trabalho morto subsume o trabalho vivo que vira uma engrenagem das maquinarias, bem nos termos da narrativa de Primo Levi sobre a usina que os internados do campo de Auschwitz estavam construindo: “A fábrica é desesperadamente, essencialmente, cinzenta e opaca. [...] Dentro de sua cerca não cresce um fio de grama, a terra está saturada dos resíduos tóxicos de carvão e petróleo, *não há nada vivo, a não ser as máquinas e os escravos, mais vivas aquelas do que estes*”⁷⁰. Uma situação extrema, mas paradigmática, como o lema escrito na entrada de Auschwitz: *Arbeit macht frei* (O trabalho liberta, em tradução livre). Para que isso aconteça, é preciso que o capital fixo (trabalho cristalizado na maquinaria) se mantenha sempre separado do capital variável (o trabalho vivo). É por meio dessa separação que o capital produz e reproduz sua legitimidade. Isso porque, nessa separação, a desigualdade política oriunda das relações de propriedade (e, pois das condições de proletarianização dos “não proprietários”) se desdobra e requalifica socioeconomicamente em termos de hierarquização das relações de poder e de saber.

Na era atual, pós-fordista e cognitiva, é a vida (o trabalho vivo imaterial, o corpo!) que subsume o abstrato e, dessa maneira, o concreto da vida se torna a base de uma produção biopolítica “ancorada nos corpos e nas relações que eles instauram entre si”⁷¹, ou seja, contexto é a própria população em suas relações – como diria Michel Foucault – com a segurança (governamentalidade) e o território. Na articulação entre redes e trabalho singular, o que antes era potência abstrata se torna hoje prótese dos corpos. Nessa centralidade dos corpos, que o culturalismo de Jessé Souza não entende, os pobres – os corpos dos pobres – encontram uma centralidade de tipo novo. Esse é o novo, não a nova classe média, nem uma nova (tradicional) classe trabalhadora, mas a centralidade produtiva do corpo dos pobres, dos pobres como figura paradigmática do trabalho vivo, mesmo quando ele aparece nas formas do trabalho intelectual, cognitivo. Esse agenciamento entre os corpos por meio da rede acontece dentro de uma outra dimensão da mobilidade e da flexibilidade: não aquela imposta pelo capital, mas aquela adquirida no êxodo, entendido como aquele para fora da prisão que é o chão de fábrica e sua relação salarial (em direção à autovalorização) e para fora do “campo” que é o mercado do trabalho (e dentro dos fluxos das migrações). Nas palavras de Antonio Negri: “O corpo da metamorfose é, pois, aquele que se apropriou da ferramenta, a tornou sua por meio da rede e

70. É isto um Homem?, Rocco, Rio de Janeiro, 1988, p.72. Grifos nossos.

71. Antonio Negri, “Lettre à Raúl sur le corps”, in A. Negri, *Art et Multitude*, cit. p. 108. Aqui Negri está usando o conceito de biopolítica de Michel Foucault e aquele de “agenciamento maquínico” de Deleuze e Guattari.

do êxodo, sob a forma da prótese”⁷². Ou seja, no capitalismo cognitivo, o comum constituído entre os corpos pelas redes e no êxodo, se constituiu como condição prévia de toda produção. Isso não significa que o trabalho se libertou e que o capitalismo cognitivo seja portador de uma dinâmica progressiva. Pelo contrário: se o comum é a condição prévia, a acumulação acontece de maneira parasitária, como uma verdadeira acumulação primitiva que renova e propaga as formas mais antigas de capitalismo de acumulação primitiva, de escravidão do trabalho e até de “capitalismo mafioso”, como podemos observar nas metrópoles brasileiras, a começar pelo Rio de Janeiro. Mas, ao mesmo tempo, quando esse comum se reconhece dentro do processo de fazer-se, sua constituição não precisa mais de nenhum tipo de “transição”, pois a própria produção de valor lhe está atrelada.

Acabamos de ver como, na passagem do trabalho material ao trabalho imaterial, acontece a metamorfose completa do próprio conceito de produção. A produção diz respeito à vida e se torna *geração*. Por sua vez, a reprodução – terreno tradicional de geração da vida – torna-se *produção*: é nesse sentido que podemos dizer que o trabalho passa por um devir-mulher. Trata-se de um duplo movimento. Por um lado, a vida – entendida como *bios* (ou seja, como vida social) – se torna imediatamente produtiva. Pelo outro, essa mesma metamorfose se torna o terreno do conflito, mas de outro tipo de conflito entre a nova composição do trabalho que ela supõe (e não mais determina) e o regime de acumulação que passa a explorá-la.

72. A. Negri, “Lettre à Raúl sur le corps”, cit., p. 109.

Autoras e autores

Carla Barros

Professora do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF. Tem Doutorado em Administração pelo Instituto COPPEAD/UFRJ e Especialização em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. Seus estudos se concentram na área de Antropologia do Consumo, especialmente no contexto de grupos populares.

Célia Lessa Kerstenetzky

Ph.D (com louvor) em Ciências Políticas e Sociais pelo European University Institute (1998), doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ (1997), mestre em Economia pela UFRJ (1989), graduada em Economia pela Universidade Federal Fluminense (1980). Foi pesquisadora visitante na Columbia University, no MIT, na Universidade de Illinois e na Universidade Pompeu Fabra em Barcelona e professora visitante na Universidade de Siena na Itália e no INAG em Cabo Verde. Atualmente é professora titular do Instituto de Economia da UFRJ e coordenadora do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (CEDE). Seus interesses de pesquisa atuais incluem a análise das desigualdades socioeconômicas, dos processos e propósitos do desenvolvimento e dos estados de bem-estar social contemporâneos.

Marilene de Paula

Coordenadora de programas e projetos da Fundação Heinrich Böll, escritório Brasil, na área de Direitos Humanos e democracia. É historiadora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Organizou juntamente com instituições da sociedade civil campanhas e debates sobre a brutalidade policial, relações de gênero e defesa dos direitos humanos.

Miriam Nobre

Miriam Nobre integra a equipe da SOF desde 1993 onde realiza atividades de formação e investigação em economia feminista, estatísticas agropecuárias, economia solidária, agroecologia e soberania alimentar. Agrônoma e mestre pelo Programa de estudos em integração da América Latina (PROLAM-USP). Ativista da Marcha Mundial das Mulheres cujo secretariado internacional coordenou entre 2006 e 2013.

André Ricardo Salata

Professor de Sociologia do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUCRS. Possui doutorado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em

Sociologia e Antropologia da UFRJ. Tem experiência na área de Estratificação Social e Desigualdades, atuando principalmente com metodologia quantitativa.

Brand Arenari

Doutor em sociologia pela Universidade Humboldt de Berlim, Alemanha. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2003) e mestrado em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2006). Foi diretor do IPEA e atualmente é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) no departamento de Ciências Políticas e consultor na área de pesquisa e projetos de políticas públicas e assessoria política. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da religião, políticas públicas e teoria social, com livros e artigos publicados sobre esses temas no Brasil e no exterior.

Dawid Bartelt

Diretor do escritório do México da Fundação Heinrich Böll desde 2017. Estudou em Bochum, Hamburgo, Recife e Berlim. Mestre e doutor em história. Trabalhou como jornalista, editor e livre-docente acadêmico. Também foi assessor de imprensa em várias ONGs, sendo sênior press officer da seção alemã da Amnesty International de 2002 a 2010.

Giuseppe Cocco

Professor da UFRJ, com doutorado em História Social pela Universidade de Paris. Os livros mais recentes são *Korpobraz: por uma política dos corpos*, publicado pela Editora Mauad (2014) e *Mundobraz: o devir Brasil do Mundo e o devir-mundo do Brasil*, pela Editora Record (2009).

José Moroni

Atua há mais de 30 anos em organizações não-governamentais e movimentos populares, especialmente na área dos direitos humanos, participação e democracia. Atualmente é membro do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), uma ONG voltada para a ampliação e construção de novos espaços democráticos e para o monitoramento de políticas públicas e plataforma dos movimentos sociais pela reforma do sistema político. Representa o INESC em diferentes fóruns nacionais e internacionais. Acompanhou a elaboração de diferentes leis, com destaque para o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica de Assistência Social. Formado em Filosofia, tem pós-graduação em História do Brasil, Fundamentos em Educação Especial e Métodos e técnicas de elaboração de projetos sociais.

Fontes dos Gráficos

PNAD 2015, IBGE.

Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad/geral/pesquisa-basica>

Banco Central.

Gráfico Inflação.

Disponível em <http://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf>

IPEA.

Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 24, 2016.

Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/20170519_bps24.pdf

IBGE, PNAD.

Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1860>

MEI – ver em <https://g1.globo.com/economia/pme/noticia/prazo-para-adesao-ao-parcelamento-de-dividas-do-mei-termina-nesta-segunda.ghtml>; <https://g1.globo.com/economia/pme/noticia/crise-faz-empendedorismo-por-necessidade-voltar-a-crescer-no-brasil.ghtml>; <https://g1.globo.com/economia/pme/noticia/crise-faz-empendedorismo-por-necessidade-voltar-a-crescer-no-brasil.ghtml>

Viagens de avião.

Ver Anuário do Transporte aéreo, 2015.

Disponível em <http://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-do-anuario-do-transporte-aereo>.



É o fim da nova classe média?

Trabalho, religião e consumo em tempos de crise

Dawid Bartelt e Marilene de Paula (orgs.)

Fundação Heinrich Böll Brasil

Rua da Glória, 190 – 7º andar

Glória – Rio de Janeiro/RJ

20241-180

Tel.: 55 21 3221 9900 <https://twitter.com/HBSbrasil> | <https://www.facebook.com/bollbrasil>
info@br.boell.org | www.br.boell.org

Heinrich Böll Stiftung

Schumannstraße 8, 10117 Berlin

+49 30 285 34 0

info@boell.de | www.boell.de